



Número: 44

Horta, Quinta-Feira, 25 de Novembro de 1982

REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

D I Á R I O

DA ASSEMBLEIA REGIONAL

II Legislatura

III Sessão legislativa

Presidente: Deputado Álvaro Monjardino

Secretários: Deputados Fernando Dutra e Emílio Porto

SUMÁRIO

Os trabalhos iniciaram-se às 9. 00 horas.

Período da Ordem do Dia:

Neste período foi apreciada uma Proposta de Resolução, apresentada pela Mesa, sobre a suspensão do mandato do Sr. Deputado Fernando Faria.

Intervieram no debate, a diverso título, os Srs. Deputados Conceição Bettencourt (PS), Fernando Faria (PSD), Fernando Monteiro (CDS), Carlos Teixeira (PSD), Pacheco de Almeida (PSD), Daniel de Sá (PS), Melo Alves (PSD) e Martins Goulart (PS).

A proposta foi rejeitada por maioria, com uma única abstenção do Deputado Fernando Faria.

Produziram declarações de voto os Srs. Deputados Martins Goulart (PS), Fernando Monteiro (CDS) e Melo Alves (PSD).

Seguidamente, iniciou-se a apreciação das propostas do Plano e do Orçamento da Região para 1983. Usaram da palavra os Srs. Deputados Vasco Garcia (PSD), Fernando Monteiro (CDS), Secretário Regional do Comércio e Indústria (Natalino Viveiros), Secretário Regional da Educação e Cultura (Reis Leite), José Ribeiro (PSD), Secretário Regional da Administração Pública (Botelho Neves), Carlos Mendonça (PS), Martins Goulart (PS), Melo Alves (PSD), Manuel Valadão (PSD), Secretário Regional dos Assuntos Sociais (Costa Neves), Secretário Regional do Equipamento Social (Vitor Macedo), Secretário Regional da Agricultura e Pescas (Adolfo Lima), Martins de Freitas (PSD), Daniel de Sá (PS), Joaquim Ponte (PSD), José Manuel Bettencourt (PS), Dionísio de Sousa (PS), Subsecretário Regional do Planeamento e Integração Europeia (Nunes Liberato), Pacheco de Almeida (PSD), Castanheira Cruz (PSD) e o Secretário Regional do Trabalho (Álvaro Dâmaso).

Os trabalhos terminaram às 20. 45 horas.

Presidentes - Vai proceder-se à chamada.

(Eram 9. 00 horas)

(Procedeu-se à chamada à qual responderam os seguintes Deputados: PSD - Adelaide Teles, Álvaro Monjardino, Frederico Maciel, Carlos Teixeira, Carlos Bettencourt, David Santos, Fernando Faria, Fernando Dutra, Altino de Melo, Pacheco de Almeida, José Ribeiro, Mário Freitas, Mário Silveira, João de Medeiros, Jorge Cruz, Manuel Valadão,

Manuel Melo, Cinelândia Sousa, Fátima Oliveira, Melo Alves, Joaquim Ponte, João Luís Borges; PS - Martins Goulart, Jesuíno Facha, Carlos Mendonça, Emílio Porto, Conceição Bettencourt, Dionísio Sousa; CDS - Fernando Monteiro).

Presidente: Estão presentes 29 Deputados. Declaro aberta a Sessão. Pode entrar o público.

Entramos imediatamente no Período da Ordem do Dia.

O primeiro ponto agendado para hoje é a apreciação de uma Proposta de Resolução, apresentada pela Mesa, sobre a suspensão do mandato do Sr. Deputado Fernando Faria.

O texto da proposta é o seguinte:

«A Mesa da Assembleia Regional dos Açores propõe, ao abrigo do artigo 3.º do Estatuto dos Deputados que o Deputado Fernando Manuel de Faria Ribeiro seja suspenso do seu mandato por se achar indiciado como autor de um delito previsto e punível pelos artigos 25.º e 26.º, n.º 2, alínea b) do Decreto-Lei n.º 85-C/76, de 26 de Fevereiro, e 166. .§§ 1.º e 2.º do Código Penal».

Declaro aberta a discussão sobre esta proposta.

Tem a palavra a Sra. Deputada Conceição Bettencourt.

Deputada Conceição Bettencourt (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Como questão prévia ponho o seguinte:

Este meu trabalho já estava feito desde o primeiro dia das Sessões. Simplesmente, a Mesa ainda não tinha tomado a decisão que finalmente tomou nem havia sido conhecido o teor do despacho do documento autêntico de identificação do Sr. Deputado que fora apresentado alguns dias antes.

De maneira que ao termos uma conversa, o Sr. Presidente da Assembleia, eu e o Sr. Deputado Fernando Monteiro, entendi dever esperar pela reacção voluntária da Mesa e do Sr. Deputado para então fazer esta intervenção e modificando-a na parte final como me cumpria uma vez que a situação já se modificara.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Desnecessário seria lembrar nesta Casa a génese desta II República no seu passado recente, porque o simples facto de aqui estarmos como Deputados a uma Assembleia Regional primeiro Órgão do Governo próprio desta Região é de «per si» a prova insofismável da instalação entre nós de um regime político democrático.

A Democracia só foi possível após quase meio século de ditadura, geradora da desesperança de muitos, do cómodo aproveitamento de uns tantos e do sofrimento e sacrifício de quantos que, quer por via dos seus escritos e posições públicas, quer por via revolucionária, tentaram restituir a dignidade democrática ao POVO PORTUGUÊS mercê da acção oportuna dos Capitães de Abril.

Ao movimento revolucionário dos militares de Abril, institucionalizado sob o nome de MOVIMENTO DAS FORÇAS ARMADAS, sucedeu, após a promulgação e entrada em vigor da Constituição de 1976, o Conselho da Revolução.

Fastidioso ou embaraçoso embora para alguns, mas sempre grato para aqueles que profundamente o desejaram e sentiram, parece, no entanto, que não será de mais acentuar também que sem esse movimento revolucionário que abriu as portas à restauração da Democracia em Portugal, a autonomia das regiões não teria sido possível.

Continuadores e, em muitos casos, os próprios agentes dessa restauração, foram, de entre outros, os militares de Abril que compuseram o Conselho da Revolução e cuja definição consta do artigo 142.º da Constituição de 1976.

Pela leitura deste artigo verifica-se que a definição do próprio órgão de soberania, Conselho da Revolução, assenta

nas competências que nele se delinham e que nos artigos seguintes se pormenorizam. Destas competências avultam, talvez como as mais susceptíveis de gerar alguma polémica, as que atribuíam ao Conselho da Revolução o ser o garante do cumprimento da Constituição e da fidelidade ao espírito da REVOLUÇÃO PORTUGUESA DE 25 DE ABRIL DE 1974.

Na realidade, o dever funcional do Conselho da Revolução de apreciar a constitucionalidade dos diplomas legais e de sobre ela se pronunciar envolvia duas ordens de juízos: a conformidade jurídico-formal e a fidelidade ao espírito da REVOLUÇÃO DE ABRIL. Temos de convir que, em para cima de 4 000 diplomas apreciados, só cerca de 40 foram declarados inconstitucionais pelo Conselho da Revolução. Mais, desse número, só 12 o foram contra o parecer da Comissão Constitucional, com base, que a esta não cumpria apreciar ou levar em conta, na não fidelidade ao espírito da REVOLUÇÃO DE ABRIL.

Por toda esta actuação ponderada e de garante do natural funcionamento das instituições democráticas, todos nós, entenda-se, os que nos assumimos *em consciência* como democratas, devemos, para além do nosso respeito a esse órgão de soberania -- o Conselho da Revolução -- a nossa gratidão e o preito da nossa homenagem. E até também pela dignidade com que antecipadamente aceitou e depois assumiu a sua própria extinção, promulgada que fosse a Constituição revista.

Infelizmente o seguidismo interessado e irresponsável em relação a certas posições protagonizadas pela extrema direita portuguesa, sempre de atalaia e que detesta Abril (e compreensivelmente, segundo o seu ponto de vista, mas não já em relação àqueles que se proclamam democratas ou que da Democracia beneficiam) aproveitou a proposta de promoção, aliás não materializada, de alguns militares de Abril ao posto que, por inerência dos cargos que no período transitório desempenharam com base no reconhecimento dos serviços prestados -- o que, aliás, é muitas vezes suporte à elevação nas Forças Armadas aos postos superiores -- para ofender ostensiva e objectivamente o Conselho da Revolução e os seus membros.

Desde «despudor, compadrio, venalidade, órgão marginal da nossa vida política, . . . para, do sangue do povo chuparem a quantidade possível» até «desta podridão e deste sacar de benefícios» -- tudo isso se assaca no «Correio da Horta» número 14 829, de 28 de Setembro do ano em curso (curiosa e sintomática coincidência de datas!), aos Conselheiros e Conselho da Revolução. Aliás e como breve apontamento histórico lembrarei que o mesmo jornal, aquando da vinda do Sr. Presidente da República e demais representantes dos Órgãos de Soberania à inauguração solene desta nossa Assembleia se referiu também aos que vinham de longe beber o sangue fresco da manada. . . Estranha concepção vampiresca da organização do Estado e de que nos devemos acautelar!

O que nesse jornal se publica é de facto «uma vergonha pública». Vergonha que todos nós sentimos ou devíamos sentir, pela injúria gratuita, pelos termos objectivamente ofensivos dirigidos aos Conselheiros e Conselho da Revolução. Vergonha pública também pela falta de elevação na crítica, pela desilegância dos termos e até, sob um certo

ponto de vista, pelo ridículo mas pretencioso provincianismo que patenteia.

Não satisfeito com isto, o «Correio da Horta» tem provocado ou induzido nos meios de comunicação social afectos ao sensacionalismo irresponsável e amantes da criação de falsos problemas que excitam a opinião pública e escamoteiem os verdadeiros problemas regionais, uma pseudo solidariedade que tem subjacente a intenção de desprestigiar — quem sabe até se de pressionar — ilegítimamente — o Poder Judicial. E tão longe tem ido essa «solidariedade» no crime que caíram já em outro de idêntica natureza: Os Tribunais, órgão de soberania, não podem nem devem ser ou pressionados ou injuriados pelo e no exercício das suas funções.

Em consequência da disponibilidade, expressa publicamente no jornal «O Telégrafo» pelo Meritíssimo Juiz desta Comarca, de liberdade de acesso ao processo em curso, solicitei a leitura dos «Autos de Processo Correccional» de que é Réu o Sr. Dr. Fernando Manuel de Faria Ribeiro, Director do jornal «Correio da Horta». Deles não consta, em nenhuma fase do processo, a sua qualidade de Deputado, e não se alegue, jornalisticamente ou à mesa dos cafés, que essa qualidade é notoriamente conhecida. Não o é tanto assim, pois, pelo menos academicamente se poderia perguntar, por que sentiu então o Sr. Director do «Correio da Horta» a necessidade premente de o vir dar a conhecer à opinião pública através do seu jornal? . . .

Aliás, todos sabem, muito especialmente os que têm formação jurídica, e até todos os Srs. Deputados presentes pela experiência do dia-a-dia, que a identidade e a qualidade das pessoas só se comprovam documentalmente e por documento autêntico. Não há notoriedade ou pretensa notoriedade que se lhe substitua. É a lei!

Compraz-me, pois, verificar que a Mesa desta Assembleia, ou o seu Presidente, finalmente compreenderam o que atrás se diz, apresentando ao Tribunal, um tanto tardiamente embora, o documento autêntico comprovativo da qualidade de Deputado do Dr. Fernando Manuel de Faria Ribeiro. Mas fosse como fosse, essa prova autêntica — e só essa é admissível — não sustaria o processo e este prosseguiria os seus termos até ser proferido o despacho de pronúncia.

Creemos assim e sem querer proferir qualquer juízo de valor sobre a qualidade ou excelência funcional do Meritíssimo Juiz desta Comarca, que não podemos, sem quebra de boa fé, inquinarmos emocionalmente este processo judicial, porque é nele patente a objectividade e a correcta aplicação da lei.

Donde se conclui que não é pela recusa sistemática em respeitar a legalidade democrática e a honra das instituições que estas se dignificam. É, sim, pela assunção das responsabilidades e respeito mútuo.

Assim sendo e por mais que sinceramente lamentemos estar objectivamente envolvido, que não por delito de autoria, segundo julgamos saber, um colega Deputado, o certo é que sobre ele impende o crime de abuso de liberdade de imprensa e o crime de recusa de colaboração.

Creemos, independentemente dos menos fundados considerandos, que agiu bem ao requerer à Mesa o accionamen-

to do mecanismo previsto no nº 3 do artigo 21º do Estatuto Político-Administrativo. E apoiamos a atitude da Mesa ao apresentar o presente Projecto de Resolução.

Fazemos votos que da votação desta Resolução resulte a apresentação voluntária do Sr. Deputado a Tribunal, sede própria onde, fazemos votos, se poderá — ou não — ilibrar mas, em qualquer das hipóteses, dignificar-se e dignificar esta Assembleia, não se furtando ao cumprimento do seu dever de cidadão.

Tenho dito.

Presidente: O Sr. Deputado Fernando Faria pede a palavra para uma intervenção.

Tem-na para o efeito.

Deputado Fernando Faria (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É-me de alguma forma difícil intervir nesta questão porque não posso dissociar a minha qualidade de Director de um jornal, que evidentemente tem a linha que tem e que eu assumo inteiramente embora por vezes possa desgostar alguns sectores da vida política regional ou nacional, mas que não sofre quaisquer pressões embora elas já tenham vindo de muitos lados, inclusivé daqueles lados de que a Sra. Deputada Conceição Bettencourt cantou aqui alguns hinos.

O Conselho da Revolução como Órgão de Soberania não foi, em meu entender, atingido no artigo que a Sra. Deputada referiu e que consta do processo correccional que me é movido na Comarca da Horta.

Esse artigo reflecte sim, em meu entender, uma posição bastante dura, mas nada tem a ver com o Órgão de Soberania e muito menos com a dignidade das pessoas que o integram.

Critica sim, e manifesta profunda discordância, com a proposta de auto-promoções apresentada por um dos seus membros e que visava essencialmente beneficiar escandalosamente dois outros membros do mesmo Conselho da Revolução. E tanto assim é que um deles veio publicamente, no jornal «Expresso», e em cartas enviadas aos militares que o mesmo jornal publicou, dizer que tinha sido «vítima» de uma «ratoeira» que lhe tinham preparado.

Não foi só o «Correio da Horta»! Não foi só em 28 de Setembro! Foram os jornais dos mais variados leques do País que se insurgiram contra essa proposta. E mais . . . foram alguns membros do Conselho da Revolução que publicamente se manifestaram contra aquilo que se estava a passar.

Curiosamente, o único membro eleito pela respectiva arma para fazer parte desse Conselho, era o representante da Força Aérea — suponho que o Brigadeiro Ribeiro Cardoso.

O artigo 143: da Constituição que existia nessa altura e que já estava em fase de Lei de Revisão Constitucional porque saíu dois dias depois se não estou em erro, diz que compõem o Conselho da Revolução os seguintes membros: (e para a parte que interessa) «alínea e): 14 oficiais, sendo 8 do Exército, 3 da Força Aérea e 3 da Armada designados pelos respectivos ramos das Forças Armadas».

O Conselho da Revolução, sendo Órgão de Soberania, nunca teve neste aspecto, em meu entender, uma composição verdadeiramente democrática porque estes componen-

tes, excepção feita a esse Brigadeiro, penso que nenhum dos outros havia sido designado ou eleito pelas respectivas armas.

Portanto, aquilo que ali se diz é a realidade, talvez em frases mais violentas. E até esse artigo também louvava na sua parte final a posição assumida publicamente pelo Brigadeiro Ribeiro Cardoso e pela carta que ele também tinha tornado pública e em cuja carta ele dizia que aquela proposta ofendia não só o Exército e não só todos aqueles que acreditaram no 25 de Abril — ofendia a Nação.

É uma vergonha nacional e foi isso que se pretendeu dizer.

Aceito que uma ou outra expressão tenha sido exagerada na sua dureza. Aceito também que o assunto mais ponderado poderia ter sido objecto de uma análise, como a Sra. Deputada fez, embora não com estes hinos de glória ao Conselho da Revolução, mas sim ao 25 de Abril e àquilo que ele nos trouxe.

Quanto aos atestados de democracia, Sra. Deputada, eu não lhe vou pedir o seu e a Sra. não me pede o meu, porque cada um era e é aquilo que quer.

Eu não me aproveito hoje, como não me aproveitei nunca, nem penso aproveitar-me jamais, de situações proporcionadas pelo 25 de Abril para ser beneficiado em qualquer coisa que a mim me diga respeito.

Deputado Carlos Teixeira (PSD): Muito bem, sim senhor!

O Orador: Queria dizer-lhe também que o seu apelo final é absolutamente estranho porque na Assembleia da República, ainda recentemente, o Deputado da UDP passou por uma situação semelhante àquela que hoje ocorre comigo e todos os Partidos, sem excepção, votaram favoravelmente para que o seu mandato não fosse suspenso para ele não ir responder em Tribunal.

(Vozes do PSD: Muito bem! Apoiado!)

O Orador: Curiosamente a sua posição é bastante diferente.

Mas eu percebo! E vou mais longe. No jornal que eu dirijo alguns artigos são da minha responsabilidade e outros não são. Mas de todos eu assumo e não me eximo a assumir as responsabilidades.

Devo dizer-lhe também, embora não venha para o caso, que sou Director daquele jornal para que ele exista.

Bem ou mal, quantos outros jornais destas terras existem porque há gente que sem ganhar um tostão arrosta com dificuldades, com perdas de tempo e até com problemas desta natureza!

Fui para Director daquele jornal em 1974 porque outros que lá estavam corriam riscos de saneamento.

Hoje, esses mesmos, e outras forças de extremos opostos, nem-se numa cabala para me apertarem, para através de mim fazerem as mais sujas jogadas políticas.

Eu não estou aqui de olhos fechados. Eu tenho elementos e estou em condições de também fazer os meus próprios juízos e as minhas próprias análises.

Devo dizer à Câmara que me parece que, desde o jornal «O Diabo», «Correio da Manhã», «Diário de Notícias», «Expresso», «O Jornal» e tantos outros — e de alguns tenho fotocópias porque tive o cuidado de organizar esse «dossier»

— todos eles criticam, uns mais asperamente, outros de uma forma muito mais cínica até (se essa expressão eu posso usar) aquela situação de flagrante injustiça.

Houve um que se aproveitou da promoção da proposta e, isso sim, foi uma flagrante injustiça para os outros militares de Abril.

Não foram só aqueles oficiais que brilharam. Foram muitos milhares e foi todo um povo que inicialmente e com generosidade aceitou com alegria e em festa uma Revolução.

Essas eram as benesses que uns recebiam enquanto outros, que eu não vou discutir se foram ou não colaboradores do regime fascista mas também eram oficiais das Forças Armadas, foram saneados. E muitos deles para permitir que os postos ficassem vagos para que alguns destes tivessem vaga para subir.

Alguns outros . . . muitos outros . . . talvez centenas de outros continuam, apesar das constantes promessas de quem tanto a Sra. Deputada elogiou, à espera que alguém, que teria sido esse mesmo Conselho da Revolução que hoje está extinto, lhes faça justiça.

Embora seja discutível a posição do jornal, e embora me custe dizer-lhe, a Sra. Deputada faz uma insinuação que eu não lhe autorizo a fazer.

Se bem percebi, a Sra. Deputada disse que depois disso o «Correio da Horta» vem mantendo, através de jogadas menos limpas e através de informações canalizadas para outros jornais, um contencioso com o Sr. Juiz da Comarca da Horta.

Isso é pura mentira! Isso é faltar à verdade!

Todas as notícias que saíram sobre este assunto — e eu recorde que o primeiro jornal que transmitiu uma notícia acerca deste assunto foi o «Correio dos Açores» — não fui eu, nem foi ninguém do «Correio da Horta» que transmitiu, directa ou indirectamente para esse jornal, qualquer matéria relacionada com o meu caso.

As posições que outros jornais possam ter mantido (sei por exemplo do «Açoriano Oriental» mas não sei de outros) são posições que foram tomadas livremente e nem eu nem o «Correio da Horta» tivemos qualquer influência nessa tomada de posição.

Portanto, a Sra. Deputada não insinue porque essa insinuação eu devolvo-a à procedência.

Eu não tenho nada contra ninguém e faço o possível para na minha vida não ter inimigos de qualquer espécie. Posso ter adversários políticos, mas inimigos penso que não tenho.

Podia dizer muitas coisas sobre isso, mas algumas são confidenciais.

Se me permitem vou-lhe só ler, embora a Sra. Deputada possa ter acesso a isto em qualquer altura, só uma coisa que aconteceu há meses.

Não é confidencial e portanto eu posso ler. São dois ofícios pequeninos e talvez não mace muito a Câmara com a sua leitura. São do seguinte teor:

«Excelentíssimo Sr. Presidente da Assembleia Regional dos Açores (é datado de 6-7-82).

Ao tomar posse das funções de Juiz de Direito da Comarca da Horta, apresento a V. Exa. os meus melhores cum-

primentos, agradecendo desde já todas as «demarches» eficientes e urgentes no sentido do meu alojamento bem como da mulher e duas filhas pequenas, aquela e uma destas gravemente doentes sob pena de por falta da administração, *justificadamente*, mas a contragosto e por falta de condições, deixar de prestar o serviço para que fui nomeado, regressando ao Continente para em minha casa cuidar mormente da saúde dos meus familiares».

Esta carta foi dirigida, apresentando cumprimentos, pelo Sr. Juiz de Direito da Comarca da Horta.

O Vice-Presidente da Assembleia, com a delegação de poderes, respondeu-lhe nos seguintes termos:

«Em resposta à carta de V. Exa. comunica-se que o teor da mesma foi de imediato transmitido à Câmara Municipal da Horta para os efeitos tidos por convenientes.

Como V. Exa. saberá, nos termos do artigo 29º da Lei 39/80 de 5 de Agosto, não cabe nas competências desta Assembleia Regional tomar providências no âmbito das que na carta de V. Exa. são expedidas».

Este ofício foi assinado pelo Vice-Presidente da Assembleia, Fernando Manuel de Faria Ribeiro, o mesmo que está no cabeçalho do «Correio da Horta».

Nos autos de instrução preparatória eu disse tudo isto só que a minha formação jurídica não me levava a saber, nem a supôr sequer, que se o Sr. Dr. Juiz da Comarca da Horta não conhecia a Lei eu, que sou leigo na matéria, também podia desconhecer.

Na verdade, eu conhecia que autos de instrução preliminar, ou lá como se chamam, são por força da nova legislação desagregados do processo.

A primeira coisa que eu referi foi que, sobre o artigo, dissera aquilo que achava que devia dizer. Seguidamente indiquei-lhe a minha qualidade de Deputado Regional, ficando convencido que isso seria inserto no processo. E nessa posição me mantive sem saber que esses autos seriam afinal retirados do processo.

Há só um pormenor muito curioso nesse processo (e isso não foi desagregado nem poderia ter sido desagregado) é o exemplar da edição desse jornal que tem na parte superior direita um despacho do Sr. Dr. Juiz para o Delegado Procurador da República.

Concerteza a Sra. Deputada só leu o que lhe interessava do «Correio da Horta» e o resto foi ler no «Telégrafo», mas havia um esclarecimento mandado também pelo Sr. Juiz para o «Correio da Horta» mas dirigido ao «Correio dos Açores» e à RDP-Açores.

Porém, por uma questão de ética e deontologia nós não o publicámos no «Correio da Horta» porque pensei que primeiro os visados deviam responder para depois fazer daquelas fotocópias de resposta o uso que entendesse.

Esse despacho diz mais ou menos o seguinte:

«Ao Excelentíssimo Delegado Procurador da República para que leia com atenção esta edição nomeadamente o apontamento do quotidiano».

Se a Sra. Deputada consultou o processo, como dá a perceber, deve ter visto que isto estava lá escrito.

O Sr. Dr. Juiz, na resposta ao «Correio dos Açores», diz que qualquer pessoa bem informada sabe que nunca é um Juiz a desencadear um processo.

É certo que não é o Sr. Dr. Juiz que desencadeia o processo. Mas este despacho para que é que existe?

É só uma interrogação que eu deixo porque não vou fazer juízos de valor, mas parece-me que não há necessidade de grandes conhecimentos de legislação para a gente tirar as necessárias conclusões.

Finalmente devo-lhe dizer que, embora considere que haja uma ou outra expressão menos ponderada ou mais exacerbada nesse artigo, continuo a assumi-lo.

Também lhe digo que estive com o 25 de Abril, com os seus ideais e que com eles me mantenho e deles não me aproveito.

(*Vozes do PSD: Muito bem! Muito bem!*)

Presidente: A Sra. Deputada Conceição Bettencourt pede a palavra para? . . .

Deputada Conceição Bettencourt (PS): Penso que isto não é propriamente um contraprotesto mas, talvez, um esclarecimento.

Presidente: Tem a palavra para o efeito.

Deputada Conceição Bettencourt (PS): Sei perfeitamente, quanto ao «Correio dos Açores», que ele teve também expressões menos correctas em relação ao Meritíssimo Juiz desta Comarca.

Quando eu digo que o «Correio da Horta» teria induzido, teria provocado toda esta questão, obviamente que é como peça inicial de algo que cresceu emocionalmente e que deu origem a tomadas de posições — algumas cada vez mais infelizes.

Por outro lado, penso que a reiteração das suas posições, agora, na qualidade de Deputado e sem usar termos objectivamente ofensivos, o Sr. Deputado estava no direito de fazê-la.

Muitos de nós lamentámos também aquela iniciativa de promoção, embora as promoções nas Forças Armadas se façam em reconhecimento a altos postos de serviços distintos.

Dentre vários ter escolhido dois, é discutível.

Dentre tantos ter escolhido até uma dúzia, discutível é — a menos que quiséssemos que todos agora fossem Brigadeiros ou Generais o que já é outra coisa.

Agora, os termos objectivamente ofensivos (porque o são!) também é outra coisa e o Sr. Deputado acaba de reco-

Aqui não se insinua que o Sr. Deputado tenha sido, ou seja, uma pessoa que se aproveitou do 25 de Abril.

O Sr. Deputado tinha o seu curso e tinha a sua profissão. É uma coisa muito boa ter uma profissão porque nos sentimos independentes de qualquer condicionalismo político no sentido de só dependermos, ou termos sido colocados, em virtude dele ou nos sirvamos dele para subir.

Isso é outra coisa. A si não o insulto.

A si só digo (ao colega Deputado) que realmente nos sentiríamos bastante, quase posso dizer até — será um termo exagerado mas já que estamos em maré de termos exagerados — enaltecidos se voluntariamente quisesse assumir em sede própria, e uma vez que acabou por afirmar que são insociáveis as suas qualidades de Deputado e Director de jornal, as suas responsabilidades por esse facto.

Um processo é sempre discutido no Tribunal. Aí é a sede própria, não é verdade?

Ainda lhe quero dizer que a decisão é absolutamente sua e será a que resultar, certamente, da votação desta Proposta de Resolução.

Não há portanto, aqui, um juízo de valor ao colega Deputado nem ao homem. Há simplesmente um apelo ao cidadão porque, seja como fôr, quem se arroga dos princípios do 25 de Abril não pode esquecer, sem manchar esse mesmo, que o 25 de Abril não caiu do céu aos trambolhões sem um suporte.

Esse suporte foi militar e com o auxílio do povo. O povo não tem armas e só as armas podem, e tradicionalmente em Portugal, mudar uma situação.

É nesse sentido, e com o respeito que é devido a um órgão de soberania, que a crítica pode ser feita em relação a uma actuação — mas não uma crítica insultuosa.

Isto já não é crítica! É atirar lama!

Quanto à acção extraordinária do Brigadeiro Cardoso, pois podia tê-la feito não subscrevendo, votando contra ou até podia ter tornado pública a sua opinião por ter saído do Conselho da Revolução. Foi, a meu ver, um acto talvez menos próprio e propagandístico e enfim . . .

Deputado Fernando Faria (PSD): Todos somos pessoas sérias.

A Oradora: Eu não estou dizendo que o Sr. não seja sério. Eu não emprego esses termos. Eu estou dizendo que teria sido um bocado propagandístico e sensacionalista, o que também não quer dizer que do louvor que se faz nesse apontamento do quotidiano sobre a epígrafe «vergonha pública» alguém possa inferir que o único sério foi aquele que saiu — penso eu.

Portanto estes juízos extremistas de valor são sempre muito perigosos.

Isto é um maniqueísmo típico: ou és por mim ou és contra mim, ou pertences aos bons ou pertences aos maus.

É contra isto que eu me rebelo. E se querem que vos diga, e repito mais uma vez, independentemente de atitudes por vezes talvez também emocionais assumidas pelo Conselho da Revolução ou por alguns Conselheiros, acho que o juízo global deve ser de respeito e de gratidão pelo que foi possível conseguir neste País.

Presidente: O Sr. Deputado Fernando Faria pretende usar da palavra?

Deputado Fernando Faria (PSD): É para prestar um esclarecimento porque acho que não vou protestar contra nada.

Presidente: Tem a palavra para o efeito.

Deputado Fernando Faria (PSD): Eu respeito a visão e a posição da Sra. Deputada — aliás não tinha outra posição a tomar — só que, e já que referiu o Brigadeiro Ribeiro Cardoso e porque foi desse que eu também me lembrei na altura, lhe devo referir que, nesses dias, andava pelos Açores em visita oficial o Chefe do Estado Maior do Exército que, em declarações públicas, também manifestou a sua discordância contra aquela promoção.

Portanto, era um assunto extremamente quente. E se era um assunto extremamente quente é natural que os Órgãos de Comunicação Social nele pegassem. E pegaram-lhe de uma forma mais violenta ou menos violenta.

Não estava em causa ofender um Órgão que era ainda

de Soberania e que hoje já não é — o Conselho da Revolução.

Parece-me, porém, que se deve haver gratidão — e eu não deduzo isso das últimas palavras da Sra. Deputada — deve ser para com todos aqueles que colaboraram: os militares e o povo que, quase na totalidade, aderiu completamente. É para esses todos.

Por que é que agora e à última hora, quando aquele Órgão estava já a extinguir-se, se procura beneficiar aqueles que, embora tivessem protagonizado também um papel importante em determinado tempo do processo revolucionário português, só agora é que alguns iriam ser promovidos?

As promoções, Sra. Deputada, fazem-se dum posto para outro posto, mas não se fazem saltando três postos. Isso é da Lei e até é da Constituição.

Os artigos 273.º a 276.º da Constituição não revista, ao falarem das Forças Armadas, explicam como essas mesmas Forças Armadas se organizam e como essas promoções são feitas. Lá, na Constituição, não estava previsto também que se fizessem essas promoções, saltando de Major para Brigadeiro ou coisa parecida.

Quanto ao facto da Sra. Deputada estar muito preocupada em me convidar para eu ir ser imediatamente julgado, devo dizer-lhe que o julgamento far-se-á sempre.

Tenho deduções, ou pelo menos a ideia e algumas informações e a intervenção da Sra. Deputada embora com todo o respeito também me põe nessa dúvida, de que aqui existe um aproveitamento.

A Sra. não me respondeu (ou não quis responder e não era obrigada a isso) àquele pormenor que lhe referi de ser o próprio Juiz a despachar para o Delegado Procurador da República, dizendo para ele ler com atenção nomeadamente aquela secção.

Além do mais, partindo da hipótese que sou suspenso, irei ser imediatamente julgado. Partindo da hipótese de que o não sou serei sempre julgado. Só que, se a Assembleia não me suspender das minhas funções, o julgamento fica adiado até que eu deixe de ser Deputado.

Também lhe quero dizer que não há nada da minha parte contra o Juiz de Direito que eu não conheço.

Eu só não percebo porque é que o Sr. Juiz de Direito, sem ninguém lhe ter pedido (nenhum jornal local naturalmente lhe pediu) no dia em que saiu no «Correio dos Açores» e no «Açoriano Oriental» uma notícia, que eu por acaso ainda não li mas tenho uma ideia porque me disseram, no mesmo dia em que isso saiu o Sr. Juiz de Direito mandou-me para o «Correio da Horta» um esclarecimento que, repito, não lhe foi pedido.

Não sei porque é que ele sentiu tanta urgência em esclarecer os dois jornais locais quando afinal quem tinha levantado o caso era um jornal de São Miguel a quem ele também mandou resposta no dia seguinte.

O esclarecimento dizia mais ou menos o seguinte:

«Sem embargo do eventual exercício do direito de resposta aos Órgãos de Comunicação Social «Correio dos Açores» e «RDP-Açores», etc., etc. . . .».

Ora, eu não sei a quem isto vem esclarecer?!

E para que foi esta pressa?

Publicou-se o esclarecimento que, enfim, penso que

não era esclarecimento nenhum, e abaixo publicou-se uma pequenina nota da redacção que dizia o seguinte:

«Não vamos comentar este espontâneo esclarecimento do Sr. Juiz de Direito mas apenas informamos os leitores do «Correio da Horta» que o nosso Director é Deputado eleito à Assembleia Regional dos Açores (ele dizia que não era) conforme se pode verificar na lista publicada no Suplemento ao Diário da República n. . . de 23 de Outubro de 1980 e que as funções que sem interrupção vem exercendo no Parlamento Açoriano são notórias e públicas».

É isto que a Sra. Deputada julga que é a cabala que o «Correio da Horta» está montando contra o Sr. Juiz de Direito!

Não está a montar cabala nenhuma contra o Juiz de Direito. Pelo amor de Deus, Sra. Deputada! . . .

Agora, se eu, cidadão, sou obrigado a conhecer todas as leis, se até neste processo fui em parte «prejudicado» porque desconhecia uma lei que é específica, por que é que o Sr. Dr. Juiz também não conhece as leis?

Sim, porque a lista dos candidatos a Deputados, publicada no Diário da República, também é uma lei, não é verdade? E claro que ele deveria conhecê-la.

Bom está discussão poderia eternizar-se mas eu fico-me por aqui.

Resta-me só acrescentar que o último esclarecimento mandado pelo Sr. Juiz (aliás já não é mandado por ele é por um Escrivão de Direito) diz que o Sr. Dr. Juiz o autoriza a esclarecer aquilo que ele diz ser a «anotação menos respeitosa».

Aquilo que eu acabei de ler como anotação ao primeiro esclarecimento é considerada por «menos respeitosa»! . . .

Eu já não sei o que é o respeito, porque se aquilo que eu acabei de ler falta ao respeito a alguém é porque então perdi a noção dos valores.

(Risos)

Presidente: Sra. Deputada Conceição Bettencourt, agora é que já vai ser preciso usar da figura do esclarecimento. Eu não estou a dizer que não lhe dou a palavra. É só para lhe dizer que já fez duas intervenções.

Tem a palavra.

Deputada Conceição Bettencourt (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Penso que fui bem clara na minha alocução, dizendo que não me ia pronunciar sobre a bondade ou a maldade, ou melhor, o valor intrínseco do processo, e muito menos sobre o conhecimento ou desconhecimento das leis do Juiz de Direito desta Comarca, o que seria realmente intrrometer-me em seara alheia e ter então muito mais profundos conhecimentos de Direito que o Sr. Deputado Fernando Faria . . .

Deputado Pacheco de Almeida (PSD): Não é suficiente . . .

A Oradora: O Sr. Deputado Pacheco de Almeida protestou ontem contra os apartes mas hoje está prolífero nesses mesmos . . . mas pode continuar que não me perturbam.

Deputado Pacheco de Almeida (PSD): Eu não estou copiando os modelos.

A Oradora: Faltou-me, Sr. Deputado Fernando Faria a quem me estou a dirigir, explicar-lhe a questão do Major Mário Tomé.

Se nuns casos nós reivindicamos liberdade de actuação nesta Assembleia, noutros não vamos dizer que temos que seguir a par e passo as actuações da Assembleia da República, não é verdade?

Parece-me que são dois órgãos distintos.

Claro que temos que respeitar as leis gerais da República e a Constituição mas não os processos eventuais ou os resultados das votações da Assembleia da República.

É tudo quanto tenho a dizer sobre este caso e penso que isso não me pode ferir em nada nem na minha alocução procurei ferir ninguém.

Não estou envolvida, nem em cabalas de extrema esquerda nem de extrema direita, contra si e contra o seu jornal. Agora, quanto a expressões desse jornal . . . Eu sou contra porque acho que todos os jornais desta terra não são demais para estarem ao serviço do público com um esclarecimento isento.

Direito de crítica? — Sim senhor.

Uma política desapaixonada sobre determinadas actuações? — Também está certo.

Sobre o impolítico de determinadas tomadas de posição? — Até também concordo.

Quanto ao resto, parece-me que até o Sr. Deputado Fernando Faria concordou que usou termos que não são de maneira nenhuma de utilizar nem de referir, por menos que se goste dos componentes ou de qualquer Órgão de Soberania que não seja da nossa simpatia, quer pessoal, quer política, porque há qualquer coisa que está acima deles, e que eles até podem ou não servir muito bem que é a própria instituição em si que fica manchada.

É quanto a esse aspecto que toda a minha alocução é dirigida e nada mais.

Deputado Fernando Faria (PSD): Posso pedir um esclarecimento à Sra. Deputada?

Presidente: Tem a palavra para o efeito.

Deputado Fernando Faria (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Penso que houve aqui uma má interpretação.

Eu não pedi à Sra. Deputada Conceição Bettencourt que falasse no caso do Major Mário Tomé. Eu é que o referi na minha intervenção só como exemplo.

O que eu tinha pedido à Sra. Deputada, pelo menos tinha deixado implícito, era que comentasse o despacho que está no processo e exarado no exemplar do jornal, despacho esse que foi feito pelo Sr. Dr. Juiz e dirigido ao Delegado do Ministério Público.

Era só isso que eu pedia que a Sra. Deputada comentasse.

Se isto não é desencadear um processo então o que é?

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Conceição Bettencourt.

Deputada Conceição Bettencourt (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Quanto à pertinência ou impertinência ou indução dum atitude que esse despacho possa provocar, Sr. Deputado Fernando Faria Ribeiro, há um meio processual mas em sede própria — que é o recurso.

Portanto, é o meio onde pode ser julgada a correcção ou a incorrecção desse despacho e de toda a condução do

processo. Isto não é para o aconselhar, porque decerto já o está e eu não tenho que lhe dar nenhum conselho, mas acho que tem à sua disposição todos os meios processuais para protestar contra esse despacho ou contra a condução do processo, que é precisamente o recurso eventual que queira interpôr, como é óbvio.

Deputado Fernando Faria (PSD): Muito obrigado.

Presidente: Vou dar agora a palavra ao Sr. Deputado Fernando Monteiro.

Deputado Pacheco de Almeida (PSD): Eu também estava inscrito.

Presidente: Eu sei que estava inscrito mas eu queria seguir a regra da alternância e daí eu dar a palavra ao Sr. Deputado Fernando Monteiro.

Deputado Pacheco de Almeida (PSD): Peço imensa desculpa. Eu percebi pela leitura que se iria falar de outro assunto e também gostava de me pronunciar sobre este.

Presidente: Não senhor. Eu só estou a usar a regra da alternância e por isso iria agora o Sr. Deputado Fernando Monteiro e depois o Sr. Deputado Pacheco de Almeida.

Tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Monteiro.

Não quer usar a tribuna?

Deputado Fernando Monteiro (CDS): Não, Sr. Presidente, só daqui a bocadinho.

Com respeito a este assunto eu gostaria de pedir um esclarecimento à Sra. Deputada Conceição Bettencourt e um esclarecimento . . .

Presidente: Pretende então usar da palavra para pedidos de esclarecimento?

Tem a palavra para o efeito.

Deputado Fernando Monteiro (CDS): . . . e também para um pedido de esclarecimento ao Sr. Deputado Fernando Faria. Tem porém que ser antecedido de uma série pequenina de considerandos.

Quando foi posta aqui há pouco à Assembleia a consideração sobre uma resolução para deliberarmos sobre se seará ou não suspenso o Sr. Deputado Fernando Faria para responder em Tribunal naturalmente, seguido a isso houve uma intervenção da Sra. Deputada Conceição Bettencourt.

Nessa intervenção o que eu ouvi foi definir uma posição em relação a esse acto.

Desenvolveram-se aqui nesta Sala considerações que me pareceram levar a transformar o Parlamento num tribunal.

Já ouvi fazer o julgamento do Conselho da Revolução. Tenho uma posição, mas não me pronunciei nem me pronunciarei aqui.

Já ouvi fazer juízos sobre o Juiz e sobre o procedimento do Juiz e já ouvi fazer algumas acusações contra um jornal ou até aquilo que ele diz. Mas também não me vou pronunciar aqui.

Um dos pedidos de esclarecimento é o seguinte:

— Estará ou não estará em jogo, da parte da Sra. Deputada Conceição Bettencourt, a suspensão ou não e daí ter-se pronunciado sobre isso pedindo que assuma com dignidade aquilo que nós julgamos necessário, que é ilibar, que é demonstrar em sede própria que não existe culpa ao Sr. Deputado Fernando Faria?

E ao Sr. Deputado Fernando Faria perguntaria:

— É isso, de facto, que está em jogo neste momento no Parlamento?

A não o ser, não percebo a continuação deste debate — claro que esta é uma questão que não é posta a si.

Presidente: O Sr. Deputado Fernando Monteiro formulou pedidos de esclarecimento. . .

Deputado Fernando Faria (PSD): À Sra. Deputada e a mim.

Deputada Conceição Bettencourt (PS): A mim?!

(Risos)

Presidente: Algum dos Srs. Deputados pretende responder aos pedidos de esclarecimento do Sr. Deputado Fernando Monteiro?

Tem a palavra, para começar a responder, a Sra. Deputada Conceição Bettencourt.

Deputada Conceição Bettencourt (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Deputado Fernando Monteiro, Srs. Membros do Governo:

Eu peço desculpa ao Sr. Deputado Fernando Monteiro mas, como estávamos aqui a falar sobre este assunto, eu não me apercebi inteiramente do sentido do seu pedido de esclarecimento e por isso gostaria que o tornasse a repetir.

Presidente: O Sr. Deputado Fernando Monteiro quer fazer o favor de repetir as suas dúvidas dirigidas à Sra. Deputada Conceição Bettencourt?

Tem a palavra para o efeito.

Deputado Fernando Monteiro (CDS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Não farei mais nenhuma consideração. Perguntarei sencamente a questão que me preocupa. . .

(Voz inaudível dum Sr. Deputado)

O Orador: Há aqui uns àpartes que fazem eco e prejudicam altamente a serenidade das frases. . .

(Risos)

. . . Os sorrisos também prejudicam. . . os de ontem e os de hoje parecem uníssonos. . .

Mas, o esclarecimento que eu pedia à Sra. Deputada Conceição Bettencourt era o seguinte:

— Acha que, de facto, a sua intervenção levou-nos a pensar e a reflectir aqui se não seria mais digno ir à sede própria demonstrar a não culpabilidade por parte de quem foi acusado?

O outro esclarecimento vou então dirigi-lo ao Sr. Deputado Fernando Faria:

— Quem é o acusador e quem fez a acusação? Estamos aqui para julgar coisas que não interessam como o jornal, a sua atitude, o Juiz, o Conselho da Revolução, o 25 de Abril e outras coisas mais, ou é para sabermos se deve ou não ser suspenso do seu mandato para ir em sede própria demonstrar a sua não culpabilidade?

Presidente: Penso que agora a Sra. Deputada Conceição Bettencourt poderá responder à pergunta que lhe foi dirigida. Tem a palavra.

Deputada Conceição Bettencourt (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Esta é uma pergunta quase sem saída e não traduz bem a minha intenção.

Quando eu falei em dignidade não quis dizer que considero indigno aquele que, mercê de uma qualidade, se exi-

ma, ou prefira não ir enquanto for possuidor dessa qualidade, a tribunal.

Penso, segundo o meu ponto de vista, que é mais digno, o que não quer dizer que a atitude contrária seja indigna. Mas isso já é uma valorização subjectiva e pessoal deste próprio conceito.

A arrostar com as consequências e se não quisermos usar este termo que a ser usado pode parecer que pretende ferir alguém quando não é isso que se pretende, eu diria então mais corajoso, o que também não quer dizer, Srs. Deputados, que esteja a chamar cobarde a quem não vá. É uma questão de preferência ou de escolha.

Qualquer das duas situações são legais e não há indignidade ou cobardia.

No meu conceito há é mais dignidade e mais coragem.

E é só isto da minha parte.

Presidente: O Sr. Deputado Carlos Teixeira quer pedir um esclarecimento à Sra. Deputada Conceição Bettencourt suscitado pela resposta que ela deu agora.

Vou dar então prioridade ao Sr. Deputado Carlos Teixeira para ele pedir um esclarecimento ao esclarecimento que a Sra. Deputada Conceição Bettencourt acabou de prestar e, seguidamente, o Sr. Deputado Fernando Faria responderá ao pedido de esclarecimento, formulado em termos mais genéricos, pelo Sr. Deputado Fernando Monteiro.

Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Teixeira.

Deputado Carlos Teixeira (PSD): A minha pergunta é muito simples.

Há aqui um factor que parece-me que devia ser ponderado nesta Câmara: o despacho dado sobre a edição do jornal, feito pelo Sr. Dr. Juiz ao Delegado Procurador da República.

Isso dá-nos, a mim e a grande parte dos Deputados da minha bancada, indícios de que há má fé neste processo.

Por conseguinte, eu gostaria de perguntar à Sra. Deputada o seguinte:

— Atendendo a este facto, acha que o Sr. Dr. Juiz em causa pode vir, quando por estes factos parece existir má fé, a ser um juiz imparcial num julgamento desta natureza?

(Vozes do PSD: Muito bem! Muito bem!)

Presidente: A Sra. Deputada Conceição Bettencourt tem a palavra para responder.

Deputada Conceição Bettencourt (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

O Sr. Deputado Carlos Teixeira na sua qualidade de Deputado e não sendo portanto responsável, mas parece-me que é pelas opiniões políticas e não pelos insultos pessoais mas, enfim, alarguemos até o conceito de irresponsabilidade do Deputado pelas opiniões que profere, acaba de dizer que o Juiz parece de má fé ao proferir esse despacho.

Eu não me vou pronunciar sobre isso.

Eu tenho que partir desse princípio (até da sua boa fé, Sr. Deputado!) e talvez me custe mais do que partir da boa fé do Sr. Dr. Juiz.

Deputado Carlos Teixeira (PSD): Não parece! . . .

Deputada Conceição Bettencourt (PS): Pois que não pareça, Sr. Deputado! O Sr. Deputado tem julgamentos extraordinários e tem tido realmente intervenções de juízos de valor fantásticos. . .

De maneira que, se não partirmos do ponto de vista da isenção dos tribunais, mal estamos.

Os tribunais são um dos órgãos de soberania que eu não gostaria nada de pôr em dúvida porque, assim sendo, não há leis democráticas que nos valham, nem democracia que se agente, nem certeza da lei, nem segurança da lei.

Eu parto do princípio da boa fé. Mas, como digo, é em sede própria que o Sr. Deputado Fernando Faria pode inquirir de mais ou menos correcção, recorrendo da sentença, visto que ainda tem mais duas ordens de tribunais para o poder fazer, ou admitimos então que todos estão de má fé e, nessa altura os tribunais ^{que} são órgãos de soberania e com um poder isento acabaram — e mal iria se nós realmente não tivéssemos confiança neste órgão de soberania! — ou então o recurso dar-lhe-á eventualmente razão.

É tudo quanto lhe posso dizer.

Fazer um julgamento (eu própria) da acção dum tribunal ainda com um juízo de pressuposição, de suspensão, visto que a sentença não está proferida e se o for será fundamentada e quando o fôr poderá ou não agradar e ser susceptível ou não de recurso em sede própria, é coisa que não tenciono fazer.

É como, por exemplo, se nós víssemos aqui nos Açores legislar-se num mercado.

Nós diríamos então : — Não; a sede própria (salvo seja a comparação) é na Assembleia Regional porque na Assembleia Regional podem-se tecer críticas e pode-se pôr a questão noutros termos, especialmente o nosso Grupo Parlamentar. É de conveniência e não em termos de pruridos de dignidade dum instituição sobre outra. Temos que as respeitar todas.

Fica ressalvada, melhor ou pior, a coragem ou a dignidade do Deputado e desta Assembleia se, impedindo ou facilitando, conforme o resultado da votação, a ida do Sr. Deputado a Tribunal, em termos até pedagógicos para o público e para o povo destas ilhas, a fim de que não se cometam constantemente por acção ou omissão certas atitudes que firam outras instituições.

A questão está nisto só e em nada mais.

Isto é tão fácil de entender . . .

Deputado Carlos Teixeira (PSD): É muito fácil . . . É concerteza . . .

Presidente: O Sr. Deputado Fernando Faria . . .

Deputada Conceição Bettencourt (PS): É a primeira vez que eu o vejo entender então com facilidade, Sr. Deputado.

Presidente: O Sr. Deputado Fernando Faria vai responder ao pedido de esclarecimento do Sr. Deputado Fernando Monteiro e, seguidamente, o Sr. Deputado Pacheco de Almeida fará a sua intervenção.

Tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Faria.

Deputado Fernando Faria (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Devo dizer ao Sr. Deputado Fernando Monteiro que, aqui e hoje nesta Sala, não fui eu que iniciei o julgamento nem levantei esta questão, embora a Sra. Deputada Conceição Bettencourt faça o favor de, com algum sacrifício, aceitar a minha boa fé mas de uma forma muito reduzida.

O Sr. Deputado Fernando Monteiro perguntou-me

quem era o acusador. Eu não sei quem é o acusador — eu é que não sou.

Oficialmente é o Ministério Público — diz a Sra. Deputada em aparte. Evidentemente que tem que ser sempre, só que o Ministério Público foi alertado, despertado, induzido a desenvolver esta acção pelo despacho que lá está do Sr. Dr. Juiz.

E não me venham falar em dignidade, nem em honra, nem em coragem porque eu tenho tudo isso!

Considero-me com defeitos, mas tenho coragem.

Se estou num jornal, já lhe disse, desde 74 já sofri muito, já fui invadido muitas vezes, já (bem ou mal, não quero contar) defendi todos os Partidos democráticos, já arrotei com ameaças de morte, inclusivé, e nunca houve ninguém, nenhum juiz até, que o não soubesse.

Eu sei como é que as coisas se fazem nas terras pequenas. Mas está nesta Sala mais alguém, talvez doutra bancada até, que pode lembrar-se (mas não sei se nesta altura se lembraria! . . .) de situações, de reuniões que se faziam no Governo Civil e em que o «Correio da Horta» era atacado porque defendia a Autonomia dos Açores. Isso até levava o Governador a dizer: «A próxima vez que eu veja . . . vão para Caxias».

E a gente continuou defendendo. Bem ou mal? Isso não me interessa.

Portanto, não me venham falar aqui de coragem e dignidade. Isto é penoso para mim porque, volvidos oito anos, aparece agora uma situação que é, quanto a mim, nitidamente persecutória porque já houve tanta coisa. Eu gostava até de saber se todos estes jornais, cujas fotocópias eu posuo, estão também processados.

Sr. Deputado Fernando Monteiro, o acusador oficial é o Ministério Público, levando como ajuda o despacho do Sr. Dr. Juiz inserto na edição do jornal.

Eu não me eximo ao julgamento. Simplesmente, é a Assembleia que decidirá se eu devo ou não sair desta Sala. Mas a Assembleia irá decidir em consciência.

Porém, neste momento, desde há dias e com isto de hoje eu pergunto se as pessoas, porque todas são pessoas, merecem respeito.

As instituições merecem respeito, merecem respeito os tribunais e merece respeito também a Assembleia Regional dos Açores que não tem sido muito respeitada por alguém.

Neste clima emocional eu tenho muitas dúvidas se tudo isto se processará com aquela normalidade e serenidade que deveria ter.

Portanto, eu não estou aqui para julgar ninguém e não é que iniciei o processo. Eu afinal é que sou o motivo disto!

E digo mais: agora ou depois eu irei sempre a julgamento. Mas isso não está em causa e eu tenho consciência disso.

Não sei bem, mas penso que respondi às suas perguntas.

Presidente: Dou agora a palavra para uma intervenção ao Sr. Deputado Pacheco de Almeida.

Deputado Pacheco de Almeida (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É com um sentimento de gosto que peço a palavra para falar de uma questão que a contragosto me traz aqui. Esta, a do libelo que aqui se traz contra o companheiro de traba-

lho Fernando Faria, e o hino de louvor ao Conselho da Revolução.

Foi assim que, nesta Câmara e hoje, se deram início aos nossos trabalhos.

O libelo contra um Deputado que, para além de Deputado, é homem e cuja história de homem é desnecessário contar.

O hino ao Conselho da Revolução que aqui se disse encarnar, na sua essência e através de todo o seu tempo de existência, os ideais de Abril — tão vilipendiados quantas vezes e quão esquecidos por esse próprio Conselho da Revolução em tantas atitudes que em nada dignificaram o processo de avanço português.

Vou ter que «fazer algumas lembranças» à Sra. Deputada Conceição Bettencourt porque penso que a sua memória dá saltos gigantescos do 25 de Abril de 74 para as vésperas da extinção do Conselho da Revolução, data em que alguns dos seus membros procuram (esses sim!) uma reforma mais compensatória dos altos serviços prestados ao País — nalguns casos até, e efectivamente, altos serviços prestados ao País.

Eu gostaria de lhe lembrar que o 25 de Abril não é um processo cristalino; os ideais de Abril é que são um processo cristalino.

Aquilo que se seguiu aos ideais de Abril é, talvez, o mais controverso dos processos revolucionários europeus na procura da democracia.

Quem acompanhou a actividade dos SUV(s), quem foi vítima das difamações das campanhas de dinamização, quem «teve à perna» os oficiais do Exército, que de oficiais só tinham os galões às vezes e nenhuma dignidade, na perseguição que nesta terra se fez a quem democraticamente procurava (isso sim!) institucionalizar a democracia com o povo porque esse é que faz a democracia, tem de sentir-se ofendido com o que aqui se disse hoje.

O 25 de Abril não é o Conselho da Revolução! Nunca foi o Conselho da Revolução!

(Vozes do PSD: Muito bem! Muito bem!)

O Orador: Foram algumas das pessoas também do Conselho da Revolução e para elas vai o meu apreço, o meu grande apreço . . . mas para alguns.

Não de modo nenhum para todos! — que nem eleitos foram, como aqui já se disse, para esse Órgão.

Ofenderam continuamente esse Órgão, a Democracia, um País, a Europa inteira, que acreditava que Portugal caminhava com uma certa rapidez para a vida democrática, a qual foi muitas vezes travada por esse Conselho da Revolução.

Falou a Sra. Deputada de apenas 12 vetos que disse serem por desrespeito, no entendimento do Conselho da Revolução, aos ideais de Abril, como se esse consenso de homens pudesse encarnar os ideais de Abril que eles tantas vezes tinham desvirtuado ou como se o País pudesse porventura acreditar que o pensamento desses militares, que integravam o Conselho da Revolução, pensava mais e melhor que o resto do País do que a própria Assembleia da República (ao tempo já constituída) emanadora, ela própria, das leis — quantas vezes por consenso maioritário dos Partidos democráticos da Assembleia da República.

Eu tenho ainda de voltar atrás para lembrar Otelo Saraiva de Carvalho, COPCON e o Campo Pequeno — que se destinava a gente cujas vidas não iriam ser respeitadas.

Talvez ao abrigo dos ideais de Abril? — Não! Nunca! Mas certamente com o beneplácito do Conselho da Revolução que já existia e que nada fez para travar essa caminhada — e nem o podia fazer porque o seu patrão era o Partido Comunista e todos sabem.

E que fique claro que nada temos contra o Partido Comunista! Uma coisa é o Partido e a sua actividade que pode e deve prosseguir enquanto tiver espaço político para tal, e deve tê-lo sempre por pequena que seja a sua implantação, e outra coisa é procurar impôr a um Povo, como se fez, através das Forças Armadas perfeitamente abandalhadas pelos SUV(s), destruídas na essência, incapazes de se fardarem até, quase que já nem marchando! . . .

É isso que queremos apontar como exemplo e que agora queremos defender, lembrando apenas os gestos (alguns) em que a democracia foi protegida pelo Conselho da Revolução e esquecendo todas as indignidades que deixou cometer neste País!

Eu gostaria de perguntar-lhe se pessoas como o actual Presidente da República, foram dos Capitães de Abril que sempre permaneceram nos ditos Capitães de Abril aonde estava no 11 de Março como aparece no 25 de Novembro, como se compatibiliza todo este processo de intervenção das Forças Armadas sempre sob o patrocínio do Conselho da Revolução, o tal . . . o eterno . . . o impoluto . . . o perfeito defensor das liberdades?

Sra. Deputada, trouxe para aqui uma acusação que é grave — feita ao homem, feita ao Deputado e feita a esta Câmara.

O que está em causa não é julgar o escrito de um jornal. Poderiam estar em causa coisas bastante mais profundas porque, segundo já foi dito aqui, muitos jomais falaram neste assunto. Eu lembrar-lhe-ia até quantos líderes políticos do seu próprio Partido e com grandes responsabilidades nele não disseram enormidades acerca de alguns dos Membros do Conselho da Revolução e de algumas tomadas de posição do mesmo Conselho da Revolução.

Certamente que se esqueceu a sua memória das muitas intervenções, que eu me dispense de lembrar-lhas porque as sabe melhor do que eu, de quantos militantes responsáveis pelo Partido Socialista tiveram a coragem de, repetidamente e na altura própria, acusarem também o Conselho da Revolução de não permitir que o País avançasse e da sua cumplicidade com a destruição que se procurou fazer dos ideais de Abril.

Que não me venham dizer que o 11 de Março e toda a perseguição que se lhe seguiu eram a incorporação deste País nos ideais de Abril! Eles eram a violação de tudo isso.

Eu tenho agora de fazer recurso a algumas das notas da Sra. Deputada porque me parece importante que aqui se lhes faça também alguma referência.

«Conjura contra o poder judicial» referiu, a Sra. Deputada, que poderia estar em curso. Nós teremos é que dizer que . . .

Deputada Conceição Bettencourt (PS): Eu não falei em conjura nenhuma.

O Orador: Falou. E se consultar os registos da Assembleia verá que a palavra lá está.

Deputada Conceição Bettencourt (PS): Não pode lá estar.

O Orador: Está! . . . e eu anotei-a. Às vezes a memória é preciosa mas a memória que se regista é a mais preciosa ainda.

Deputada Conceição Bettencourt (PS): Em conjura ninguém falou.

O Orador: Conjura foi quanto disse, mas está escrita. Conjura contra o poder judicial que poderá estar a ser pressionado, que poderá estar. . .

Deputada Conceição Bettencourt (PS): Poderá estar a entrar em órbita.

O Orador: Poderei estar a entrar em órbita. A Sra. Deputada merece-o. . . é um elogio que lhe faço. . .

(Risos)

. . . e se servir para a colocar também em órbita. . .

Deputada Conceição Bettencourt (PS): O Sr. Deputado é que está!

O Orador: Eu sei que estou, mas se servir para a colocar em órbita é óptimo. . .

(Risos)

. . . e talvez eu consiga regressar.

Deputada Conceição Bettencourt (PS): Eu mantenho os pés na Terra.

O Orador: E depois destes apartes, e mantendo os pés na Terra coisa que também eu tenho, vamos voltar às coisas concretas do nosso quotidiano.

Esta de se dizer que o Dr. Fernando Faria não consta nos processos judiciais como Deputado Regional, não pode ser tomada a sério, faz-nos rir e sobre ela não faço mais comentários.

Dizer-se que o Dr. Fernando Faria não é notoriamente um Deputado Regional e o Vice-Presidente da Assembleia!

Se vivessemos nos Estados Unidos e ele fosse um membro dum pequeno Senado e se perguntasse a um habitante de Washington se isto podia ser uma realidade, talvez tivesse cabimento. Mas no nosso pequeno mundo, Sra. Deputada, é preciso um gesto de grande bondade para com a inteligência do Meritíssimo Sr. Juiz, a quem aqui presto a minha homenagem, para de facto assim poder pensar — e tenho de prestar homenagem senão ainda corro o risco de ser processado também.

(Risos e aplausos do PSD)

«Correcta aplicação da lei pelo Juiz da Comarca da Horta» disse a Sra. Deputada que estaria a ter lugar. Mas, (céus!) e donde viria a dúvida?

Então um Juiz vai interpretar a lei e aplicá-la mal?! Então faz-nos o favor quando aplica mal a lei ou apenas cumpre bem quando a faz de facto cumprir?

Pede-se também que o réu se apresente voluntariamente ao tribunal e aqui aparece uma solidariedade estranha do Deputado Fernando Monteiro fazendo um apelo à dignidade do Deputado Fernando Faria Ribeiro que, se não fôr digno, pode ficar aqui connosco, nesta Casa onde trabalha e se não tiver dignidade tem de apresentar-se em Tribunal para que o Meritíssimo Juiz da Comarca da Horta o possa ver e identificar e depois julgar convenientemente.

Deputado Fernando Monteiro (CDS): Eu iria sem medo na minha consciência. . .

O Orador: O Sr. Deputado iria?! Faz pouca falta nesta Câmara e talvez gostasse de ser dispensado. . . para outras actividades.

Deputado Fernando Monteiro (CDS): Eu faço pouca falta à democracia e já sei que faço pouca falta a essa democracia. Bastavam-se vocês para serem a grande democracia nos Açores. Sozinhos . . . e quanto mais sozinhos melhor.

O Orador: Descontado este tempo da intervenção do Sr. Deputado Fernando Monteiro que mais uma vez dá conta do espaço que ocupa nesta Câmara (e fá-lo sempre!), passemos à frente.

Deputado Fernando Monteiro (CDS): Eu não sou dono dela.

O Orador: O que pede aqui o Sr. Deputado Fernando Monteiro e que pede a Sra. Deputada Conceição Bettencourt por razões diferentes talvez, é que esta Câmara possa tomar a decisão de enviar a juízo e a curto prazo (já em Dezembro) um Deputado desta Câmara ^{que} têm muito trabalho para fazer.

E, como aqui já foi dito, os julgamentos têm sempre lugar. Nós estamos, perante aquilo que me foi dito, um crime a que não corresponde pena maior (tenho que me socorrer das notas porque não sou jurista) sendo julgado em processo meramente correcional.

Pergunta-se então: — Qual a necessidade da velocidade deste julgamento para não perguntar da velocidade da leitura do «Correio da Horta» e do despacho deixado tombar sobre o mesmo jornal?

Eu não sabia que os Meritíssimos Srs. Juizes tinham tanta disponibilidade de tempo para assim fazerem tombar espaços sobre os pasquins provincianos desta terra — «pasquins» acrescentei eu «provincianos» é da Sra. Deputada Conceição Bettencourt.

Os jornais, por pequenos que sejam, muitas vezes têm um papel a desempenhar nas comunidades também pequenas.

Nós, Partido Social Democrata, vamos certamente ter um pronunciamento sobre esta questão. Mas nós não: quize-mos deixar de, antes desse pronunciamento, trazer à vossa reflexão algumas das coisas que aqui deixei ditas e com as quais eu irei concluir a minha intervenção.

O que aqui procurou dizer a Sra. Deputada Conceição Bettencourt — e é como vou terminar — do Conselho da Revolução seria um apelo patético à nossa admiração pelo Conselho da Revolução que, singularmente, aparece no dia 25 de Abril — e aqui então é mera coincidência porque se não fosse coincidência a nossa estranheza seria ainda maior.

Mas, na realidade, aquilo que aqui teremos de deixar claro é que o Conselho da Revolução, que agora já não existe, foi um Órgão que enquanto existiu (pensamos) devia ter sido sempre tratado criticamente com a linguagem que a crítica deve sempre encobrir — a limpeza de linguagem por mais áspera que seja a crítica.

E aqui é que me parece que muitas vezes reside o desvio que a crítica recebe na medida em que, por vezes, quem escreve, ou quem fala, ou quem ^{diz} empresta ao que diz palavras que seriam perfeitamente dispensáveis nas ideias que se

procuram expandir.

Mas procurar julgar as palavras, os adjectivos ou até algum substantivo quando o que está em causa é a possibilidade ou o direito de se criticar ou não um Órgão, ao tempo em exercício, é um princípio que não poderíamos aqui aceitar!

Reafirmamos que — e isto porque se fez muitas vezes um apelo ao 25 de Abril — que o 25 de Abril nos seus ideais está hoje a viver connosco no País e também na Região, na medida em que cada força política (e são todas!) têm o seu direito de opinião, conseguem o peso eleitoral que o seu ideário político consegue congrega, mantêm ou perdem essa credibilidade política por força das suas acções, dos seus actos e do julgamento que o povo faz de quem é político e de quem toma actos políticos.

Penso que não temos o direito de acusar esta ou aquela parcela do território pelas opções políticas que toma. Se o Alentejo é vermelho, há zonas do País que são laranja e vermelho e eu penso que aí é que encontramos a virtualidade da democracia.

O Partido Socialista alterna, ao longo do País, com a social democracia, com o PC e (ja-me esquecendo) o CDS o que faz com que, nalgumas áreas, a mancha política do nosso País (ainda me lembrei a tempo do CDS!) forme um xadrez matizado.

É neste xadrez matizado de coloração política que nós encontramos a virtualidade da democracia.

E não nos venham pedir que, ao abrigo dela, deixemos de criticar qualquer que seja o órgão de democracia quando esses próprios órgãos — do Presidente da República, passando pela Assembleia da República, pelo Governo, e espero que não, pelos outros poderes constitucionais deste País — todos os órgãos têm, ao longo destes últimos anos talvez de maneira menos boa para a democracia, tecido muitíssimas críticas a si próprios — duras e ásperas críticas por vezes.

Nós próprios, líderes dos Partidos, quantas vezes não teremos feito juízos políticos sobre a actividade dos Órgãos que vêm dirigindo este País?!

E vamos pretender para nós o direito de fazer esses juízos e expressá-los, quantas vezes publicamente nesta Câmara e fora dela, recusando a quem é tribuna livre — Comunicação Social — a liberdade de o fazer?

Estranha maneira esta que às vezes temos de entender a liberdade da Comunicação Social, que nos leva a pedir para ela todos os direitos às vezes e a esquecer noutras a mínima conveniência de se assegurar a quem tem responsabilidades na Comunicação Social a possibilidade de continuar a conduzir os destinos, como aqui hoje foi referido, de órgãos não subsidiados, feitos com o suor do trabalho do dia a dia de quem acredita que o seu contributo também ajuda a modificar e consolidar a democracia nesta nossa terra.

Muito obrigado.

(Vozes e aplausos do PSD: Muito bem! Muito bem!)

Presidente: A Sra. Deputada Conceição Bettencourt pede a palavra para? . . .

Deputada Conceição Bettencourt (PS): Para um protesto.

Presidente: Tem a palavra para o efeito.

Deputada Conceição Bettencourt (PS): Sr. Presidente,

Srs. Deputados:

Sem querer dar origem a um contraprotesto pelo facto do Sr. Deputado Pacheco de Almeida que causou, enfim, momentos agradáveis e hilariantes a esta Casa, ou pelo menos à sua bancada com imagens mirabolantes e asserções menos rigorosas, o meu hino, como ele chamou de novo ao Conselho da Revolução, significa a defesa em relação a um ataque cujos termos foram objectivamente ofensivos. Daí que eu não acusei o homem mas sim o jornal por os ter usado.

Há uma coisa que é a responsabilidade objectiva, quer se tenha praticado ou não a autoria — é natural que o Sr. Deputado Pacheco de Almeida não tenha ponderado nestes termos que julgamos não impender sobre o Sr. Deputado Fernando Faria — autoria portanto, a culpabilidade subjectiva.

Objectivamente, o director do jornal é responsável pelo que nele se escreve; subjectivamente, como autor, julgamos não o ser.

Portanto, não houve nenhum libelo contra o homem; houve sim se assim o quisermos chamar com esse tom dramático, em relação ao jornal e às ofensas objectivamente feitas ao Órgão de Soberania e seus membros.

O Sr. Deputado deve saber que há um crime que se chama difamação, independentemente de o indivíduo visado ter cometido ou não um acto reprovável.

A difamação afere-se tão somente pela perda ou diminuição de consideração que esse indivíduo possa ter pela propalação de um acto, porventura reprovável, que tenha cometido. É, portanto, uma perda de consideração social que esse indivíduo poderá vir a sofrer com a propalação de determinadas acções que tenha cometido.

Disse também que o 25 de Abril não é o Conselho da Revolução. Houve muita mais gente, isso é óbvio. E não me digam agora que ao se criar, e até por acordo de Partidos de que o seu foi subscritor, esse compromisso entre o MFA e os Partidos com vista inclusivamente à constituição do Conselho da Revolução se iam incluir todos os militares de Abril porque então haveria mais heróis até que militares — todos queriam pertencer.

Por outro lado, pelo facto de alguns dos membros serem eleitos por nomeação do próprio ramo das Forças Armadas a que pertence, pois nós não podemos dizer que é menos democrático um governo por ter sido governo por via indirecta — não é eleito directamente pelo povo mas é a forma da sua constituição.

Não vamos dizer também que é menos democrática a constituição do Tribunal Constitucional por uns serem eleitos e outros por cooptação. Isso é uma forma de ver muito fantástica.

Quanto à notoriedade parece-me que já fui suficientemente clara. A notoriedade é de factos físicos aparentes e também, e em relação ao Tribunal, através do conhecimento que, pelo exercício da sua função, o Juiz tem mormente. Mas tem que extrair certidão de documento constante doutro processo. E não havia documento algum autêntico no processo: havia a declaração do funcionário, ou melhor, pelo Sr. Deputado, na fase do inquérito. Mas isso é outra questão jurídica que não lhe levo a mal que tenha confundido.

Eu não chamei de «provinciano» ao jornal. Eu disse que os termos (esses sim!) para além de objectivamente ofensivos, etc., etc. . . . até eram de um ridículo provincianismo porque não se faz crítica daquela maneira. Crítica é em relação às ideias ou à actuação, mas sem empregar os nomes feios que lá vêm.

Deputado Pacheco de Almeida (PSD): Ler alguns críticos que fazem a crítica com humor faz bem a todos.

A Oradora: Acha?

Deputado Pacheco de Almeida (PSD): Acho que sim.

A Oradora: Tem ideias muito engraçadas. Eu bem vi que está em hábito!

Agora pergunto eu: — Que tem o Conselho da Revolução, como Órgão de Soberania, com o COPCON que foi antes da sua constituição?

Que têm os SUV(s) com o Conselho da Revolução? — nós sabemos em que período foi.

SUV(s) e Conselho da Revolução são coisas diferentes, não é verdade, Sr. Deputado?

A sua memória é excelente mas não é memória, vamos lá, distintiva porque amalgamou coisas que não são amalgáveis.

Deputado Pacheco de Almeida (PSD): Talvez sejam. . .

A Oradora: As opiniões de membros dirigentes do PS contra o Conselho da Revolução, pois certamente que as têm tido e também tido hinos de louvor.

Uma coisa é criticar e outra é reconhecer que em determinado capítulo se comportaram com toda a isenção — pelo menos a que em seu entender era isenção absoluta — e os números que aponte parece-me que mostram que afinal de contas não o excedeu.

Também não persegui ninguém. Nada de ter complexos de perseguição!

A liberdade de expressão que nós defendemos a todo o custo não é o abuso de liberdade de expressão usando termos objectivamente ofensivos! Isso seria libertinagem de expressão.

Não me venham agora dizer que se, em relação a esta Assembleia Regional se usassem esses termos, se achasse muito bem que um jornal estivesse a usar o seu direito de liberdade de expressão.

Esses termos, usados em relação a esta Assembleia Regional, seriam por nós também tomados, qualquer que fosse o jornal, nem que fosse o Diário da República — não é um jornal propriamente nesses termos mas . . . — nós os acharíamos de objectivamente ofensivos . . .

Deputado Pacheco de Almeida (PSD): Nós?!

A Oradora: Claro! Nós achávamos objectivamente ofensivos e tenho a certeza que disso faríamos denúncia ao Ministério Público para que fosse intentada a correspondente acção quem quer que a proferisse. Mas sem atacar pessoalmente homem nenhum mas, sim, o abuso de liberdade de imprensa que esse órgão de Comunicação Social tinha cometido.

E é só isso que tenho a dizer.

Presidente: Sem querer coarctar o exercício do direito de expressão a ninguém, queria pedir aos Srs. Deputados o favor de, sem deixarem de dizer tudo o que têm a dizer, reduzirem ao mínimo as suas intervenções. Ainda temos três

Srs. Deputados inscritos, são quase 11 horas da manhã e vamos ter que interromper, como é do conhecimento de todos, cerca das 11, 30 horas.

Portanto, penso que será possível fazer os debates completos mas reduzindo ao mínimo, digamos, aceitável a extensão das intervenções.

O Sr. Deputado Daniel de Sá tinha pedido a palavra. Eu não sei se era para uma intervenção ou se era para um pedido de esclarecimento.

Deputado Daniel de Sá (PS): Para uma intervenção.

Presidente: É que, antes do Sr. Deputado Daniel de Sá, o Sr. Deputado Martins Goulart tinha pedido a palavra e o Sr. Deputado Melo Alves também, de maneira que eu vou ter que . . .

(Pausa)

O Sr. Deputado Pacheco de Almeida traz aqui à Mesa a lembrança de que o que ficou ontem entendido foi que os trabalhos iriam hoje até ao meio dia.

Eu recordo que foi efectivamente até ao meio dia só que, no meu entendimento pessoal, era no sentido de que se interrompiam os trabalhos ao meio dia porque tinha sido formulado um convite a todos os Srs. Deputados para tomarem parte numa determinada cerimónia.

Eu não tenho a menor dúvida em prolongar até os trabalhos por mais tempo. Se a Assembleia entender, ou se os Grupos Parlamentares entenderem que não se deva tomar parte nessa cerimónia, por minha parte não há problema nenhum.

Estou apenas a dizer que o meu entendimento era de que, para se poder ir eventualmente à cerimónia do meio dia tínhamos que parar alguns minutos antes do meio dia e por isso fiz a conta a meia hora antes.

Faz favor de dizer, Sr. Deputado Pacheco de Almeida.

Deputado Pacheco de Almeida (PSD): A minha intervenção fi-la por duas razões:

1.^a — Porque havíamos entendido em Grupo que os trabalhos prosseguiriam até ao meio dia. Não fomos consultados em relação a esta alteração e suponho que a bancada do Partido Socialista também não foi — questão de princípios.

2.^a — Tendo em conta as distâncias nesta cidade, eu entendo que, para uma cerimónia marcada para o meio dia, podemos perfeitamente sair 2 ou 3 minutos antes ou chegamos ligeiramente atrasados. Não subscreveria esta alteração de calendário.

Presidente: Muito bem, Srs. Deputados. O problema foi devido a uma interpretação da Mesa sobre o que tinha ficado conversado.

· A ideia era de que houvesse uma interrupção com vista àquilo que vai haver ao meio dia.

A Mesa é que fez contas ao facto de supôr que se era para estar lá ao meio dia tínhamos de sair de cá antes.

Todavia, fica entendido claramente que não interromperemos os trabalhos antes do meio dia e quem chegar tarde chegamos. Isso não constitui problema para ninguém.

· Assim sendo, vamos ordenar as intervenções que faltam procurando seguir sempre a regra da alternância.

O Sr. Deputado Daniel de Sá pede a palavra para uma intervenção e não para um pedido de esclarecimento.

Deputado Daniel de Sá (PS): Também é para um pe-

dido de esclarecimento.

Presidente: Sr. Deputado se for para um pedido de esclarecimento eu dou-lhe a palavra já; se fôr para uma intervenção eu dou-lhe a palavra depois do Sr. Deputado Martins Goulart.

Deputado Daniel de Sá (PS): Transformo só em pedido de esclarecimento.

Presidente: Então tem a palavra imediatamente para um pedido de esclarecimento.

Deputado Daniel de Sá (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo Regional:

Uma vez que vou transformar a minha intervenção apenas em pedido de esclarecimento, deixo à parte umas considerações que queria fazer a respeito da intervenção do Sr. Deputado Pacheco de Almeida.

Creio que houve realmente confusões, creio que criou um clima emocional, confundindo SUV(s), o COPCON e campanhas de dinamização cultural com o próprio Conselho da Revolução e creio que esqueceu que há órgãos técnicos que não são eleitos e que muito respeitamos.

O Sr. Subsecretário do Planeamento, por exemplo, é um caso deles e ninguém pôs em causa a sua capacidade e creio que não foi eleito pela Região Açores para o cargo.

Mas passo então realmente ao pedido de esclarecimento.

O pedido de esclarecimento que eu queria fazer é o seguinte:

— Eu creio que esta Assembleia está a pronunciar-se, pecando por uma petição de princípio, digamos assim. Seria interessante saber qual é a opinião do Sr. Deputado Fernando Faria, que é a pessoa interessada directamente no caso, porque se ele não se pronunciar abertamente, explicando as razões por que pensa que deve ser-lhe concedida ou não a suspensão, se a Assembleia não conceder essa suspensão poderá parecer conivente com o que a opinião pública pensa que foi um crime. Por outro lado . . .

Deputado Carlos Teixeira (PSD): Essa é a sua! Não é a da opinião pública!

O Orador: Eu estou a dizer com o que uma parte, pelo menos, da opinião pública pensa que foi um crime.

Sr. Deputado Carlos Teixeira eu defino a liberdade de imprensa como «a capacidade ou a possibilidade de se escrever aquilo que se pensa». Não ponho nunca em causa os juízos de valor dum jornalista desde que esse jornalista seja absolutamente fiel em relação ao que pensou.

Isso é que é liberdade de imprensa e contra isso não há argumentos — como se costuma dizer.

Portanto, se a Assembleia obrigar o Sr. Deputado Fernando Faria a um julgamento para o que ele, por qualquer razão, pode não estar predisposto agora ou pode achar que não é o tempo conveniente, é uma violência que se faz sobre o Sr. Deputado Fernando Faria.

Creio que a Assembleia está disposta a apoiar, qualquer que seja a decisão nessa matéria do Sr. Deputado Fernando Faria.

Era nesse aspecto que eu pedia que se ele pudesse explicasse as razões (porque sim ou porque não) deverá continuar ou não na Assembleia para ser ou não julgado no processo que tem pendente.

Presidente: O Sr. Deputado Fernando Faria pretende responder? Tem a palavra.

Deputado Fernando Faria (PSD): Eu não me escuso a responder. Penso que já estou de alguma forma a ser julgado . . .

(Risos)

Fazem-me perguntas de um lado, fazem-me perguntas do outro mas, de qualquer forma, respondo e até aprecio — devo dizer — a forma como o Sr. Deputado Daniel de Sá pôs a sua questão na parte final. Agradeço-lhe por isso porque eu também entendo assim a liberdade de imprensa, embora discorde de muitas coisas.

Eu já disse e repito: — Não quero influenciar a decisão de ninguém e não me eximirei a estar em Tribunal.

Penso, pelos dados que tenho, pelas imunidades que todos os Deputados têm e que têm sido usadas — recordo que há aqui dois Deputados que usaram dessas imunidades para não estarem hoje no serviço militar — que se um membro dum tribunal tem imunidades os Deputados também as têm.

E, dado todo este complexo de situações — porque não é só isto que está a ser discutido mas muitas outras coisas que têm aparecido nos meios de Comunicação Social e fora dos meios de Comunicação — e pelos dados que eu pessoalmente possuo e que aqui não posso de maneira nenhuma divulgar, eu penso que a seu tempo estarei no Tribunal.

Não é porque me falte coragem, mas porque tenho os pés assentes na terra e sei muito bem com quem lido e aquilo que se prepara — talvez não contra a minha pessoa, mas usando a minha pessoa.

Não sei se lhe respondi satisfatoriamente mas, penso que não vou adiantar mais nada porque a decisão não é minha — é da Assembleia e, essa, a Assembleia tomá-la-á, até penso que sem a minha presença.

Presidente: Vou dar a palavra ao Sr. Deputado Melo Alves.

Deputado Melo Alves (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Presidente: Neste momento em que uso da palavra pela primeira vez após a eleição da Mesa, desejava saudar a Mesa agora eleita e dizer-lhe da esperança que nela temos e da exigência que lhe vai ser presente da nossa parte, de muitos dos Deputados aqui presentes.

Exigência, Sr. Presidente e Srs. Membros da Mesa, colegas Deputados nessas funções, porque sentimos, muitos de nós Deputados à Assembleia Regional dos Açores, que algo há que fazer para pôr em acto todas as virtualidades que dá a lei às funções desta Assembleia.

O papel do Deputado, o papel desta Assembleia, tem que ser em toda a sua plenitude aquilo para que a Constituição e o Estatuto apontam.

Queremos pois uma maior actuação e uma maior dignificação da Assembleia Regional. Ela vai passar por todos nós ou pela maioria de nós Deputados e, certamente, muito e muito pela Mesa.

Dignificação da Assembleia Regional. . .

A Assembleia Regional existe porque existiu o 25 de Abril. Mas Assembleia Regional que existe desde 76 porque existiu um 25 de Novembro — um 25 de Novembro de

1975 e um 25 de Novembro a 82 em que estamos a discutir este assunto.

E aqui há uma coincidência que pode ser curiosa mas não sintomática. São 7 anos que se passaram sobre o 25 de Novembro. Dele resultou o Conselho da Revolução na configuração constitucional que lhe foi dada.

E, neste momento em que falamos do 25 de Novembro, eu quero em meu nome, e certamente em nome de muitos dos membros desta Assembleia, prestar uma homenagem muito sincera e vibrante se necessário àqueles que, em 25 de Novembro, empunharam armas e reconduziram o 25 de Abril àquilo a que todos os Portugueses aderiram, à pureza do que foi dito.

(Vozes e aplausos do PSD: Muito bem! Muito bem!)

O Orador: Em 25 de Novembro viabilizou-se o 25 de Abril de todos os Portugueses. E do 25 de Novembro resultou, não o esqueçamos, o Conselho da Revolução que tivemos durante estes anos.

Não se trata de hinos de louvor a ninguém. Trata-se de, juntamente com a crítica que pretenderíamos fosse sempre serena, reconhecer o muito de positivo que teve esse Orgão.

Preciso dizer e recordar que esta Região nunca foi afrontada pelo Conselho da Revolução e que esta Região teve muitos assuntos tratados no Conselho da Revolução ou com o Conselho da Revolução e nenhum afrontamento grave houve.

Assim, calmamente, foi recordado aqui, embora muitas vezes com emoção, algo do negativo que teve o Conselho da Revolução e também foi aflorado algo de positivo. Mas neste 25 de Novembro de 82 eu queria reafirmar esse algo positivo.

Estamos perante uma situação em que se pede à Assembleia Regional que faça actuar o nº 3, do artigo 21.º do Estatuto da Região: a Assembleia Regional que use do seu direito de suspender ou não um Deputado do exercício das suas funções para efeitos de ser julgado em processo correcional.

A Assembleia Regional vai usar desse direito e vai dizer sim ou não.

E ao dizer sim ou não, usando desse direito que lhe é conferido por lei, há-de ter em conta determinados aspectos. Há-de ter em conta um juízo de oportunidade.

Não se trata aqui de fazer ou não que um Deputado se exima a ser julgado. Esse Deputado será julgado.

Trata-se aqui de saber se esse Deputado interessa ou não à Assembleia — é ela que tem o direito — que seja julgado agora ou que seja julgado mais tarde. E é o problema que é posto à Assembleia.

Entendo, e assim vou votar, que o Deputado em causa Fernando Faria Ribeiro não deve ser julgado actualmente.

Não é aqui uma questão de qualquer suspeita contra o Tribunal. Não! De forma alguma.

Esse assunto tem o seu processamento próprio. Haverá os recursos ao levantamento do incidente da suspensão em sede judicial e não estamos aqui para nos pronunciar sobre isso.

Se é esta Assembleia que queremos renovada e a trabalhar de forma diferente — em que nos comprometemos não sabendo se vamos falhar — acho que devemos, na realidade,

procurar reunir todas as condições para alcançar esse objectivo que vínhamos sentindo como necessário e ao qual nos propusemos formalmente nos últimos dias.

Temos que ponderar aqui se o nosso colega Deputado deve ir já, ou mais tarde, a julgamento.

Ao fazermos isto, é certo que o aspecto fundamental tem que ser o do interesse da Assembleia. É por isso que existe aqui a lei.

Porém não repugna e até é desejável que seja visto um outro aspecto — a natureza do crime e a sua repercussão perante a opinião — se trata-se dum crime difamante em que todos concordamos abertamente que foi realizado e se há uma exigência ética de esclarecimento imediato. O debate aqui, com mais ou menos calor, foi até agora sobre este aspecto.

Na minha opinião e certamente que na de muitos de nós, não existe qualquer exigência ética para que esse possível ou eventual crime tenha de ser julgado imediatamente. Aliás, aparece igualmente revestido de diverso circunstancialismo que — sem querermos fazer qualquer julgamento embora tivéssemos que ter o mesmo um pouco em conta — em nada do que aqui foi dito leva a uma grande urgência na apreciação e deslindação deste caso.

Deste modo temos que apreciar o outro aspecto — o interesse desta Assembleia — uma vez que já se estabeleceu que o primeiro não possui grande importância.

Neste caso, sim, a Assembleia sente-se perfeitamente à vontade — uma vez chegado a este ponto — para se pronunciar pura e simplesmente sobre o ponto de vista do interesse para a mesma.

Procurando reflectir com calma e isenção desta forma, julgamos que a presença contínua do nosso colega Fernando Faria nesta Assembleia, sem que seja perturbado por outros problemas, é útil, necessária e conveniente.

É por isso que o nosso voto será no sentido contrário à Proposta da Mesa. Será no sentido de que a Assembleia recuse a suspensão do mandato do Deputado Fernando Faria.

O Deputado Fernando Faria está há mais de seis anos nesta Assembleia como Vice-Presidente da mesma; aqui reside com todos os seus defeitos, mas também com todas as suas virtudes, tem sido um elemento actuante e importante desta Câmara.

Julgamo-lo necessário, na caminhada em que estamos empenhados, a esta Câmara.

Julgamos que não há uma urgência premente quanto ao seu julgamento.

Podemos, pois, conscientemente, sem qualquer ponta de dúvida, usar do direito que nos é conferido pela lei e declarar que não permitimos, de acordo com a mesma lei, que o Sr. Deputado Fernando Faria seja, desde já, julgado. Sê-lo-á mais tarde.

É esse o nosso sentido de voto. Por mais nada do que o interesse que tem a continuidade do exercício em funções permanentes do Deputado Fernando Faria Ribeiro.

Muito obrigado.

(Palmas)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Martins Goulart.

Deputado Martins Goulart (PS): Sr. Presidente, Srs. De-

putados, Srs. Membros do Governo:

Gostaríamos de colaborar neste debate e estar ao nível da intervenção do Sr. Deputado Melo Alves.

Julgo que, se desde o início tivéssemos tido timbre correcto e a isenção intencional manifestada agora por ele, não teríamos corrido o risco de transformar um debate simples num processo que, pelo evoluir de circunstâncias naturalmente complexas, trouxe a esta Assembleia, um pouco o ar dum julgamento antecipado que, em certa medida, veio desvirtuar a finalidade com que neste ponto da Ordem do Dia iríamos tratar duma questão muito simples.

Pela minha parte tudo farei para que a Proposta de Resolução apresentada pela Mesa também não signifique, em si mesma, um participar dum processo apressado que, ao não ter sido tomado hoje, não teria que o ser na medida em que o processo em causa já estaria, pela natureza da evolução dos acontecimentos, congelado.

Não teria sido sequer necessário pronunciarmo-nos sobre a suspensão ou não do Sr. Deputado na medida em que essa questão, até hoje, já não se punha rigorosamente.

Porém, para clarificação dum facto e talvez para que a Assembleia assumia um papel activo na resolução deste problema — exactamente sobre o ponto de vista que foi salientado aqui pelo Sr. Deputado Melo Alves — seja útil que nos manifestemos duma forma clara mas não para afrontarmos ou acusarmos seja quem fôr e muito menos para protegermos seja quem fôr.

Em nome do Grupo Parlamentar do Partido Socialista quero reafirmar aqui que em circunstância alguma houve, por parte de qualquer dos intervenientes da nossa bancada, a intenção de acusar o homem ou o Deputado.

Houve naturalmente uma apreciação genérica inicial que quase conduziu a um debate político alargado sobre a história do 25 de Abril e do Conselho da Revolução e, desse evoluir, quase que a Assembleia se esqueceu do que estávamos efectivamente a tratar aqui.

A intervenção do meu camarada Daniel de Sá, feita em último lugar, e as várias da minha camarada Conceição Bettencourt não são contraditórias e nunca pretenderam sê-lo; são, sim, complementares.

Se, desapaixonadamente, em oportunidade e ambiente mais frio compararmos o que ela escreveu com o que foi dito pelo meu camarada Daniel de Sá verificamos que em circunstância alguma se propôs solução diferente da que serviria melhor ao Deputado e à Assembleia, no sentido de, quer um quer outra, saírem dignificados deste processo.

Por isso, solicito à Mesa uma interrupção dos trabalhos por 30 minutos para que o Grupo Parlamentar reunido delibere qual a atitude a tomar sobre o assunto.

Isto não é por não termos já opinião formada sobre a matéria, mas porque se introduziram neste debate dados que não constavam dos documentos que nos foram presentes, nem das suposições e análise feitas, naturalmente na ausência de situações que foram trazidas aqui hoje e que merecem a nossa reflexão, permitindo que o nosso voto seja dado em plenitude de consciência e que o nosso contributo seja o mais sério possível, no sentido da dignificação desta Assembleia que no fundo também participa de forma impor-

tante na dignificação de todo o processo democrático português.

Disse.

(Palmas)

Presidente: Sr. Deputados, estão suspensos os trabalhos até as 11, 35 horas.

(Eram 11, 05 horas)

Presidente: Srs. Deputados estão reabertos os trabalhos.

(Eram 11, 35 horas)

Vai proceder-se à votação da Proposta de Resolução no sentido de ser suspenso o mandato do Sr. Deputado Fernando Faria Ribeiro.

O Presidente da Mesa pretende usar do seu direito de voto.

Os Srs. Deputados que concordam com a proposta da Mesa, fazem o favor de se manter como se encontram.

Os Srs. Deputados que se abstêm fazem o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que votam contra fazem o favor de se sentar.

Secretário: A Proposta da Mesa foi rejeitada por maioria com uma abstenção do Deputado Fernando Faria.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Martins Goulart para uma declaração de voto.

Deputado Martins Goulart (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Em nome do Grupo Parlamentar do Partido Socialista venho mais uma vez reafirmar perante esta Assembleia, e no seguimento da intervenção feita antes da votação, o propósito deste Grupo Parlamentar contribuir, através de todos os seus actos e na medida das suas possibilidades para a renovação das relações entre todos os participantes na vida política regional, que também passam essencialmente pela dignificação dos processos e forma de intervenção na vida política da nossa Assembleia.

Não é por se ter tratado dum Deputado do PSD, ou amanhã se vir a tratar duma questão relativa a qualquer outro Deputado de qualquer outra bancada, que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista terá um comportamento diferente.

Neste caso, como já disse e repito, a atitude do Grupo Parlamentar do PS não significa colaboracionismo, seja ele qual fôr, nem porventura qualquer protecção sobre actos cujo julgamento não compete a esta Assembleia. Significa tão somente, que considerou, para bem do órgão máximo da autonomia regional, que o Deputado em causa mantivesse o seu mandato.

É um Vice-Presidente da Assembleia Regional e está ao abrigo da lei quando usufrui do adiamento dum julgamento que terá que ocorrer.

Não fica ofendida a consciência democrática de ninguém nem se podia, de forma alguma, correr o risco de alguém interpretar qualquer outro sentido de voto como intenção do Partido Socialista vir a colaborar em qualquer acto menos digno que visasse a figura de qualquer Deputado do PS.

Com isto quero dizer que, não sendo neutral a nossa posição relativamente a questões que poderão estar na base do processo em causa, o Partido Socialista é afirmativo e,

acima de tudo, intencionalmente coerente consigo próprio — através do voto de recusa manifestado quanto à suspensão do mandato do Deputado Fernando Faria Ribeiro — ao manifestar a sua boa fé e principalmente a sua esperança e confiança na dignificação desta Assembleia que, certamente, já se iniciou.

(Palmas)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Monteiro para uma declaração de voto.

Deputado Fernando Monteiro (CDS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Acabei de ter a percepção plena de que viemos num ambiente extremamente capaz de sabermos discernir e separar valores em muitos aspectos que nos dignificam, tais como, a boa noção do que é o valor e a dignidade das pessoas.

Não poderia deixar de acompanhar naturalmente a discussão com uma participação bem crítica e uma concordância com muitas das afirmações feitas, quer pela bancada do PS, quer também pela bancada do PSD, estas de forma mais defensiva.

Votei pela não suspensão dum Deputado que nos tem dignificado em muitas ocasiões e que, mais uma vez, hoje, personalizou, como pudemos ver, a dignidade.

Votei pela não suspensão dum homem que, como Deputado, tem dedicado a esta Casa um esforço e uma dignificação pela qual tenho muito apreço.

Não o julguei aqui como jornalista. Entendo que esse facto terá lugar em altura e lugar próprio.

Finalmente, votei pela solidariedade dos Deputados porque só ela poderá levar-nos à meta duma democracia plena e inteligente — a que nos propomos.

Obrigado.

(Palmas)

Presidente: O Sr. Deputado Melo Alves tem a palavra para uma declaração de voto.

Deputado Melo Alvès (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Partido Social Democrata votou contra a suspensão do Deputado Fernando Faria Ribeiro, acusado pelo crime de abuso de liberdade de imprensa em processo correcional que, contra ele, corre seus termos no Tribunal Judicial da Comarca da Horta, por entender que o interesse da Assembleia Regional não se compadeceria com o afastamento do referido Deputado que nela exerce funções relevantes em regime de afectação permanente, sendo até, como Vice-Presidente residente na cidade da Horta em que se encontra sediada a Assembleia Regional, um elemento que, de momento, não pode ser dispensado.

O Partido Social Democrata entende pois, que aquele Deputado deve ser sim julgado mas noutra oportunidade em que a sua ausência não prejudique os trabalhos desta Assembleia.

(Palmas)

Presidente: Sr. Deputados, vamos interromper os nossos trabalhos.

Reataremos esta Sessão às 15 horas para continuação da Ordem do Dia.

Estão suspensos os trabalhos.

(Eram 12 horas)

Presidente: Srs. Deputados, estão reabertos os trabalhos e com eles os debates sobre as propostas do Plano e Orçamento para 1983.

(Eram 15 horas)

Dou a palavra ao Sr. Deputado Vasco Garcia para uma intervenção.

Deputado Vasco Garcia (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em qualquer País, em qualquer Povo, o nível de vida das suas populações pode medir-se pela qualidade das suas estruturas de acesso à escola e à educação. Os países mais desenvolvidos do Mundo, ou aqueles em que o esforço para o desenvolvimento é maior, investem sempre fortemente na sua juventude, nas suas escolas, sejam elas jardins infantis ou Universidades de alto nível científico.

Porque — não existam ilusões — a Universidade começa a preparar-se no jardim escola e no ensino primário e não é com alunos universitários de fraca preparação básica que se podem conseguir os produtores de tecnologia, ciência e cultura que as Universidades modernas têm de lançar na Sociedade. Sob pena de não justificarem os elevados investimentos que nelas se fazem.

Numa Região relativamente atrasada como a nossa, o esforço a exercer na educação terá de ser ainda maior. Sobretudo porque, se o atraso resulta de alguns factores que se podem eliminar (melhores condições para fixação de quadros, solidificação do conceito de unidade regional e desenvolvimento mais harmonioso de todas as ilhas) a verdade é que existem outros factores com os quais temos de viver — caso do problema demográfico, da dispersão geográfica e do isolamento insular. O Plano/83 refere-se claramente a todos estes factores, nas páginas 11 e 12, onde registamos também a afirmação de que «nunca seremos um povo em desenvolvimento se nos deixarmos aliciar somente por rendimentos *per capita* elevados». Longe de nós contestarmos tal afirmação, mas não deixaremos de fazer notar que todos os povos desenvolvidos têm rendimentos *per capita* elevados, sobretudo nas sociedades ocidentais. E aqui é que a educação e a investigação científica e tecnológica têm um papel importante, porque rendimentos destes só se conseguem ou a partir de recursos naturais excepcionais (caso dos países da OPEP) ou através de elevados padrões intelectuais (caso do Japão e de certos países europeus).

E permitam-nos que diga que investir no Homem é bem mais produtivo e importante. Os recursos naturais esgotam-se, os recursos intelectuais aumentam-se a si próprios, são uma bola de neve geradora duma riqueza cada vez maior. Qualidade intelectual, elevada qualidade técnica e científica são, nas sociedades modernas, garantias indispensáveis para o futuro de um povo e andam sempre — mas sempre — de mãos dadas com maior bem estar e melhores perspectivas de futuro.

É neste contexto que a Universidade dos Açores se deve inserir. Não basta que ela produza professores, é preciso que ela produza *bons* professores. Aliás, nem deve ser este o seu objectivo principal: ela deve sobretudo investigar, inovar, criar tecnologia, abrir novas perspectivas aos horizontes

regionais.

«Nunca haverá desenvolvimento e progresso sem trabalho científico próprio». Eis uma frase do Plano/83 que eu próprio venho martelando há anos e que vejo com muita satisfação neste Plano. Porque na realidade, parece-me estar aqui o ponto de viragem da consciência da nossa Universidade açoriana.

Virar a Universidade para a tecnologia, dar prioridade à investigação científica de desenvolvimento, quer própria, quer adaptadora às realidade regionais de ciência vinda do exterior, terá de ser uma tarefa de *todos* os nossos universitários. Aliás, este nem sequer é um problema da Universidade dos Açores, mas das Universidades portuguesas.

Citamos o exemplo do Instituto Superior Técnico e do profundo trabalho de investimento na formação de novos doutorados em áreas de ponta, cujos frutos se farão sentir inexoravelmente na tecnologia portuguesa, a curto ou médio prazo. Deverá ser assim também nos Açores e o exemplo do Laboratório de Ecologia Aplicada e de certos sectores do Departamento de Ciências Agrárias da Terra Chã terá de ser seguido e apoiado sem reservas.

A criação de novas linhas de investigação, capazes de originarem projectos concretos e criadores de riqueza e qualidade de vida, é essencial. Somos defensores incondicionais dos Projectos de Investigação e Desenvolvimento, os célebres «Research and Development» ou R. D.s dos anglo-saxónicos. As tecnologias da produção agrícola e animal, a tecnologia alimentar, as íntimas relações destas com a ecologia aplicada, um impulso definitivo à investigação dos recursos marinhos e um plano claro para o incremento dos estudos de sismologia e vulcanologia, parecem-me objectivos bem enquadrados na Região, bem definidos e que a Universidade, passados os seus primeiros seis anos, pode finalmente começar a desenvolver com segurança.

Quanto aos financiamentos destes projectos se bem que o Plano/83 contemple com verbas interessantes vários projectos e acções (o programa 3, com 49.000 contos, indica 36.600 no projecto 3.1 e 12.400 no projecto 3.2) não devemos esquecer que os nossos universitários deverão sempre procurar, *através do valor dos seus projectos de investigação*, financiamentos complementares. E as possibilidades existem, apesar da crise económica mundial: o programa «Science for Stability» da NATO, gerido em Portugal pela J.N.I.C.T. (Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica) é uma via aberta que só espera projectos válidos. Assim eles existam — e não é difícil.

Mesmo agora, o Sr. Embaixador da Holanda está nos Açores e segundo nos declarou, existe uma excelente perspectiva do prolongamento do financiamento holandês à Universidade, a um juro tão baixo que só realmente se não quisermos o não aproveitaremos. O Instituto Universitário de Trás-os-Montes e Alto Douro vai aproveitar 100.000 contos deste empréstimo. Dada a experiência que temos da primeira fase deste financiamento, vemos aqui uma nova fonte para o «segundo fôlego» dos próximos anos da Universidade dos Açores.

A articulação das estruturas universitárias com o Governo e as suas Secretarias, também deve merecer de ambas as partes um reexame atento. À Universidade, cabe propôr

projectos que aumentem o potencial da nossa agricultura, das nossas pescas, da nossa indústria e, através destas do aumento da qualidade e quantidade do produto regional. Não é assim tão complicado e um pouco de imaginação e boa vontade podem fazer milagres.

Para além de tudo isto, a investigação científica deve enquadrar-se no esquema universal da criação de ciência e cultura, aproveitando as condições ecológicas, históricas e culturais da nossa Região. Mas não se atingirá este fim, sem desenvolvimento. Esse desenvolvimento, que se quer económico e social, desenvolverá a Autonomia política e consolida-la-á. Tal parece ser o espírito deste Plano/83 em relação à educação e à investigação científica.

Se assim fôr, teremos dado um grande passo ao encontro do futuro.

Disse.

(Palmas)

Presidente: Dou a palavra ao Sr. Deputado Fernando Monteiro.

Deputado Fernando Monteiro (CDS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo Regional:

Entramos no terceiro ano de Plano a Médio Prazo e temos pela frente a sua componente para 1983.

Se marcámos uma posição de aceitação daquele PMP 81/84, oportunamente nesta Câmara, embora tecendo fortes críticas à sua tendência megalomanística e se não viabilizámos o Plano para 1982 é porque as circunstâncias evoluíram no sentido de uma forte inflexão dos seus objectivos e da execução dos seus Programas e Projectos e porque somos sempre orientados pelo imperativo de consciência e nunca pelo deambulismo, antítese comum do fixismo programático, que cativa a liberdade de quem governa e de quem critica.

Esta mesma possibilidade de inflexão que eu preconizei em política e que preconizo sempre no dia a dia nota-se que não se prevê neste Plano/83 o que, pelo menos suficientemente, permita a minha aprovação.

Mas não são só as intenções por aquilo que se lê neste Plano de alguma inflexão no sentido da componente mais social que somos obrigados a criticar ou a contemporizar mas os parâmetros que servem os objectivos em apreço.

E é nestes parâmetros que faço convergir o meu raciocínio analítico e crítico.

Vejam em linhas gerais a essencialidade do Plano/83, à luz duma conjuntura inegável: A crise económica e financeira portuguesa, a recessão internacional, as vicissitudes da nossa autonomia traduzidas em níveis regionais de produtividade e qualidade cada vez menores e conseqüentemente o aspecto galopante de crise nos Açores. Crise económica e social, não crise política naturalmente.

O Plano/83 melhora em termos percentuais, contudo os sectores sociais, mantêm praticamente potencializados os sectores infraestruturais, reduz a incidência programada de investimento nos sectores produtivos.

É uma realidade traduzida pelos números, pela observação do Plano/83 e pela tendência, repito, megalomanística deste Governo.

Então aqui impunha-se a necessária inflexão nos dias de

hoje, nos dias de crise!

Racionalização programática dos investimentos nos sectores sociais com melhorias selectivas para criar condições favoráveis ao principal factor de produção: o homem, e ao principal elemento social: a família.

Implementar fortemente a componente económica nomeadamente dos sectores produtivos, dos mais potencializados aos menos, mas num contexto de interrelação produtiva e encadeada.

Moderar as acções, programas e projectos de carácter infraestrutural segundo uma hierarquia que considerasse os de mais elevada necessidade aos de menos.

É finalmente adiar as grandes obras por algum tempo, o necessário à harmonização do desenvolvimento regional, sem prejuízo de acções já iniciadas, que por terem-no sido não poderão ser contidas.

Será inflexão em termos realistas, numa perspectiva mais honesta, mais transparente, mais corajosa, menos politizada? Julgo que sim. É a minha pergunta. É a pergunta à minha consciência.

Assim o faria, se fosse responsável pela governação. Não sou e sei que não sou por isso retribuo a responsabilidade a quem governa.

É evidente que um Plano/83 com 7 220 000 contos de investimentos públicos agrada, a quem governa, apresentá-lo sobretudo nesta fase muito sensível da vida regional, não é preciso invocá-la, a não ser para alguns distraídos, a das eleições autárquicas, e também delicia a quem, governado, desconhece quanto é difícil arranjar dinheiro para a sua execução.

É evidente que investir em construções escolares para o ensino primário 223 500 contos em 140 salas de aula nem é muito nem representa sumptuosidade. É uma necessidade inadiável que eu aprovo, é um dos projectos em relação ao qual não tenho qualquer contestação. Mas cautela, nada de modelos que não se conjuguem nem com o nosso clima nem com o nosso urbanismo, nem com as nossas posses monetárias.

É evidente por outro lado que investimentos, no próximo ano, da ordem dos 584 500 contos em 18 Escolas Preparatórias de 350 salas no estilo dos edifícios que vemos montar por esta Região fora, bonitos e estilizados, apesar de grande necessidade deste importante sector escolar, parecem-nos ter uma carga de megalomania que contestamos.

Quanto não custarão depois de prontos uma vez que estamos em fases intermédias ou iniciais da sua construção? Aprovo os programas, discuto aqui apenas o custo deles, o acabamento e o luxo que me parecem possuir. Não poderiam ser menos onerosos e mais modestos?

É que o problema do ensino primário, preparatório e secundário não é só falta de qualidade dos equipamentos fundiários, é falta de outra qualidade e para esta há que intensificar cada vez mais a atenção.

Investir em acções culturais 29 000 contos em 1983 serve perfeitamente para comparar quão pouco conta uma componente da Educação e Cultura em relação a outra perspectiva governamental.

É o meu juízo de valor que faço. Respeito o dos outros,

respeito o do Governo, mas contesto.

Achamos incompreensivelmente baixo o investimento no sector da Segurança Social. Não passa de 9,4% do total dos sectores sociais e 2,5% do total dos investimentos do Plano/83.

Nas carenciadas acções de formação profissional, 77 mil contos e de que maneira? Haverá marasmo no sector? É só investir 1,1% do total das verbas do Plano quando é evidente a falta de produtividade do trabalhador regional por deficiente profissionalização, e até por falta da mesma, de produtividade, de ensino contínuo e de contínua preparação.

Investir no sector habitacional 250 000 contos não será não conhecer a realidade regional e é não ter política social elementar. Vou produzi-la: uma habitação condigna para as classes mais carecidas, pelo menos estas. Julgo que é um erro de redacção.

Atribuir a este sector 3,5% do total de investimentos é pouco . . . muito pouco.

Serão mesmo assim os mais necessitados a beneficiar desta política de investimentos habitacionais? É uma interrogação que faço a mim próprio. Não possuo estatísticas suficientes mas penso com o coração e vejo que não estão contempladas as camadas e as classes mais necessitadas.

Investir 6,5% no sector primário é não querer desenvolver o sector que mais poderia sobreviver, na Região.

Destinar ao sector de pescas 3,3% dos investimentos do Plano/83 quando só se fala na riqueza do mar, é ridículo!

Aprovar uma política de investimentos do sector secundário extremamente carenciado que não passa dos 4,2%, não sei como é que hei-se pensar no equilíbrio inter-social da Região. Há talvez uma visão mesquinha desta distribuição.

Por outro lado dedicar aos investimentos portuários e aeroportuários conforme se lê nos programas n. 47 e 48, 300 000 contos para o porto oceânico da Praia da Vitória e 300 000 contos para o novo aeroporto de São Miguel ou seja 600 000 contos num ano em que haverá, ninguém contesta, aqui é que me assumo com toda a coragem, língua financeira e sem que as outras infraestruturas das ilhas pequenas estejam resolvidas, contesto e protesto. É uma afronta à nossa unidade regional.

Secretário Regional do Comércio e Indústria (Natalino Viveiros): Não apoiado!

O Orador: Agradeço a confirmação.

Sou pelas duas grandes obras mas na oportunidade. O adiamento por dois ou três anos do início destas obras, que levarão um lustre a concluir, seria inteligente e socialmente edificante, e até politicamente construtivo.

É uma questão de visão do que deverá ser a justiça social.

A minha pauta-se pela compensação aos marginalizados e desfavorecidos, pela promoção dos que trabalham e investem, em ordem ao desenvolvimento, pela solidariedade dos que mais têm aos que menos têm, pela acção moderadora do Estado.

Bastaria tirar, desviar no bom sentido da palavra, um milhão de contos aqui e ali nalgumas áreas agora criticadas

para resolver progressivamente a componente de habitações, da capacidade realizadora das pequenas e médias empresas industriais e comerciais, da saúde, da cultura, da ocupação dos tempos livres, da formação profissional, da qualidade dos produtos, da melhoria dos circuitos comerciais e dos abastecimentos e finalmente do nível e qualidade de vida regional.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Pelo menos esta chamada de atenção.

Por isto não viabilizarei este Plano/83.

É demasiado, não direi anti-social uma vez que é pouco digno da minha maneira de estar aqui. Não é suficientemente social.

Fere fortemente a minha sensibilidade humanista, ou melhor dizendo a minha sensibilidade reformista humanista.

Sr. Presidente posso pronunciar-me sobre o Orçamento?

(Palmas)

Presidente: Está no uso da palavra por 20 minutos.

A execução é em conjunto.

Tem a palavra. A título de informação direi que leva consumidos 13 minutos do seu tempo.

O Orador: Consumidos não! Aplicados Sr. Presidente.

(Palmas)

Entramos no terceiro ano do Plano a Médio Prazo e temos pela frente a sua componente 83. (É repetição mas o resto não o é, sendo sim reflexão).

Se marcámos uma posição de aceitação daquele PMP 81/84, oportunamente aprovado nesta Câmara, também por mim e, embora tecendo fortes críticas à sua tendência megalomaniática, esta foi também por mim aprovada.

Se não enviabilizámos o Plano/82 foi porque as circunstâncias evoluíram no sentido duma forte inflexão do meu pensamento e da minha disposição política.

Esta oportunidade de não aprovar a componente/83 do Plano a Médio Prazo baseia-se numa questão fortemente social, como acabei de referir, reflectindo porém, também as minhas altas preocupações acerca da falta de cobertura do déficite, ou melhor a falta de capacidade autonómica plena para a cobertura do déficite uma vez que, como ainda ontem observámos aqui, a mesma até apenas negociada em termos políticos e não na plena consagração constitucional autonómica e real, conforme a minha presença aqui o exige.

Não tenho resposta para a cobertura do déficite. Apenas a vejo como a recorrência a 4 147 000 contos em empréstimos e recusos ao crédito e isso não me permite fazer a minha aprovação do Orçamento, ou viabilização da vitória do Partido que governa a Região.

Tenho dito.

Presidente: O Sr. Secretário Regional do Comércio e Indústria pede a palavra para?

Secretário Regional do Comércio e Indústria (Natalino Viveiros): Para um pedido de esclarecimento.

Presidente: Tem a palavra para o efeito.

Secretário Regional do Comércio e Indústria (Natalino Viveiros): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Pareceu-me depreender da intervenção do Sr. Deputado Fernando Monteiro algo confuso – ou será talvez da minha

própria interpretação — entre o que expôs hoje e o que ontem transpareceu das perguntas que fez ao Executivo Regional, aquando da exposição das razões subjacentes ao Plano e Orçamento presentes a esta Câmara.

Perguntava-lhe muito concretamente quais são, de facto, os projectos que V. Exa. entende que não deveriam ser realizados durante a vigência deste Plano/83, e, se porventura não há uma certa contradição entre aquilo que V. Exa. diz ser a megalomania do Governo Regional e o que, ao fim e ao cabo, descreveu como de execução necessária ao longo deste ano.

Faço notar que as suas preocupações, referidas ao longo da sua exposição, parecem-me, de facto, contraditórias da preocupação megalómana que afirma possuir o Governo na apresentação deste Plano.

São até, de facto, contraditórias daquilo que o Sr. Deputado defende noutros programas, designadamente quanto a programas de poder autárquico que apresenta agora ao eleitorado.

Portanto, muito concretamente gostaria de saber quais são os projectos que o Governo devia deixar cair, nominalmente para que possamos despertar a vontade e até o sentido do voto que V. Exa. irá, de certo, dar na votação deste Plano e Orçamento?

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Monteiro para responder a este pedido de esclarecimento.

Deputado Fernando Monteiro (CDS): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Há uma parte da questão, referente a um programa eleitoral autárquico, que tenho que deixar de fora.

Se me permite, jamais usarei a minha tribuna para aceitar ou responder a qualquer repto nesse sentido.

Quanto à questão do Plano/83 dentro do Plano a Médio Prazo, que tive a humildade de dizer que havia aprovado, afirmo que não o viabilizarei.

Em que programas e projectos?

(Voz inaudível dum Sr. Deputado)

Obrigado. Pelos vistos bastam os Srs. para a Região ser bem conduzida.

(Vários Srs. Deputados: Obrigado, obrigado)

Acredito, acredito. Essa auto-satisfação vai levar-vos a uma grandiosidade da Região. Pelo menos terão 48 anos à sua frente para mostrarem o que valem.

Deputado José Cabral (PSD): Isso é qualquer complexo!

O Orador: Certo, certo! Vocês não têm complexos. Têm tudo na mão!

Deputado José Cabral (PSD): É uma atitude complexual cada vez maior!

O Orador: Maiores? Um metro e sessenta é pouco!

Voltando à questão levantada, gostaria de dizer que existem, de facto, programas e projectos infraestruturais que aceito como necessidade imperiosa para a região.

Citei aqui apenas três, o porto da Praia da Vitória e o aeroporto de São Miguel e, há bem pouco tempo, lembrei a marina da Horta, porém seria capaz de ir rebuscar, no conjunto dos 56 programas que estão aqui, algumas pequeninas parcelas que, com um bocadinho de modéstia, permitiriam

juntar a quantidade necessária para reforçar os três sectores que relevem.

O da educação, com um melhor desenvolvimento do sector cultural;

O da segurança social que, com a preocupação existente no sector, me parece muito louvável, encontrando-se porém extremamente reduzido na sua realização para o ano em curso;

O da profissionalização e da formação profissional, em ordem à melhoria da produtividade no trabalho.

Recordo também que havia a necessidade de acautelar, desenvolver e implementar a qualidade dos nossos produtos em ordem a uma concorrência em mercados, para além do curto circuito regional.

A palavra «megalómana» que utilizei, não tem um sentido tão pejorativo, a não ser que assim o tivessem entendido.

Secretário Regional do Comércio e Indústria (Natalino Viveiros): Aqueles que a utilizam!

O Orador: Bom . . . certo, certo. Megalomania é uma arte que se usa ou na brincadeira ou por aqueles que são pequeninos, mentalmente.

Secretário Regional do Comércio e Indústria (Natalino Viveiros): Ou daqueles que a utilizam.

O Orador: Certo, certo . . . Certo! Os que utilizam e os que se ressentem.

O que queria dizer é que, no conjunto dos cinquenta e tal programas que vejo neste Plano, era possível retirar uma parcela substancial.

Foquei a quantia de um milhão de contos porque a mesma era absolutamente necessária para implementar acções em todos os sectores sociais e produtivos.

Chamei igualmente a atenção para os sectores produtivos, nomeadamente as pescas e a agricultura, em ordem a fazermos uma reconversão da vida económica e social, uma vez que o homem é a componente mais importante e só poderá trabalhar em plena produtividade quando se sentir bem.

É desta forma que eu vejo a reconversão e a inflexão deste Plano em relação ao Plano a Médio Prazo.

Isto é o meu pensamento, o que disse na tribuna e acabei por repetir aqui por palavras mais humildes tentando, se possível, fazer ninho na nossa consciência.

Presidente: O Sr. Secretário Regional do Comércio e Indústria já havia feito menção de que desejava uma precisão relativamente a esta resposta.

Portanto tem a palavra para pedir a precisão.

Secretário Regional do Comércio e Indústria (Natalino Viveiros): Portanto posso depreender do esclarecimento do Sr. Deputado que V. Exa. é contra os projectos do porto da Praia da Vitória e do aeroporto em São Miguel. Sim ou não?

Deputado Fernando Monteiro (CDS): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Ontem o Sr. Presidente do Governo Regional chamou-me aqui a atenção ao perguntar-me se para além dum repertor precisava também dum explicador.

Não vou utilizar hoje a mesma linguagem, até um boca-

dinho familiarizante, mas sim uma linguagem mais dignificante, até porque o Sr. Secretário me tratou por «V. Exa.» quando eu não desejava tanto.

O que desejava, minimamente, contra qualquer uma dessas obras, até sou capaz de ser contra os títulos mas não contra as obras em si.

Acho que quem deseja governar com modéstia deve ter uma compreensão plena das possibilidades que possuímos nos dias de hoje e então adiar, por dois ou três anos, a execução dessas duas grandes obras.

O porto da Praia da Vitória vai custar naturalmente 8 ou 10 milhões de contos e o novo aeroporto de São Miguel vai custar 12 ou 14 milhões de contos. Não tenham dúvidas!

Secretário Regional da Educação e Cultura (Reis Leite): Dá para somar 20.

O Orador: Há tanto sábio nesta Casa. Que horror!

(Risos)

Um aeroporto que está previsto para servir Lisboa vai custar 50 milhões de contos.

Secretário Regional da Educação e Cultura (Reis Leite): Lisboa é a capital!

O Orador: Eu não tenho ideias de capitais nem menos capitais, mas sim de circunstância e isso é que me interessa.

Neste momento não posso conceber que um aeroporto novo na Ilha de São Miguel venha a custar 2 400 000 contos, uma vez que tenho a plena noção das realidades. Ele vai custar muito mais do que isso.

Eu sei que é necessário mas só depois de termos feito todas as escolas, centros de saúde e polivalentes, a nossa profissionalização muito mais implementada e garantido a qualidade dos nossos produtos.

Todo o povo a trabalhar na construção da economia, porque não está, uma vez que somos nós, os políticos, que estamos trabalhando na mesma e o povo tem que se reconverter, fortemente, em ordem a uma rentabilidade de si mesmo e produtividade do seu trabalho.

Julgo que ele precisa ser qualificado e isso não se faz com o aeroporto de São Miguel nem com o porto da Praia da Vitória.

Eu não sou político, mas sim homem realista que só se mete na casa das pessoas, sentindo apenas as suas necessidades.

O que quero dizer é que há mais que fazer, de imediato, na componente social do que na infraestrutural, embora conceba como necessária a cobertura da Região pelas infraestruturas de que ela carece, com vista à sua unidade.

Nem o aeroporto de São Miguel, nem o porto da Praia da Vitória unem a Região entre si. Unem a Região com o exterior e eu também sou apologista e defensor do mesmo. Porém, defendi aqui e volto a fazê-lo, que a componente social traduz-se através de outras necessidades e implementações.

Se não compreenderam, é natural que lhes solicite que me leiam o discurso que fiz na tribuna.

Presidente: Suponho que o Sr. Secretário Regional do Comércio e Indústria ainda tem umas dúvidas que pretende ver esclarecidas.

Tem a palavra para o efeito.

Secretário Regional do Comércio e Indústria (Natalino Viveiros): Desejava precisar apenas duas coisas:

Em primeiro lugar, que o CDS, Partido que o Sr. Deputado representa nesta Assembleia, está manifestamente contra a realização das obras do porto da Praia da Vitória e do aeroporto de São Miguel.

Deputada Conceição Bettencourt (PS): Ele não disse nada disso!

Secretário Regional do Comércio e Indústria (Natalino Viveiros): Não sei se a Sra. Deputada quer uma procuração?

Deputado Fernando Monteiro (CDS): Eu sou suficiente para responder a este nível intelectual.

(Risos)

Secretário Regional do Comércio e Indústria (Natalino Viveiros): Satisfaz-me que o Sr. Deputado possa concerteza fazê-lo.

Deputado Fernando Monteiro (CDS): Eu não tenho complexos!

Secretário Regional do Comércio e Indústria (Natalino Viveiros): Evidentemente. Nem eu!

Outra questão que lhe queria perguntar, na sequência da sua exposição acesa, era se, porventura, acha desnecessárias essas duas infraestruturas que, quanto ao Governo, são fundamentais para o desenvolvimento económico da Região, como entende que seja possível fazer face ao crescimento das receitas para manter sectores sociais tão importantes e tão carecidos da nossa Região, se não lhe dermos os meios económicos capazes de gerar essas receitas.

Entende ou não que essas duas infraestruturas são indispensáveis, não só quanto à ligação com o exterior e da Região mas também quanto ao seu desenvolvimento económico?

Presidente: O Sr. Deputado Fernando Monteiro tem a palavra para esclarecer estes pontos.

Deputado Fernando Monteiro (CDS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

Vou fazer um esforço à minha semântica para introduzir-me no vosso cerebrado crânio.

Eu não sou contra as duas infraestruturas, nem no tempo nem no espaço.

Sou um homem que concebe plenamente a falta de cobertura do défice orçamental da Região e que acha que há prioridades na Região que devem ser acudidas antes de outras.

Portanto, como CDS, Deputado ou homem que sabe assumir-se no lugar certo, apenas tenho a dizer-lhe que preferiria um adiamento de dois ou três anos, para colmatar uma área social mais importante do que propriamente fazer obras de «Estado Novo» como a que se pretende fazer agora.

Secretário Regional do Comércio e Indústria (Natalino Viveiros): Não apoiado!

O Orador: Não apoiado . . . fique com ela, porque eu também não apoio!

(Risos)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura para prestar um esclarecimento relativa-

mente à intervenção do Sr. Deputado Fernando Monteiro.

Secretário Regional da Educação e Cultura (Reis Leite): O Sr. Deputado Fernando Monteiro, tanto nas perguntas que formulou ontem como no seu discurso de fundo feito hoje, tocou no assunto relacionado com a qualidade das escolas preparatórias.

Eu não quero falar por parábolas mas não posso deixar de recordar aqui que em 1933, a então reverente Junta Geral de Angra do Heroísmo, publicou uma entrevista, que havia de ficar depois célebre, de António Ferro com Salazar que, omnificiente como sempre, perorava sobre várias matérias.

Entre elas perorava também sobre aquilo que deviam ser as escolas e dizia que às crianças portuguesas, perdidas nas aldeias, não convinham escolas de grande qualidade mas sim, possivelmente, as de «quatro paredes caiadas e um cheirinho a alecrim», como se disse aqui ontem.

A seguir a isso, achou-se que os professores não precisavam de ser de qualidade e surgiram as regentes, fechando-se depois as escolas e finalizando-se com a máxima de que ao povo português bastava saber ler, escrever e contar.

Passando-se ao Plano para 1983, podemos deduzir daqui que a diferença existente entre a minha opção e a do Sr. Deputado é a que existe entre a social democracia e a conservadora e, talvez, a de quem pensa com a cabeça e com o coração, como o Sr. Deputado acabou de afirmar.

Muito obrigado.

(Palmas)

Presidente: O Sr. Deputado Fernando Monteiro pede a palavra para?

Deputado Fernando Monteiro (CDS): Em primeiro lugar para reconhecer o espectáculo e em segundo lugar para responder ao Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura.

Presidente: Sr. Deputado Fernando Monteiro, não se trata de pôr em causa o uso da palavra, só que o Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura não pediu esclarecimentos, prestou-os.

O Sr. Deputado tem o direito de reagir pelas vias regimentais.

Deputado Fernando Monteiro (CDS): Naturalmente tenho o direito de esclarecer, perante a monstruosidade que acabei de ouvir.

Presidente: Digamos que é para contra-esclarecer.

Tem a palavra para o efeito.

Deputado Fernando Monteiro (CDS): Eu desejo, naturalmente, responder à monstruosa comparação e não à pessoa, com quem até simpatizo um bocadinho.

(Risos)

Queria em primeiro lugar, louvar a sua memória e o seu conhecimento sobre a história de 1933, pois tem plena consciência do que foi o passado. Louvo a sua frescura.

Não está minimamente implícito na minha proposta um conservadorismo «atoleimado» que existiu, nem tão pouco, uma recessão em termos didácticos e pedagógicos.

O que afirmo é que existem processos físicos e estruturais. Repare que referi investimentos fundiários alegando depois a falta de qualidade da parte didáctica do professorado, que é outra componente importantíssima da nossa

educação.

Apenas me referi à estrutura, ao edifício, àquilo a que chamei equipamento fundiário e confesso-lhe que, contudo, o que poderei dizer com calma e modéstia é que não temos posses para tanta estrutura rica em aspecto.

Isto não quer dizer que, se tivéssemos posses, não lhe daria um abraço de louvor e de parabéns.

Obrigado.

Secretário Regional da Educação e Cultura (Reis Leite): O abraço fica para quando formos corridos desta Sala.

Presidente: Srs. Deputados, vamos continuar os debates.

Vou dar a palavra ao Sr. Deputado José Ribeiro.

Deputado José Ribeiro (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Foi-nos presente em devido tempo e nas devidas condições, o Plano do Governo Regional para o ano de 1983, que mereceu da nossa parte um estudo atento e pormenorizado, de todas as verbas propostas e da sua distribuição, para assim em consciência podermos dar o nosso voto favorável; embora lhe teçamos algumas críticas construtivas, com vista ao melhoramento do mesmo e ao crescimento harmónico de toda a Região, ao bem-estar das suas gentes, quer elas se encontrem ou não conotadas com o Partido que apoiamos e defendemos.

Mas vamos deixar as considerações e começar de imediato a analisar os 54 programas inscritos no Plano para 1983, cuja verba global é de 7 220 000 contos, a constituir uma prova de cabal capacidade do Governo Regional dos Açores, a contrariar assim de forma positiva e certa, aquilo que malevolamente alguns mal intencionados vinham afirmando e afirmam ainda, mas não conseguiram comprovar nem contrariar com provas reais e palpáveis, porque a profundidade deste Plano tudo contraria, quer no campo das realidades a executar, quer no campo dos números, aliás como vem sendo apanágio deste Executivo, ano após ano.

Diremos que os programas 1 e 2 se acham totalmente abertos para a construção de escolas do ensino primário e preparatório, de uma forma harmónica, positiva e válida no importante campo da escolaridade açoriana. São 11 Concelhos que se acham contemplados de forma positiva e equitativa, faltando apenas o Corvo por não ter carências neste campo. A Ilha de São Jorge desta vez não tem nada a objectar, porque finalmente depois de tantos anos de espera; para que os seus filhos tivessem na ilha os meios à instrução, vê com agrado avançarem agora várias escolas para o ensino primário, e ainda dois belos edifícios para o ensino preparatório, um na Vila das Velas e outro na Vila da Calheta.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Por sua vez os programas 3, 4 e 5 avançam também até onde foi possível, a razão porque não adiantamos nenhuma consideração de fundo, a não ser apenas no sector desportivo, por julgarmos já ser necessário e oportuno, se pensar em avançar com algumas estruturas para as ilhas menos desenvolvidas, onde o desporto é apenas um sonho de esperança. E merece ser implementado, e criadas para esse fim as estruturas necessárias. São Jorge é uma dessas ilhas carecidas de meios e estruturas, mas promete esperar calma e paciente-

mente mais um ano, mas desde já apresenta a sua candidatura para ser levada em conta no Plano para 1984.

No seguimento desta análise plena de sinceridade e oportunidade, diremos que o programa número 6 embora não seja o que desejávamos e até esperávamos, por ficar muito longe das necessidades que tem a Ilha de S. Jorge no capítulo da Cultura, constitui uma porta aberta para a construção da Casa Etnográfica, porque 500 contos são apenas um duodécimo do custo da obra. Contudo é um sinal positivo neste campo sempre prometido e também sempre adiado, e vamos confiar todos que para o próximo ano o programa em aberto seja então dotado com melhores verbas.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Vamos mudar de assunto e por consequência também de Secretaria, passando agora a falar dos Assuntos Sociais, onde confirmamos com alegria e satisfação o grande esforço que ali se vem desenrolando, em vários níveis e em todas as ilhas da Região. Os programas 7, 8, 9, 10, 11 e 12 merecem todos a nossa inteira concordância, especialmente pela sua abertura e vontade de servir correctamente. O Centro de Saúde a implantar no Concelho da Calheta no próximo ano e seguinte, é bem esse espelho a reflectir o cumprimento do prometido sem demagogia. Esta obra vem com os terminais de saúde, colmatar uma lacuna aberta desde sempre no Concelho da Calheta e que agora vai ter luz verde para avançar.

Por sua vez a formação profissional apresentada para a formação da nossa juventude, vem através do programa 13 e os seus 77 000 contos, procurar dar resposta certa e imediata aos problemas de mão de obra especializada em toda a Região, para num futuro próximo se deixar de recorrer ao exterior para se realizarem as obras de vulto que temos programadas para muitas ilhas. Acreditamos plenamente que esta medida agora proposta será mais um passo positivo para sustentar a nossa emigração, que já começou em acção decadente e em breves anos, será apenas uma triste recordação para esquecer em pouco tempo, porque a Região bem precisa dos seus filhos válidos.

Os programas 14, 15, 16 e 17 referentes ao urbanismo e ambiente, recursos hídricos, equipamento urbano e protecção civil, embora não sejam propriamente aquilo que todos desejávamos e todos gostaríamos de ter, incluindo os próprios responsáveis pelos empreendimentos, são em nosso entender os possíveis para atender às necessidades mais prementes naqueles sectores, que mesmo numa situação difícil para todo o mundo, não foram esquecidos, razão porque merecem a nossa total concordância.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Virando agora para o vasto campo da Secretaria da Agricultura e Pescas, que continua avançando com o mesmo dinamismo à procura de um maior desenvolvimento, para fazer do sector uma área desenvolvida, especialmente nos campos para que os açorianos estão mais vocacionados, ou seja a Agro-pecuária, os lacticínios e a pesca em todas as escalas numa zona de quase um milhão de quilómetros quadrados.

Para realizar essa vasta e difícil obra de conjuntura, apresenta-nos um vasto leque de programas, tais como fo-

mento arvense, culturas, agro-pecuária, fomento florestal, instalações de produção, cujos programas se alargam e estendem não de harmonia com as necessidades, mas de acordo com as dificuldades do presente. Por todo este esforço bem demonstrado, deixamos também o nosso apoio.

No campo restrito das pescas marítimas de curto ou longo curso, onde tudo tem sido organizado e lançado desde o princípio, o desenvolvimento da frota pesqueira é o primeiro objectivo a alcançar, razão porque nos aparece a verba de 109 000 contos, também os possíveis para o próximo ano. A par deste sector vem o melhoramento dos portos de pesca e do equipamento, com verbas globais para ir atendendo nos locais de maior necessidade. Aqui lembramos que a Ilha de São Jorge bem merece e necessita de ver alguns dos seus portos de pesca melhorados e outros reparados. Esperando e confiando que tal vai acontecer no próximo ano, também apoiamos este vasto leque de realizações.

Continuando o nosso trabalho de análise e crítica, a este vasto documento que é o Plano para 1983, diremos de seguida que os programas referentes ao fomento e investimento industrial, abastecimento de cimento, parques industriais e a zona franca de Santa Maria dotados com 304 000 contos com vista ao desenvolvimento daquelas áreas, acreditamos ser uma política certa em zonas tão sensíveis para o nosso desenvolvimento. Embora essas verbas se destinem apenas a três ilhas, São Miguel, Terceira e Santa Maria, por serem essas de momento com melhores condições para arancarem vantajosamente. Por tudo isso aqui deixamos o nosso inteiro apoio e concordância.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Por sua vez o programa destinado a apoiar e dinamizar a EDA, com mais 500 000 contos, é sem dúvida um dos mais actuais e prementes para todas as ilhas da Região, porque todas elas excepto a do Corvo, estão altamente saturadas e quase inoperantes. São Jorge ainda tem presentemente três freguesias por electrificar e os seus actuais grupos geradores, não têm capacidade para produzirem a energia para as restantes 8 freguesias. Mas acreditamos que a verba que o Plano lhe destina e a vontade política do Secretário do Comércio e Indústria, irão dotar certamente São Jorge e as restantes ilhas necessitadas, com os grupos geradores suficientes para todas elas conhecerem o progresso. Por tudo isto, aqui lhe deixamos a nossa concordância.

Por sua vez o programa destinado à implantação e dinamização de geotermia, a grande esperança do presente a iluminar o futuro, aparece como é óbvio, dimensionado apenas para São Miguel e a Terceira, mas assim mesmo acreditamos na sua vitalidade e capacidade de vencer, razão porque lhe damos o nosso apoio.

Os programas destinados a apoiar o investimento comercial e à promoção do comércio externo, embora deles se não possa nem deva esperar resultados positivos imediatos, acreditamos que avançarão de forma positiva para remodelar positivamente o nosso comércio, a permitir abrir as portas ao turismo, outra iniciativa onde vamos apostar em força para bem do nosso desenvolvimento regional.

Mas se acreditamos no comércio moderno e progressivo, acreditamos mais profundamente no turismo, única

força capaz de abrir as portas a este maravilhoso jardim, florido e perfumado de rosas e flores da paz e da tranquilidade, como outra terra não existe presentemente em qualquer parte do globo. Quem não acredita nestas verdades que se embale pois nos seus sonhos de quimeras. Nós acreditamos e por isso lhe damos o nosso inteiro apoio.

São Jorge que de turismo apenas lhe conhece o nome e as intenções dos governantes, espera poder modificar essa situação num futuro muito próximo de forma positiva, tendo em conta as suas estruturas naturais, onde as belas Fajãs dos Cubres, Caldeira, Ouvidor, Penedia, dos Vimes e de São João, para além de muitas outras, com suas lagoas povoadas de louros camarões e ameijoas. Mas São Jorge com as suas residenciais pode oferecer ainda as suas maravilhosas colchas de lã, o queijo tipo único, as lapas gradas e musgosas, as cracas, as ameijoas, o alfinim, os coscorões e as espécies deliciosas, que todos apreciam e alguns criticam.

Por tudo isto e pelo mais que se conhece e merece ser divulgado, esperam os jorgenses ver a sua ilha também voltada para o turismo, e solicitam a sua inclusão a partir do próximo ano nos roteiros turísticos, porque nenhuma outra ilha tem mais beleza para divulgar. Falta implementar os mecanismos, razão porque desde já nos inscrevemos para um turismo de qualidade em São Jorge.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

E já perto de chegarmos ao fim desta análise circunstanciada, ainda nos restam algumas considerações de fundo, que em consciência não podemos deixar de as produzir, a bem da democracia e do povo que representamos. Os programas referentes às estradas regionais, estão em nosso entender bem dimensionados nas obras e nas ilhas para onde foram programados. Destes vamos destacar a estrada da Achada ligando Angra à Praia da Vitória e a do Arrastadouro em São Miguel. Ambas estas obras representam o espelho do que serão num futuro próximo todas as principais estradas regionais, porque o desenvolvimento económico não se realiza apenas com actos políticos nem intenções, mas com obras arrojadas como estas duas e outras que no sector e na Região já se encontram em curso. No referente a São Jorge apenas diremos que estamos de acordo com o programado.

E chegámos ao programa referente aos portos comerciais da Região, onde foram inscritas verbas vultuosas, e ainda bem que assim aconteceu. Começamos por salientar as verbas orçamentadas para a Praia da Vitória, que num futuro próximo tornará em realidade um sonho de séculos; os portos da Graciosa, Vila do Porto, portos do Pico e também o almejado porto das Flores; tudo obras do máximo interesse para o desenvolvimento económico daquelas ilhas, também com séculos de carências neste sector.

Se é certo que se torna consolador vermos avançar estas obras em oito ilhas, por outro lado verificamos que pelo segundo ano consecutivo, a Ilha de São Jorge não é dotada com a mais pequena verba, quando este assunto vem sendo levantado pelos Deputados de São Jorge, que nesta Câmara tiveram publicamente o compromisso de se realizarem no corrente ano, os melhoramentos solicitados e ainda não realizados embora as verbas não fossem muito elevadas.

Por outro lado achamos que no programa aeroportuário,

no referente à Ilha de São Jorge se encontra uma verba de 110 000 contos que se julga elevada, dado o aeroporto se encontrar prestes a abrir ao tráfego. Conjugando estes dois programas somos forçados a deduzir que isto não é bem um caso de má vontade para com São Jorge, mas apenas o desfazamento de uma verba, inscrita num programa quando de facto se destinava a outro, os dos portos, dado a importância dos 110 000 contos chegar em nosso entender para os acabamentos do aeroporto e fazer as obras dos portos de Velas e Calheta. Esperamos que o assunto seja revisto e tomado em conta para bem de todos nós açorianos.

E a terminar esta já longa reflexão de factos e de verbas que o Plano nos apresenta, diremos com sinceridade como sempre o temos feito neste explanar de pensamento, que os restantes programas merecem a nossa inteira concordância, com uma referência muito especial e positiva para o apoio à informação, que deixa antever um franco desenvolvimento neste campo tão sensível e necessário.

E antes de terminarmos esta intervenção, desejamos solicitar ao Sr. Presidente do Governo Regional, aos Srs. Secretários da Educação e Cultura e dos Transportes e Turismo, que revejam os pontos anteriormente aqui mencionados, porque se assim acontecer como esperamos e todos os jorgenses, poderemos afirmar com verdade que o Plano para 1983 deixa de ser bom para se tornar óptimo.

Obrigado.

Presidente: O Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura pede a palavra para?

Secretário Regional da Educação e Cultura (Reis Leite): Para a prestação dum esclarecimento.

Presidente: Tem a palavra para o efeito.

Secretário Regional da Educação e Cultura (Reis Leite): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu gostaria de dar um esclarecimento ao Sr. Deputado José Ribeiro que se mostrou altamente informado acerca do que se passa em São Jorge e nalguns campos far-nos-ia crescer águas na boca, se não fosse ser depois do almoço, mesmo assim uma espécie era bem vinda.

(Risos)

Em relação ao problema do desporto creio que o Sr. Deputado nas suas informações subestimou o investimento que se está fazendo nas infraestruturas desportivas de São Jorge.

Eu não vou alongar-me nesta matéria do conceito do desporto e das entidades que devem ligar-se para o desenvolvimento da prática desportiva, mas desejava apenas informar o Sr. Deputado de que presentemente, em São Jorge, em infraestruturas desportivas, está-se investindo em dois gimnodesportivos, junto das escolas, que estão preparados para apoiarem as associações e grupos desportivos locais.

Além disso, e conjuntamente com as Câmaras e associações desportivas de São Jorge, estão-se desenvolvendo obras no Concelho das Velas, nos polidesportivos do Marítimo Velense, Urzelina e Casas do Povo do Norte Grande e de Santo Amaro; no Concelho da Calheta no polidesportivo da Calheta; conjuntamente com a Câmara Municipal, no recinto desportivo do Topo onde infelizmente o sismo veio

arrazar o que se tinha feito, sendo necessário recomeçar e também no polidesportivo do Norte Pequeno conjuntamente com a Casa do Povo.

Isto tem sido possível através de verbas que chegam à Região pela nossa participação no Fundo do Fomento do Desporto que, como sabem, são verbas geradas pelas receitas dos próprios bilhetes vendidos ao público nos espectáculos desportivos.

Muito obrigado.

Presidente: Vou agora dar a palavra, para uma intervenção, ao Sr. Secretário Regional da Administração Pública.

Secretário Regional da Administração Pública (Botelho das Neves): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

A SRAP, em termos de Plano/83, tomando apenas por base as verbas que à mesma são consignadas, tem pouca expressão, não querendo isto dizer que as acções a levar a efeito não se revistam de todo o interesse.

Os 184 000 contos atribuídos à Secretaria representam 2,5% do total das despesas do Plano.

Como é do vosso perfeito conhecimento, as acções do referido Plano distribuem-se por vários Programas que passo a enumerar procurando para cada um mencionar as acções que se pretende sejam efectuadas e, o que reputo de mais importante, os princípios que orientam essas mesmas acções:

— O Programa APOIO AOS SERVIÇOS SOCIAIS DO FUNCIONALISMO REGIONAL compreende dois projectos:

- Construção e melhoramento de Cantinas e Refeitórios, e
- Construção e melhoramento de Creches.

Não constitui qualquer novidade que os funcionários da Administração Regional são uma classe pouco privilegiada no que respeita a benefícios sociais, estando mesmo em desvantagem neste campo relativamente a funcionários públicos de alguns órgãos e serviços do Governo Central. Tal desvantagem tomará outras proporções se tomarmos para termo de comparação o funcionalismo das empresas públicas e privadas. A este propósito, poderíamos proceder a análises comparativas que, no entanto, julgo não caberem nesta breve exposição.

Pretende-se, contudo, que fique claro o interesse do Governo Regional em apoiar tais Serviços Sociais. Deseja-se que os mesmos sejam incrementados e, obviamente, o apoio que lhes é prestado através da SRAP.

Este apoio constitui uma das medidas que, conjuntamente com outras, visam um dos grandes objectivos da Secretaria, que é o da valorização dos recursos humanos da função pública.

Deste modo, a SRAP tem vindo a apoiar os Serviços Sociais da Região, quer através da concessão de subsídios destinados a suportar as despesas gerais de manutenção dos edifícios e aquisição de diverso equipamento.

Poder-se-á concluir que não é muito. Diremos que não é tudo e que é nossa intenção, logo que os meios ao dispor tal permitam, ir mais além.

A seguir, surge-nos o Programa FORMAÇÃO PROFISIONAL, competindo à SRAP a formação profissional de Bombeiros e de pessoal da Protecção Civil. Será um lugar comum frisar aqui que nenhuma organização do género será

eficiente se os seus membros não dispuserem de adequada formação.

Pretende-se, através de programas de formação para Bombeiros, transmitir conhecimentos sobre a conveniente utilização do material que tem vindo a ser fornecido pela Secretaria às Associações de Bombeiros.

Por outro lado, é também nossa intenção executar programas de sensibilização e esclarecimento da população sobre problemas relacionados com a Protecção Civil e proporcionar acções de formação e treinamento de pessoal ligado a organizações que colaborarão com o Serviço Regional de Protecção Civil.

O programa APOIO AOS SERVIÇOS DE INCÊNDIO E DE PROTECÇÃO CIVIL comporta vários projectos:

- Instalações e equipamento para as Associações de Bombeiros e Serviços de Incêndio;
- Instalação de equipamento para o SRPC; e
- Apoio a outras organizações com interesse para a Protecção Civil.

Dois grandes objectivos se pretendem alcançar através da execução deste Programa que, na realidade, se interligam e completam:

- Dotar, no mais curto prazo possível, todas as ilhas com meios humanos e materiais de luta contra incêndios, os quais, como é sabido, ocorrem a muitas outras situações provocadas por sinistros da mais variada ordem; e ainda,
- Estruturar o Serviço Regional de Protecção Civil que, tendo em atenção o meio físico e descontínuo da Região, se reveste ainda de maior importância de molde a que o mesmo possa dar resposta eficiente a situações que, infelizmente, podem vir a apresentar-se.

Disse que estes dois objectivos se interligam uma vez que, como é óbvio, uma das estruturas em que se apoiará o SRPC será a das Associações de Bombeiros.

No âmbito do Projecto Instalações e Equipamento para Bombeiros é nossa intenção continuar a apoiar, como aconteceu em 1982, as Associações mais antigas e, além disso, continuar com obras de novas instalações bem como aquisição de material para as recém formadas Associações.

No que respeita ao SRPC, pretende-se durante o ano de 1983 dar prossecução às acções que visam dotar a Sede do Serviço com as condições mínimas para o seu funcionamento normal e dos meios minimamente necessários para que, em situações de emergência, como já foi referido, possa desenvolver as actividades de coordenação próprias do Serviço e dar o devido apoio às populações.

Pretende-se ainda durante o ano de 1983 iniciar acções que visam a montagem de dois Centros Coordenadores do Serviço nas cidades de Ponta Delgada e Horta.

No que respeita ao projecto Apoio a outras Organizações com interesse para a Protecção Civil, é nossa intenção apoiar financeiramente organizações de carácter particular que colaborarão com o SRPC e estejam carenciados de determinados meios materiais de interesse para a finalidade em causa.

Passando ao Programa INVESTIGAÇÃO E ESTUDOS cabem à Secretaria os Estudos para a Modernização da Administração Pública.

Com este Projecto pretendem-se alcançar os seguintes objectivos:

- Estruturas das Administrações Regional e Autárquicas;
- Racionalização dos Quadros;
- Implemento de modernas técnicas de gestão;
- Apoio técnico ao funcionamento da gestão;
- Estudo com vista à informatização de alguns serviços da AP.

Para que tais objectivos sejam atingidos, haverá que desenvolver estudos nas áreas da Organização, Recursos Humanos, Gestão e Informática — questões estas que exigem grande especialização técnica.

Para este fim recorrer-se-á à colaboração de especialistas nacionais ou estrangeiros que, em conjunto com técnicos da Administração Regional, elaborarão tais estudos de acordo com aspectos específicos da Região Autónoma dos Açores.

Actualmente, procede-se já a trabalhos preparatórios que permitirão, em colaboração com a Universidade dos Açores, proceder à informatização do inquérito aos recursos humanos da Função Pública e à constituição dum ficheiro central de pessoal.

Constantes do Programa MODERNIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA temos os projectos:

- Instalações e Equipamentos dos Serviços Centrais de Administração e suas Delegações;

Neste projecto a SRAP é apenas entidade proponente e com ele pretende-se melhorar as instalações dos Serviços Públicos, melhoria esta conducente a um aumento da sua eficiência e funcionalidade e

- Acções comuns de qualificação de funcionários e agentes das Administrações Regional e Local;

Podemos dizer que os objectivos a alcançar com este projecto são:

- Por um lado, o desenvolvimento da formação permanente com vista à valorização técnico-profissional dos funcionários e agentes das Administrações Regional e Local;
- Por outro lado, a racionalização e modernização das Administrações Regional e Local.

Para os atingir há que continuar a desenvolver acções de formação para pessoal dirigente e técnico.

Digo continuar, uma vez que tais actividades têm sido levadas a cabo, nomeadamente no corrente ano de 82 para o qual estavam programadas 14 acções de formação e apenas não se conseguiu levar a efeito uma delas.

Estas acções deverão ter maior incidência nas áreas de Organização, Gestão, Planeamento e Informática para pessoal técnico e, no que respeita a pessoal administrativo, nas áreas de Expediente, Contabilidade, Arquivo e Documentação.

Serão desenvolvidas ainda algumas acções de formação para pessoal auxiliar, nomeadamente relacionadas com o atendimento do público.

Continuar-se-á a proporcionar a funcionários e agentes da Administração Autárquica formação em áreas muito específicas, próprias da mesma Administração.

Para as matérias que, dada a sua natureza, não se torna viável a efectivação de acções de formação, nos Açores, serão proporcionados cursos e estágios fora da Região.

Claro é que todas estas acções de valorização técnico-profissional dos funcionários das Administrações Regional e Local, acções de formação, reciclagem e aperfeiçoamento, redundarão, assim se espera, num desejado aumento da sua eficácia.

Finalmente temos o Programa INVESTIMENTOS INTERMUNICIPAIS.

A SRAP tem, até agora, apoiado os Investimentos Intermunicipais de abastecimento de água, através de bonificação da taxa de juro para empréstimos a tal fim destinados.

Ao ser aprovado por esta Câmara um diploma apresentado pelo Governo Regional, tal bonificação tornar-se-á extensiva a todas as obras das autarquias no âmbito do Saneamento Básico.

A bonificação situa-se entre os 10 e os 14% dos juros praticados, de acordo com vários parâmetros.

Neste momento, alguns empréstimos estão já concedidos, outros aguardam autorização da Caixa Geral de Depósitos, prevendo-se ainda novos pedidos.

A verba inscrita permitirá, estou certo, responder a todas as solicitações das autarquias.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Da parte da Secretaria Regional da Administração Pública é tudo.

Muito obrigado pela atenção dispensada.

(Palmas)

Presidente: Tem a palavra, para pedir esclarecimentos, o Sr. Deputado Carlos Mendonça.

Deputado Carlos Mendonça (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Desejava colocar algumas questões, muito breves, ao Sr. Secretário Regional da Administração Pública.

Em primeiro lugar, perguntar-lhe-ia quais os critérios que presidem à classificação de funcionários mais carecidos para a Região, em matéria de resolução do problema habitacional para esses mesmos funcionários. Que tipo de funcionários?

Em segundo lugar, perguntar-lhe-ia quais os esquemas que o Governo prevê regulamentar no sentido de incentivar a fixação de funcionários na Região.

Em terceiro lugar, colocar-lhe-ia a seguinte questão, não só porque se nos afigura como pertinente para nós próprios, mas também porque vem inserida no parecer que foi emitido pela Assembleia Municipal da Horta:

Que justiça social preside aos critérios de Creches que só sirvam as melhorias das condições sociais do funcionalismo regional, sabendo-se que, neste âmbito e a nível de função pública, só as ilhas de São Miguel e Terceira possuem garantias sociais neste sentido?

Presidente: O Sr. Secretário Regional tem a palavra para responder a este pedido de esclarecimento.

Secretário Regional da Administração Pública (Botelho Neves): O Sr. Deputado Carlos Mendonça perguntou em primeiro lugar quais os critérios que presidem, quanto ao problema habitacional, à distribuição da habitação?

Os critérios são os seguintes: neste momento, infelizmente, os números de fogos existentes não permitem a atri-

buição de habitação a todos os que dela carecem.

As habitações existentes destinam-se a categorias profissionais nas quais a Região é carente. Funciona portanto, sobretudo, como um incentivo à fixação. Essas categorias constam duma Portaria — a Portaria 38/81 de 2 de Julho publicada no Jornal Oficial de 25 de Agosto de 81.

Para concorrer à habitação há que obedecer a determinados requisitos de acordo com a mesma Portaria.

A ocupação das casas, como é lógico, só tem lugar enquanto os funcionários estiverem integrados na Administração Pública.

Quanto aos incentivos à fixação, que é a sua segunda pergunta, pois, como todos sabem, a Região é carente sobretudo em técnicos superiores e foi em parte respondida pela resposta à pergunta anterior na atribuição de habitação.

Outros incentivos estão em estudo e esperamos que em breve possam ser oferecidos aos técnicos de que a Região é carente.

A sua terceira pergunta é sobre Creches do funcionalismo regional. Falou em Creches em São Miguel, na Terceira e na Horta.

A Secretaria Regional da Administração Pública só tem a ver com as Creches na medida em que apoia os Serviços Sociais dos funcionários da Região.

Há uma Creche em Ponta Delgada que é apoiada. Neste momento foi adquirida uma casa e talvez já começaram as obras de adaptação dessa mesma casa a Creche em Angra do Heroísmo e, quanto à Horta, também já temos em vista obras para a instalação de uma Creche.

Eu diria, como o Sr. Presidente do Governo Regional disse ontem, que é impossível chegar a toda a parte ao mesmo tempo, satisfazendo todas as necessidades em simultâneo.

Presidente: O Sr. Deputado Martins Goulart pede a palavra para?

Deputado Martins Goulart (PS): Para um pedido de esclarecimento.

Presidente: Tem a palavra para o efeito.

Deputado Martins Goulart (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional da Administração Pública:

Ouvi atentamente a explicação que acabou de dar e face à sucessiva legislação sobre a matéria de habitação especialmente construída para funcionários ou técnicos do Governo que vem sendo publicada desde 1980, eu perguntaria qual a razão de tantas revisões sobre os critérios de aplicação e distribuição de casas a funcionários e técnicos ao serviço da Região.

Devo referir que foi esta Assembleia que fez aprovar o Decreto-Regional nº 22/80-A, seguidamente o regulamentar pela Portaria nº 65/80, seguidamente revogada pela Portaria nº 38/81 (exaustivamente revogada), seguidamente publicada a Portaria nº 3/82, posteriormente publicada a Portaria nº 20/82 e mais tarde publicada a Portaria nº 30/82.

Da análise destes documentos ressalta, pelo menos, que o Governo, num espaço de tempo extremamente curto, começou a alterar os seus critérios de tal forma que chega a pensar-se de que os critérios começaram a ser modificados

para servir pessoas e não para servir genericamente as finalidades objectivas em que as carências da Região se faziam mais sentir.

Eu gostaria de colocar a V. Exa. este problema, não só o de porquê, em tão curto espaço de tempo, sentiu o Governo a obrigação de modificar o seu comportamento nesta matéria e se, de facto, se confirma que o Governo através desta legislação que acabei de citar, se sentiu na necessidade de fazer moldar os critérios às pessoas ou às pressões que eventualmente tenham surgido para que determinadas situações se resolvessem mais no interesse de quem procurava habitação do que no interesse regional em, genericamente, definir critérios que viessem a servir o interesse regional?

A segunda pergunta refere-se ao número de funcionários regionais.

Segundo uma publicação do DREPA existem neste momento na Região 10 412 funcionários da Administração Regional.

Pergunto a Sua Exa., o Secretário Regional da Administração Pública, se considera que este número é suficiente, insuficiente ou excessivo?

Se excessivo, que medidas políticas tomará para o fazer reduzir? Se suficiente, qual a razão por que o é? Se insuficiente, se pretende provocar o seu alargamento?

Esta é uma questão que coloco, não só porque existe ainda uma grande percentagem de funcionários contratados além dos quadros, como ainda porque existe, e sente-se na opinião pública, uma crítica muitas vezes por nós considerada bem fundamentada quanto à forma como muitos dos agentes da Administração Pública contratados o são e, se o regime de contratação, para além do quadro, continuará a ser em muitos casos privilegiado em vez de através de preenchimento de vagas dos quadros já existentes.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Administração Pública.

Secretário Regional da Administração Pública (Botelho Neves): Sr. Deputado, quanto à sua primeira pergunta sobre qual a razão de tantas revisões na Portaria que regula a concessão da habitação, em primeiro lugar tenho que dizer que há pouco tempo tomei conhecimento da causa, mas julgo que tudo está em mutação. Portanto, há que definir melhores critérios, de atender a novas necessidades, há que acertar o que está mal ou que se julga mal.

Quanto a servir pessoas e não ter por finalidade objectivos a atingir, eu não estou de acordo com isso nem pactuo com essa ideia.

Sobre o número de funcionários regionais que o Sr. Deputado disse, e muito bem, que neste momento são 10 412 funcionários, nós temos a sensação que realmente este número é muito elevado. Mas também temos a sensação de que este número é empolado por vários motivos entre eles o número de operários auxiliares, muitos em actividade sazonal, e posso-lhe adiantar que esse número (o Sr. Deputado conhece-o muito bem concerteza) é de 4 450.

Ora nós, como medidas de contenção, na medida em que temos todo o interesse que não seja aumentado o número de funcionários, posso dizer-lhe que nestes últimos tempos foram criados alguns lugares, foram eliminados ou-

tros, mas o balanço económico, e é esse que interessa, é positivo.

Sabemos do grande número e sabemos da tendência de aumento desse mesmo número.

Há que criar medidas que controlem a admissão. Há que evitar graves problemas financeiros e de gestão que tal situação poderia criar.

Neste momento, está proposto um Decreto-Regional já presente ao Conselho do Governo e estou certo que em Janeiro próximo, na próxima legislatura desta Câmara, esse diploma regional será posto à votação.

Nessa altura, espero que o Sr. Deputado dê um contributo válido no sentido da solução desse mesmo problema.

Presidente: Não há mais pedidos de esclarecimento.

Vou dar agora a palavra, para uma intervenção, ao Sr. Deputado Carlos Mendonça.

Deputado Carlos Mendonça (PS): Sr. Presidente da Assembleia Regional dos Açores, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo Regional:

Nos termos das alíneas j) e l) do artigo 44.º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores, elaborou o Governo Regional as Propostas do Plano e Orçamento para o ano de 1983, apresentando as mesmas à Assembleia Regional para que esta, usando da competência prevista nas alíneas f) e g) do n.º 1 do artigo 26.º do referido Estatuto, aprove ou não os documentos em análise.

Nesta primeira fase de discussão poder-se-ia dizer que ainda seria cedo para se avaliar qual o sentido de voto que recairá nestes importantes documentos, qual seja o real valor que os mesmos deveriam ser portadores, contudo, face ao atroz servilismo da maioria parlamentar desta Câmara para com o Executivo que apoia, fácil será deduzir qual será esse mesmo sentido.

A asserção que acaba de ser proferida resulta, em primeiro lugar numa análise pessoal e de âmbito político e, logicamente, terá que estar em contradição com a que é feita pelos autores dos referidos documentos. No entanto, julgamos oportuno deixar aqui expresso que, dos trabalhos realizados na Comissão Conjunta para discussão do Plano e do Orçamento saíram críticas muito pertinentes e algumas em absoluta sintonia com as que em breve passaremos a expôr, por Deputados da maioria desta Câmara. Pena é que das Comissões não existam «diários», mas, se para alguns tais críticas se perdem no tempo, para outros tal não acontece.

A coragem e a frontalidade de distinguir o mérito do demérito são virtualidades que não poucas vezes se encontram ausentes dos Srs. Deputados da maioria parlamentar para com os actos do Executivo Regional. A responsabilidade e o cumprimento dos seus deveres serão tanto melhor cumpridos por este Órgão de Governo próprio da Região Autónoma dos Açores quanto melhores forem as críticas válidas e construtivas que se lhe apresentem. Críticas que não deveriam vir só da oposição mas também dos representantes do Partido que o apoia e, sobretudo, realizadas aqui e

agora, posto que é este o lugar mais próprio para a sua emissão.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo Regional:

Não orientarei a minha intervenção neste debate por um prisma essencialmente económico, razão pela qual me furtarei a uma análise tecnicista nesta matéria, posto que outras vozes mais autorizadas se farão ouvir no mesmo. É este, Srs. Deputados, o motivo pelo qual me debruçarei, em especial, sobre o Plano para 1983, sem que deixe de estar atento ao referido Orçamento, nomeadamente no que se prende com o seu déficite, meios de cobertura deste, elevados encargos com a Administração Regional, etc., etc., factores esses que, na sua essência, são resultantes daquilo a que, por ironia ou destino, poderemos classificar de «evolução na continuidade».

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo Regional:

Muito sinteticamente poderíamos dizer que um plano deverá ser um documento de compromisso pelo qual o Governo apresenta, com realidade, firmeza e objectividade, os projectos que pretende realizar num determinado período de tempo.

Neste contexto, que dizer do documento «Plano para 1983» agora presente em debate nesta Assembleia? Que os seus autores extravazam o seu verdadeiro âmbito e pecam por excesso e defeito em concomitância.

Apresentam-nos aquilo a que se poderá chamar «uma carta de intenções (estivessemos nós em negociações com o Fundo Monetário Internacional) e de matéria de planeamento, pouco, muito pouco. De resto isto terá pleno cabimento se atendermos ao que aqui já foi referido quando da discussão do Plano a Médio Prazo pelo nosso Grupo Parlamentar e tendo em atenção que este Plano, na sua orientação e filosofia globais, é a reafirmação do que aquele já consagrava.

Numa breve tentativa de demonstrar por «a+b» aquilo a que chamamos «carta de intenções», comecemos por nos debruçarmos pelo sector da saúde, o qual abrange sete áreas a saber:

- 1 — Organização de Serviços;
- 2 — Melhoria da Rede de Serviços;
- 3 — Investigação/Informação;
- 4 — Prevenção;
- 5 — Humanização dos Hospitais;
- 6 — Recursos Humanos;
- 7 — Racionalização das despesas.

Tais áreas, por seu turno, comportam 41 pontos. Impossível é a sua dissecação unitária, mas Srs. Deputados, é muito para tão pouco! Contudo, uma breve referência e reflexão se impõe no que se prende com o ponto 4 «Prevenção».

É intenção do Governo tomar medidas preventivas, entre outros campos, contra o alcoolismo, tabaco, droga, cui-

dar da higiene alimentar, etc., Todas altamente plausíveis, mas, por certo, de difícil alcance. E actuar numa eficiente luta anti-tuberculose, nomeadamente com a cobertura integral do Arquipélago pelo serviço de Rádio-rastreio, isto, para além de outros factores, se tivermos em linha de conta que da última que foi efectuada decorreram já muitos anos? O mesmo se poderá dizer da «medicina escolar». Ou será que esta esgota o seu campo de aplicação nas tradicionais vacinas?

Não serão estes campos que deveriam merecer especial atenção numa perspectiva de medicina preventiva?

No âmbito da «Segurança Social» tem o Governo a intenção de desenvolver a sua actividade em 14 sectores dos quais gostaríamos de ouvir a opinião do responsável da competente Secretaria, nomeadamente no que se prende com os pontos 4 e 7, respectivamente:

4 – «Estruturar sistemas de apoio à infância, menos exigentes em investimento inicial, como por exemplo através de amas».

Porque consideramos extemamente vago o preceito transcrito, gostaríamos de ouvir a opinião do Sr. Secretário sobre o alcance de mesmo na nossa Região, em termos qualitativos e quantitativos.

7 – «Iniciar o estudo do processo de microfilmagens de grande número de ficheiros».

Será este um ponto que mereça destaque a nível de um plano de Governo e, conseqüentemente, de alcance planificável? Ou não teria, sim, o mesmo pleno cabimento, mas no âmbito da organização interna da respectiva Secretaria Regional? Será ou não uma medida desta natureza exemplo do real vazio deste Plano?

A voz da Secretaria da Educação e Cultura faz-se ouvir neste Plano com frases sonantes do tipo «política social democrata que professa o humanismo e o personalismo»; «política de desenvolvimento, centrada do homem para o homem»; «esbater de desigualdades intra-regionais»; «Que os Açores são, antes de mais, uma terra para se viver», etc., etc.. Contudo, Srs. Deputados, os açorianos já vão ficando com os ouvidos cheios de frases feitas e bonitas e querem, antes de mais, soluções pontuais para os seus problemas do dia a dia.

Assim sendo, será com os 3 000 contos previstos no Plano e destinados a residências para estudantes que se combatem as desigualdades intra-regionais, quando um aluno, por exemplo, de São Jorge, Graciosa ou Flores, pretende ingressar na Universidade dos Açores, isto para não falar de outros graus de ensino, e só para dormir tem que pagar 6 e 8 contos mensais?

Será com a constante ausência de uma programação eficiente dos estabelecimentos de ensino médio que se consegue colmatar o desfazamento da escola para com as carências da nossa sociedade, tão carecida de pessoal qualificado nos ramos de agricultura, pecuária, pesca, construção civil ou será que vivemos numa sociedade em que a única carência é de licenciados? Nunca nos esqueçamos, Srs. Deputados, de que uns são a complementaridade dos outros.

Finalmente um reparo de salientar: De quase cerca de um milhão de contos que a Secretaria da Educação e Cultura prevê no Plano para construções escolares, nem um escu-

do se vê destinado à instalação e funcionamento de escolas pré-primárias na Região.

Qual o motivo que justifica tal medida política, quando é de todos sabido a necessidade de se começar pelos alicerces qualquer obra? Será que continua a subsistir a situação de impasse de se saber a quem compete este sector do ensino? A prová-lo parece estar o facto de neste Plano não se ver o acatamento de tal responsabilidade a qualquer dos sectores com responsabilidade para tal.

No que se prende com a habitação e Protecção Civil a carta de intenções prossegue com 31 pontos, sendo certo que só a nível de urbanismo e ambiente são consideradas 17 medidas de política deste sector, para as quais estão previstos somente 5 000 contos. Uma vez mais, Srs. Deputados, como é possível tanto para tão pouco?

É ou não de salientar o desfazamento do programado com aquilo que é minimamente atingível? Seria ou não racionalista uma planificação mais objectiva e operacional do que, por exemplo, o «Apoio ao campismo de observação de aves»? Qual o alcance da inserção de rubricas desta natureza num Plano? Que medidas deste tipo surjam num programa de Governo, aí sim, é pacífico o seu aparecimento, mas nunca num Plano, Srs. Deputados, que tanto quanto possível deveria estar despido de literatura e pejado sim de projectos quantificados e de pura execução financeira.

No que se prende com a agricultura, o mais importante sector da economia regional – lembremos que 47% do produto interno bruto regional tem origem neste sector – prevê o Plano uma verba global de 469 000 contos, os quais, muito sinteticamente, se destinam, segundo o que vem programado, à diminuição da dependência externa da Região e, simultaneamente, ao aumento de produção agrícola e pecuária.

Sabido como é, sobejamente, o grave problema que a Ilha Graciosa atravessa no campo da vitivinicultura, e permitam-me um aparte, pois a vitivinicultura da Graciosa poderá, melhor dizendo, corre o risco de ficar para a História da Ilha, e o facto é que vemos já que a «Casa Etnográfica da Graciosa» alterou a sua denominação para «Museu da Uva e do Vinho», é com grande espanto que vemos todo o esforço do Governo Regional neste campo traduzido no Plano numa verba de 1 100 contos, para reconversão e intensificação vitivinícola daquela Ilha, enquanto que para a expansão da cultura de batata de semente, que no fim se torna excedentária e de certa dificuldade de colocação no mercado, é atribuída só para a Ilha de São Miguel uma verba de 12 000 contos.

Sendo intenção da Secretaria Regional da Agricultura e Pescas a recuperação da produtividade do primeiro sector daquela Secretaria, uma vez que os índices de produção foram já muito superiores aos que hoje se registam, no segundo sector continua, em parte, a residir a sua aposta. Contudo, mesmo a nível do próprio Plano, pensamos que dados muito mais concretos nos deveriam ser fornecidos no que diz respeito à experiência efectuada no decurso deste Verão com o atuneiro «Elizabeth C.J.», já que do mesmo tanto se falou, e neste documento muito pouco se diz em termos quantificáveis e prospectivos.

No âmbito da Secretaria Regional do Comércio e In-

dústria, e nesta no sector do Comércio, encontramos uma verba de 62 000 contos destinada à «Promoção do Comércio Externo» e outra de 50 000 contos para o «Apoio à Exportação». Se no segundo caso conseguimos vislumbrar o seu alcance, ainda que gostássemos de ver o mesmo explanado pelo Sr. Secretário Regional, no primeiro, é de toda a conveniência que o referido Sr. Secretário informe o Plenário em que irá ser dispendido, muito concretamente, tal montante, sob pena de termos que inferir que o mesmo cobre as deslocações «tipo embaixada» da referida Secretaria ao estrangeiro, sem que se saiba quais os resultados daí advinentes.

Igual questão se nos afigura colocar ao Sr. Secretário Regional dos Transportes e Turismo, no que toca ao programa 44 e seus projectos 44.1 e 44.2, os quais se destinam, respectivamente, à «Divulgação e Animação Turística; Divulgação dos Açores como Destino Turístico e Animação Turística da Região» e englobam um total de 105 000 contos, aqui mais concretamente, quais os resultados que se prevêem com a realização deste programa e seus projectos e o que pensa, o competente responsável por este sector, de tal montante para tais fins.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: É esta, muito resumidamente, a análise política que se nos afigura fazer ao Plano para 1983.

De todo o conjunto de programas inseridos no Plano, pena é que não exista um que programe as despesas com as inaugurações que o Governo Regional irá efectuar no decurso do ano de 1983, pois se tal existisse já poderíamos, à anteriori, contar com o seu quórum.

Resta-nos pois, Srs. Deputados, aguardar a capacidade, por parte do Governo Regional, da execução daquilo que nos apresenta programado neste Plano, para que, então, no momento oportuno, nos voltemos a debruçar sobre a sua integral viabilidade.

Disse.

Presidente: O Sr. Secretário Regional dos Assuntos Sociais, o Sr. Secretário Regional do Comércio e Indústria, o Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura e o Sr. Secretário Regional do Equipamento Social, salvo erro por esta ordem, pediram a palavra provavelmente para prestação de esclarecimentos subsequentes à intervenção do Sr. Deputado Carlos Mendonça. Assim o pediu também o Sr. Deputado Melo Alves.

Deputado Melo Alves (PSD): Para um protesto.

Presidente: Então vou dar a prioridade ao Sr. Deputado Melo Alves para a apresentação do protesto, posto o que se seguirá a apresentação dos pedidos de esclarecimento e subsequentes respostas.

Tem a palavra o Sr. Deputado Melo Alves.

Deputado Melo Alves (PSD): Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados:

Peço a palavra para um protesto.

Objectivo: Protestar contra o servilismo de que foi acusada a maioria desta Câmara.

Fundamento: Não é ser servil quando se apoia um Governo.

Nós apoiamos o Governo Partido Social Democrata.

Temos, evidentemente, discordâncias por vezes. No entanto, quando o Governo na sua globalidade não nos parecer conveniente, a forma de actuar será outra — não é a de recusar a aprovação a um Plano.

A maioria não é servil. A maioria entendeu que não é a altura de substituir o Governo.

O segundo protesto é contra o ^{facto} de se acusar a maioria de não ter coragem para apreciar o demérito dos actos do Governo.

Fundamento: A maioria tem, muitas vezes, criticado o Governo, através de intervenções, através de requerimentos que, muitas vezes, como é sabido, trazem implícita uma certa dose de crítica.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Mendonça para um contraprotesto.

Deputado Carlos Mendonça (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Com a mesma serenidade com que o Sr. Deputado Melo Alves protestou, eu desejaria contraprotestar.

Quando eu falei de servilismo — se quiser faculto-lhe a minha intervenção — integrei-o num contexto, que aliás vem no parágrafo seguinte, da discussão existente (discussão no bom sentido do termo) a nível dos trabalhos da Comissão Conjunta.

O Sr. Deputado, tal como eu, assistiu a todos esses trabalhos e até — bem não se compreendia mas assim se passou — as críticas mais duras foram precisamente emitidas por Deputados que, infelizmente, não podem estar aqui presentes neste momento.

Simplemente, eu também disse na minha intervenção que penso, e penso sob o ponto de vista pessoal, que este, aqui e agora, neste momento, era a altura própria e digna para que os açorianos fossem também conhecedores do ponto de vista de pensamento que foi expandido nessa mesma Comissão por Deputados da maioria parlamentar.

Presidente: O Sr. Deputado Melo Alves pede a palavra para? . . .

Deputado Melo Alves (PSD): Para um esclarecimento.

Presidente: Um esclarecimento subsequente ao contraprotesto, não é verdade? Tem a palavra para o efeito.

Deputado Melo Alves (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Também fiz parte da Comissão Conjunta que apreciou o Plano e foi uma Comissão em que, embora não com o tempo desejável, se fez uma apreciação, em certos aspectos e em certos sectores, aprofundada do Plano.

Foram levantadas diversas questões. Levantar questões ou iniciar uma crítica não quer dizer que seja o resultado final ou o juízo final da Comissão, porque questões e críticas que foram levantadas foram esclarecidas, muitas delas, no diálogo entre os membros da Comissão e outras foram esclarecidas com a presença dos Membros do Governo.

Julgo que os aspectos fundamentais e não inteiramente satisfatórios ou esclarecidos e que ficassem inteiramente conhecidos, quer pelo trabalho conjunto e criativo da Comissão, quer pelo trabalho conjunto com os Membros do Governo, esses aspectos fundamentais transparecem do relatório da Comissão e já aqui foram referidos, quer quanto ao

Orçamento, quer quanto ao Plano.

Presidente: O Sr. Deputado Manuel Valadão pediu a palavra para apresentação de um protesto também?

Se é para um protesto vou-lhe dar a prioridade, se é para qualquer outra figura regimental estão os Srs. Secretários Regionais à frente.

Deputado Manuel Valadão (PSD): Era para um pedido de esclarecimento.

Presidente: Os Srs. Secretários Regionais supõem que querem todos é prestar esclarecimentos. Assim, o Sr. Deputado Manuel Valadão tem prioridade para o pedido de esclarecimento e depois os Srs. Secretários Regionais prestarão os seus esclarecimentos.

Tem a palavra para o efeito.

Deputado Manuel Valadão (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Eu gostaria só de frisar aqui um aspecto da intervenção do Sr. Deputado Carlos Mendonça, relativamente à reconversão da vinha na Graciosa e para lhe dizer que, ao fim e ao cabo, estamos mais ou menos de acordo que há necessidade absoluta de se avançar com um projecto dessa natureza.

Relativamente ao projecto da reconversão da vinha julgo que é fácil reparar que tem havido um certo reforço, e houve o ano passado e este ano um reforço desta verba, o que pressupõe, enfim, uma vontade de se avançar com este projecto.

Gostaria só de lembrar que não é fácil fazer a reconversão da vinha. Este projecto implica dificuldades maiores do que outras culturas. De qualquer maneira também sei que este projecto vai avançar. Estou de acordo que, ao fim e ao cabo, os três Deputados pela Ilha Graciosa portanto, os dois da bancada do PSD e o Sr. Deputado Carlos Mendonça, têm lutado por este aspecto que me parece fundamental. Aí julgo que há acordo.

Relativamente à Casa Etnográfica — não foram estas as palavras que o Sr. Deputado disse mas a ideia julgo ser esta — seria um indicativo da decadência da cultura da vinha.

Eu não estou muito de acordo e, daí, o meu pedido de esclarecimento.

Eu julgo que com a evolução da tecnologia e das novas técnicas também da agricultura, a reconversão da vinha pode aparecer não sendo necessário utilizar sempre os mesmos métodos.

Portanto, creio que a Casa Etnográfica tem a sua razão de existir, independentemente de se avançar com a reconversão da vinha.

Presidente: O Sr. Deputado Carlos Mendonça pede a palavra para? . . .

Deputado Carlos Mendonça (PS): Para prestar um esclarecimento.

Presidente: Para prestar o esclarecimento que lhe foi solicitado tem a palavra.

Deputado Carlos Mendonça (PS): E também para fazer um pedido de esclarecimento ao Sr. Deputado interveniente.

Presidente: Respondendo ao pedido de esclarecimento e fazer por sua vez um pedido de esclarecimento.

Tem a palavra para o efeito.

Deputado Carlos Mendonça (PS): O pedido de esclare-

cimento é muito simples e muito sintético:

O Sr. Deputado considera que os 1 100 contos inscritos no Plano, no ponto em que a situação se encontra, são uma verba aceitável?

Quanto à alteração da denominação de Casa Etnográfica para museu, é evidente que eu até tenho o cuidado de dizer ali que aquilo é um à parte, e penso que o Sr. Deputado sabe bem o que é que significa um à parte, e não me fere absolutamente nada a sensibilidade e, de resto, já dialoguei nesse sentido com o próprio Sr. Secretário.

Presidente: Está prestado o esclarecimento mas também há um pedido de esclarecimento. Há um contrapedido de esclarecimento, não é verdade Sr. Deputado Manuel Valadão?

Tem a palavra para prestar o esclarecimento.

Deputado Manuel Valadão (PSD): Eu posso prestar o esclarecimento mas creio que mais indicado seria o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Pescas porque creio que ele já manifestou a sua vontade.

Presidente: Muito bem. Quanto ao seu pedido de esclarecimento já o considera respondido?

Deputado Manuel Valadão (PSD): Estou esclarecido.

Presidente: Há aqui cinco Secretários Regionais inscritos para prestação de esclarecimentos. Vamos começar pelo Sr. Secretário Regional dos Assuntos Sociais.

Tem a palavra para o efeito.

Secretário Regional dos Assuntos Sociais (Costa Neves): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Deputado Carlos Mendonça:

Poderia esperar ser acusado de muita coisa menos de ter programado muito e muito pouco para realizar.

De qualquer forma, em relação aos aspectos de prevenção que referiu e que nós aproveitávamos para salientar aqui os elementos que nos importaria ter mais em conta no nosso trabalho, penso que isso representa essencialmente uma preocupação que nos tem dominado: de promover uma inversão, senão uma inversão pelo menos em dar uma tão grande importância aos aspectos da prevenção como aos da medicina curativa. Isto é, nós temos que sair do binómio saúde/hospital porque, em relação à saúde duma comunidade, muito mais pode ser feito do que a simples disponibilidade de camas hospitalares e dum simples tratamento.

É assim que nós pretendemos dar a tónica no nosso trabalho a esta área de prevenção; é assim que aparece neste Plano para 83 com a atribuição dum lugar que pensamos tem inteiro cabimento.

Concerteza que não será no fim do ano de 83, com o trabalho que se vai levar a efeito a este nível, que todos aqueles problemas que aqui são referidos estarão resolvidos.

Não é isso que pretendemos, até porque um trabalho deste género é um trabalho que demorará concerteza largos anos, mas o importante é que a ele seja dado o devido lugar. É importante que os profissionais de saúde, que actuam na comunidade, assumam uma actuação mais directa junto dessa mesma comunidade e que tenham estas preocupações em mente.

Quanto à luta antituberculose que referiu, pois concerteza ela continuará a ser feita como, aliás, vem sendo feita. É da responsabilidade dos futuros Centros de Saúde como é

hoje da responsabilidade dos hospitais concelhios que dispõem de meios de rádio-diagnóstico suficientes.

Quanto à questão das amas eu dir-lhe-ia que é importante sairmos dos tipos de resposta tradicionais, dos equipamentos colectivos que exigem grandes investimentos iniciais e que nem sequer têm provado, até agora, serem aqueles que se revelam socialmente mais ajustados ou mais humanizantes.

Há, efectivamente uma certa carga negativa à volta desta palavra, exactamente pela forma como esta actividade por vezes é desenvolvida mas, se entendermos que teria que haver um trabalho de selecção cuidada das pessoas que trabalhariam nesta área, de pessoas ou de famílias que dispõem em sua casa de instalações disponíveis e com condições que dispõem do apoio técnico que nós teríamos condições para dar, seriam concertada soluções para responder a crianças com idades compreendidas entre os três meses e os três anos nos períodos de tempo correspondentes a trabalho ou outro impedimento dos pais e responder, portanto, a necessidades que neste momento se fazem sentir.

Quanto à microfilmagem poder ser alvo de somenos, segundo entendi pelas suas palavras, devo dizer que o lançamento de qualquer esquema de microfilmagem é extremamente complicado e só justificado, até pelos custos que envolve, pelo grande volume de documentos que são tratados, nomeadamente nos Centros de Prestações Pecuniárias, que exigem grandes espaços e que exigem um trabalho humano muito grande.

Pensamos evitar esses inconvenientes com a microfilmagem, consideramo-lo algo que tem que ser profundamente estudado para ser lançado, implica uma actividade muito grande e um investimento razoável e daí a importância que lhe demos.

Presidente: O Sr. Secretário Regional do Comércio e Indústria tem a palavra para a prestação de esclarecimentos para que se inscreveu.

Secretário Regional do Comércio e Indústria (Natalino Viveiros): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Referiu o Sr. Deputado Carlos Mendonça que, no sector do Comércio, haviam inscritos dois programas de apoio à exportação — um no valor de 62 000 contos e outro no valor de 50 000 contos — tecendo algumas considerações sobre a sua aplicação.

Penso que a observação feita pelo Sr. Deputado Carlos Mendonça não corresponde à realidade, na medida em que no Plano aparecem dois programas — o programa 40 e o programa 41 — constantes do sector do Comércio, um com 90 000 contos e o outro com 62 000 contos, estes sim, estes 62 000 contos, resultam da soma do programa «Promoção do Comércio Externo» que se subdivide em dois projectos — um de apoio à qualidade alimentar no valor de 12 000 contos e outro no apoio à exportação no valor de 50 000 contos.

Quanto ao apoio que se dá à exportação, pois ele vai desde os incentivos que pode haver à exportação e que se revestem certamente de participações em feiras ou certames, até ao apoio financeiro que se possa dar, digamos, nos diferenciais de custos de transporte ou até no produto a exportar.

Terei muito gosto em fornecer-lhe alguns dos relatórios, se V. Exa. pedir, sobre as deslocações que têm sido feitas ao estrangeiro, ou até mesmo à realização das feiras que têm sido feitas na Região e os seus resultados.

Já o fiz a outros Deputados desta Câmara que o solicitaram e terei muito gosto, se V. Exa. assim o entender, de apresentar-lhe esses relatórios que estão devidamente elaborados.

Muito obrigado.

Presidente: O Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura tem a palavra para a prestação de esclarecimentos que se propõe prestar.

Secretário Regional da Educação e Cultura (Reis Leite): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo Regional:

Eu quero aproveitar para prestar alguns esclarecimentos aos problemas postos pelo Sr. Deputado Carlos Mendonça na sua crítica ao projecto do Plano apresentado pelo Governo.

O Sr. Deputado, aliás sobre as palavras ditas e escritas no Plano em relação ao sector da Educação, deu uma «sentença salomónica» porque diz que elas são loucas e bonitas. Eu agradeço-lhe a beleza e não vou desagradecer o serem loucas.

Dos problemas que põe, e que me parece que devem ficar aqui esclarecidos da minha parte, relacionam-se efectivamente com as opções.

Quando se diz, e tenho que considerar uma flor de retórica a maneira como foi dito, que só 3 000 contos estão reservados ao problema das residências, está-se sem dúvida a mascarar o problema, porque o que está dito no Plano é que estão reservados 3 000 contos para resolver o problema da adaptação duma casa na Horta para uma residência de estudantes.

Isso está enquadrado, é óbvio, na opção das disponibilidades financeiras existentes para este sector, uma vez que o Governo também diz, não sei se em frases ocas, no Plano, de que a opção é a escolaridade obrigatória.

Como é que se poderia alguma vez resolver o problema do acesso e da igualdade do acesso ao ensino complementar e ao ensino superior se não fosse resolvido o problema do acesso à escolaridade obrigatória?

A opção do Plano é clara: dentro das limitações financeiras existentes a opção é para a escolaridade obrigatória. Efectivamente, as facilidades para o esbater das desigualdades no acesso à escolaridade complementar e à Universidade têm uma prioridade que talvez não seja a ideal — é a possível.

Mas o que não me resta dúvida é que o escalonamento das prioridades creio que está correcto e o Sr. Deputado, que é um homem inteligente, não vai negar a necessidade desse escalonamento.

Por outro lado, o acesso e a necessidade de resolver os problemas das desigualdades, não se resolve só com residências. É preciso não esquecer que existem, neste momento, residências masculina e feminina em Ponta Delgada, que a Universidade dos Açores tem residências e que há todo um programa e que este ano estão previstos no Orçamento, para as despesas decorrentes da Acção Social Escolar, uma verba

de 123 000 contos, precisamente para poder esbater estas desigualdades e que é, aliás, matéria que creio que merece, e que terei ocasião na minha intervenção de pormenorizar mais, porque me parece uma das matérias fundamentais do programa relacionado com a Educação.

Creio que, para se ser justo, ter-se-á que ter em conta todo este enquadramento, que o programa aliás reflecte, de o esbater das desigualdades no acesso ao ensino, antes de mais nada ao ensino obrigatório, e também ao ensino complementar e ao ensino universitário.

É um facto que a Região não precisa só de licenciados — e não vamos aqui cair numa discussão de sensibilidades. Mas a Região precisa, essencialmente, de gente formada a nível universitário porque não se poderá, no meu entender, sair de algumas das mais graves deficiências em alguns sectores, que se poderiam depois também pormenorizar, mas para não sair da educação, do problema da formação de professores, da fixação de quadros, é precisamente a nível de licenciados que essas carências são mais gritantes.

Não creio que, pelo que acabei de dizer em relação aos programas da Acção Social Escolar, se esteja só a favorecer a formação de quadros a nível universitário.

O problema do pré-primário, que põe o Sr. Deputado, é também um problema de fundo e o Sr. Deputado quis, mais uma vez, talvez com uma flor de retórica, tentar baralhar as cartas, dizendo que não está aqui contemplado porque há um desentendimento entre a Secretaria Regional da Educação e Cultura e a dos Assuntos Sociais.

Isso não é verdade! Isso não é correcto! E não é isso que se passa!

Há uma tradição na administração portuguesa de que os assuntos relacionados com o pré-primário são da competência, que tem sido conjunta neste caso, da Secretaria dos Assuntos Sociais e da Educação e Cultura.

É discutível essa solução. Mas é uma solução que tem dado fruto e mesmo na Região tem dado fruto.

Se o Sr. Deputado tiver a curiosidade de consultar um documento que foi distribuído chamado «Evolução recente da situação sócio-económica» verá que até 1978 na Região só havia educação pré-escolar no sector do ensino particular e saldava-se por cerca de 300 alunos.

Até 1980 esse número vai subir para cerca de 1 000 alunos, estabilizando-se em 1981.

A nossa opção de investimento tem sido, até aqui, a nível principalmente de investimento em estruturas e em infraestruturas nos centros urbanos e isso tem sido feito por programas dos Assuntos Sociais.

A nível da Secretaria Regional da Educação e Cultura tem-se optado, antes de mais nada, pela formação inicial de pessoal docente. E não se pode criticar ou estabelecer relações com o programa da Educação se não se tiver em conta a abertura dum curso de formação de pessoal para o pré-primário, que está a funcionar, e que a partir deste ano tem pessoal já nas várias escolas que estão abertas.

Por outro lado, também é nosso entender de que não é possível, com as disponibilidades actuais, investir a nível do pré-primário em construções e, por isso, nos temos socorrido de, por um lado estruturas existentes e, por outro lado temos pedido e temos tido e temos programas que me

parece de muito interesse continuar a desenvolver a nível das autarquias locais e da possibilidade de cedência de instalações por essas mesmas autarquias para um grau de ensino que considero fundamental, que considero que não é nem deve ser obrigatório e que, sendo de facto importante e sendo um alicerce — aliás já hoje aqui foi dito que nunca teremos bons alunos nas universidades se não pegarmos do pré-primário — é correcto e estou de acordo. Simplesmente, é um problema de prioridades e a prioridade que lhe damos é, efectivamente, a que consta do Plano.

Não posso, porém, deixar de realçar de que é um sector que tem tido todo o nosso empenho. É um empenho conjugado dentro do Governo. É um empenho conjugado com o sector privado, com o sector das autarquias e cujos resultados estão aqui expressos nesta publicação.

Muito obrigado.

Presidente: O Sr. Deputado Carlos Mendonça pediu a palavra para um pedido complementar de esclarecimento, penso eu.

Deputado Carlos Mendonça (PS): É propriamente para dar um esclarecimento relacionado com esta intervenção.

Presidente: Tem a palavra para o efeito.

Deputado Carlos Mendonça (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Ouvi atentamente as respostas e os longos preâmbulos que o Sr. Secretário teve a amabilidade de fazer às mesmas.

É evidente que, em determinados campos, temos ópticas diferentes de ver os problemas. O Sr. Secretário é o detentor do poder de execução nessa matéria e eu tenho a legitimidade de expôr, sobre o meu ponto de vista, esses mesmos desentendimentos.

Eu só queria dizer que devolvia a classificação de flor de retórica que deu à parte da minha intervenção e que a devolvia integralmente para a parte que especificamente lhe toca a si, Sr. Secretário, e a demais Membros do Executivo no Plano.

Presidente: O Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura não tem mais nada a acrescentar?

Então o Sr. Secretário Regional do Equipamento Social, que havia pedido a palavra, tem-na para a prestação dos esclarecimentos que se propõe.

Secretário Regional do Equipamento Social (Vitor Macedo): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

O Sr. Deputado Carlos Mendonça começou por dizer que o Plano deve ser «realista» e não uma «carta de intenções». Assim também o entendemos.

Contudo, não deve ser sucinto mas, sim deve traduzir as acções que nos propomos realizar.

Este preâmbulo vem exactamente porque depois focou o projecto de urbanismo e ambiente, dizendo que ele englobava 17 medidas e que só estava contemplado com a dotação de 5 000 contos.

Na realidade o Sr. Deputado contou as medidas mas de certo que não se debruçou nos seus conteúdos porque se assim o tivesse feito certamente que teria verificado que muitas das acções irão ser suportadas pelas despesas correntes uma vez que são realizadas pelas estruturas que dispomos.

Por outro lado, outras medidas têm as suas dotações

nos projectos de habitação, nos programas de equipamento urbano e recursos hídricos, ou até nos orçamentos das outras Secretarias.

Presidente: O Sr. Secretário Regional da Agricultura e Pescas tem também a palavra para a prestação dos esclarecimentos que anunciou pretender apresentar.

Secretário Regional da Agricultura e Pescas (Adolfo Lima): Sr. Deputado Carlos Mendonça, eu não ouvi a sua intervenção mas já a li porque pedi uma cópia e na área que me diz respeito estou habilitado a responder às suas preocupações.

Antes de mais queria dizer-lhe que discordo duma afirmação feita pelo Sr. Deputado, relacionada com os índices de produção, concretamente afirmando que eles já foram muito superiores aos actuais.

Discordo porque se considerarmos como o índice de produção a produtividade por unidade de terra todas as produções agrícolas dos Açores, nos últimos anos, têm vindo a subir significativamente e nas produções específicas onde isso não se verificou foram por condições sempre de ter em conta em agricultura, que são aquelas que o tempo pela sua adversidade ou por uma outra praga perfeitamente incontroável num determinado momento, fizeram com que esse índice de produtividade não fosse aquele que se esperava.

Em relação à reconversão da vinha, assunto aliás que já foi motivo de uma grande conversa entre nós dois; eu gostaria de esclarecer que devemos dividir esse problema em duas questões perfeitamente distintas.

Se se entende por reconversão da vinha apenas e exclusivamente a substituição do produtor directo por castas europeias, sejam elas produtoras de uva de mesa ou de vinhos, esse problema tem sido estudado na Região, existem já hoje respostas concretas a esse problema, existem hoje experiências economicamente rentáveis dessa substituição e existem até produtores privados, um dos quais até na Graciosa, que tem possibilidades de fornecer números extremamente interessantes sobre esta matéria.

Por outro lado, se se entende como reconversão da vinha a reconversão do Biscoito ou do Lajedo, tradicionalmente explorado com a chamada «uva de cheiro», isso é um problema distinto.

Não é um problema exclusivo da Graciosa. É um problema que afecta concretamente a Ilha Terceira, é um problema que afecta também profundamente o Pico e é um problema que afecta a Graciosa porque aí não se trata apenas, Sr. Deputado, de substituir um tipo de vinha e de vinho por um outro tipo de vinha e de vinho.

Trata-se, sim, de uma profunda reconversão fundiária que tem que ver com o estabelecimento de uma nova técnica de condução da vinha que, utilizando esses terrenos pedregosos, tem incidências monetárias por hectare bastante elevadas.

Se somarmos estes dois problemas, se ao mesmo tempo pensarmos que a reconversão da vinha é a transformação destes terrenos para uma vinha capaz de ser conduzida em termos tecnológicos mais avançados, dispensando mão-de-obra e entrando pela mecanização, é um problema, por um lado técnico não muito complicado, mas financeiro e que pode assumir alguns aspectos imprevisíveis.

Mais ainda gostaria de precisar a minha intervenção dizendo que, quando falo desta reconversão, me estou a circunscrever exclusivamente aos terrenos do Biscoito ou Lajedo.

Eu não estou a pensar que vamos transformar terra de pastagem ou terra de lavoura em terrenos produtores de uva de mesa ou de uva de vinho utilizando castas europeias.

É neste sentido, no entanto, que temos vindo a trabalhar e existem já algumas respostas que poderão, a curto prazo, ser postas ao dispôr dos produtores açorianos da Graciosa ou da Terceira ou do Pico.

Daí que, a verba de 1 100 contos aqui consignada, poderá parecer à primeira vista diminuta, mas não o é na realidade, porque diversas verbas do Plano concorrem para o mesmo objectivo.

Se pensarmos que parte dessa reconversão, ou que para grande parte dessa reconversão, deverá ser utilizada uma linha de crédito a longo prazo, pois essas bonificações especiais vão nascer da implementação do SIFAP na Região e, efectivamente também das rebonificações, se assim o podemos chamar, fornecidas pelo programa «Apoio à produção».

Um outro aspecto que é levantado pelo Sr. Deputado e até em termos, digamos, comparativos, seria o problema da batata de semente de S. Miguel/12 000 contos; Ilha Graciosa — 1 100 contos/reconversão da vinha.

Os 12 000 contos são uma verba que parece exagerada à primeira vista para a batata de semente, mas trata-se da conclusão de um edifício destinado à conservação da própria batata e que será concluído no próximo ano. Essa verba é absorvida em grande parte pelo próprio edifício e não pela cultura em si.

Respondendo à sua última questão, que é a questão relacionada com o «Elizabeth C. J.», portanto, com a experiência de pesca aqui conduzida — aliás conversa que já tivemos oportunidade de ter aquando da minha deslocação à Graciosa — trata-se do seguinte:

Na realidade nós não podemos tirar muitas mais ilações do que aquelas que hoje possuímos.

Se o Sr. Deputado quiser ter um relatório técnico da viagem eu terei muito prazer em lhe proporcionar esse relatório, mas as únicas conclusões que podem tirar são as seguintes: — Foi possível utilizar uma arte de pesca até agora nunca experimentada nos Açores, foi possível utilizá-la com êxito e foi possível viabilizá-la economicamente num determinado período de tempo.

Agora, é necessário procurar uma experiência que conduza ao mesmo tipo de arte de pesca durante um período mais largo e saber até que ponto é que os «stocks» suportam um esforço de pesca mais alargado — aliás eu terei a oportunidade durante a minha intervenção de explicar um pouco aquilo que penso sobre esta matéria do atum.

Portanto, não houve necessidade de incluir assim no Plano nada de prospectivo em relação a esta matéria uma vez que, quanto a nós, a experiência ainda está, digamos assim, numa área exclusivamente de investigação aplicada e não duma área comercial.

Penso que o inegável êxito do «Elizabeth C.J.» não poderá ser um embandeirar em arco em relação àquela expe-

riência, mas que ela terá que ser repetida — penso que até mesmo no decurso do próximo ano — para que as nossas conclusões ainda sejam mais firmes sobre essa matéria.

Eu penso que expliquei aquilo que julguei importante em relação às suas dúvidas que, no fundo, em relação à minha também coincidem com as minhas.

Presidente: O Sr. Deputado Carlos Mendonça quer um pedido complementar de esclarecimento.

Tem a palavra para o formular.

Deputado Carlos Mendonça (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Gostaria de perguntar ao Sr. Secretário Regional da Agricultura e Pescas o seguinte: (penso que nas nossas conversas já focámos este aspecto mas creio que esta questão nunca lha coloquei directamente).

O Sr. Secretário diz nas suas respostas que, em contrapartida àquilo que eu afirmava na minha intervenção, dizendo que nos vários campos da agricultura, nomeadamente o cerealífero, que a produção diminuiu, isso não corresponde à realidade e que não se verificou diminuição. Eu cito nomeadamente o campo cerealífero em que tenho dados concretos — não tenho de toda a Região mas tenho números concretos da Ilha Graciosa.

Claro que não podemos ver isto num prisma de ilha porque eu entendo a Região no seu conjunto.

No entanto, eu pergunto-lhe se esse aumento, no conceito do Sr. Secretário, não é tendo em conta as modificações que se têm verificado a nível de aumento de produtividade no campo da agro-pecuária — desculpe eu lhe estar a adiantar a sua resposta mas penso que é esse o seu conceito.

Perguntar-lhe-ia ainda se essa inversão de factores não nos vai levar a um campo de, digamos, monocultura e com as consequência que advém — nomeadamente sabemos que em determinado momento tínhamos o mercado açoriano saturadíssimo de, por exemplo, leite em pó que foi preciso recorrer-se (o mercado continental não tinha capacidade para a absorção desse produto) foi preciso o Governo Regional participar para a exportação dele (não tenho números concretos mas com largas centenas, salvo erro, de contos) para colocar no exterior — se esses factores também não devem ser tidos em linha de conta para não chegarmos a situações desta natureza quando em contrapartida temos que importar cereais, não digo na totalidade, mas na quase totalidade das carências da Região.

Presidente: O Sr. Secretário Regional da Agricultura e Pescas tem a palavra para responder a esta interpelação.

Secretário Regional da Agricultura e Pescas (Adolfo Lima): O Sr. Deputado Carlos Mendonça precisou um pouco mais a sua intervenção e, na realidade, o que passou com os cereais não é afirmativo de que se possa dizer que a produção baixou.

As experiências conduzidas este ano — experiências ao nível da Secretaria Regional da Agricultura e Pescas — com as variedades novas que temos utilizado, no caso dos cereais mostravam um crescimento realmente impressionante dessas mesma searas.

Simplesmente, por um lado as péssimas condições de tempo durante o mês de Julho e por outro lado esta praga que hoje nos atormenta que é o pardal, vieram efectiva-

mente desvirtuar estes números na fase final da experiência. Mas tudo indicava na realidade que em termos de produção unitária — é a isso que eu me estou a referir, quanto à relação produto/unidade de terra — tem vindo a crescer.

A sua afirmação de que o problema da monocultura é um problema grave; eu já tive a oportunidade de explicar várias vezes que não considero isso um problema grave.

Queria chamar a atenção do Sr. Deputado que o problema do leite em pó praticamente deixou de existir na Região durante o corrente ano e as perspectivas que se avizinhavam não são preocupantes. Acontece, no entanto, que qualquer região do mundo que produza leite e produza excedentes de leite para exportação a única maneira que o tem de conservar é «fazer leite em pó». O problema está no estudo realista e adequado dos mercados, mas isso existe em qualquer produto agro-pecuário porque; ou se congela, ou se refrigera, etc., mas há sempre necessidade de submeter o produto, que é biologicamente perecível, a uma operação tecnológica de conservação.

Portanto, qualquer produto que nós viessemos a produzir e que, em termos de excedentes, tivéssemos que exportar essa operação tecnológica teria sempre que ser introduzida.

Chamo-lhe no entanto a atenção que a esmagadora maioria dos produtos agrícolas para os quais a Região tem potencialidades — e agora aqui teríamos que definir concretamente de que é que estamos a falar: estamos a falar apenas e exclusivamente no abastecimento do mercado interno, nós estamos a falar exclusivamente no produzir para exportar (eu coloco-me no campo de produzir para exportar) — neste campo estrito a Região tem efectivamente condições inigualáveis para a produção agro-pecuária. É aí que podemos potencializar todas as nossas virtudes edafoclimáticas.

Por outro lado, falando exclusivamente no mercado interno, a esmagadora maioria dos produtos que presentemente se importam para o consumo da população — exceptuando o caso dos cereais que é um caso à parte e o caso dos milhos que é um caso também à parte — a esmagadora maioria desses produtos são pagos neste momento à produção a preços que eu diria verdadeiramente compensadores, desde o milho ao feijão, do alho à cebola ou ao tomate e a todo o conjunto de frutas e legumes. Os preços que agora vigoram ao produtor julgo que são compensadores.

Portanto, não há razão nenhuma para que o Governo, digamos assim, arranje metodologias de trabalho especiais voltadas para o aumento dessas produtividades quando, ao fim e ao cabo, ao preço do mercado, a procura excede a oferta e é benéfica para o produtor.

Assim é que, nos últimos dois anos, já temos assistimos a algumas pessoas, a alguns produtores tradicionais que se reconvertem sobretudo na horticultura intensiva e que têm abastecido os mercados regionais.

Acontece, no entanto, que ao nível de ilhas sobretudo essas ilhas mais pequenas onde estes produtos são muito caros, há às vezes qualquer excesso de produção.

Já tive a oportunidade de dizer que numa pequena vila dos Açores há poucos dias, havia dez molhos de couves a mais e perguntavam-me o que é que haviam ^{de fazer} aos dez molhos de couves.

Há aqui um problema em relação à produção do mercado interno sempre difícil de equilibrar. Mas há efectivamente mercado para esses produtos. Agora, falando naquilo que deve viabilizar a nossa economia, naquilo que a gente produz para exportar, é na agro-pecuária e na pesca evidentemente que nós temos as condições edafoclimáticas que nos podem permitir tirar as ilações de que há pouco lhe acabei de falar.

Penso que isto esclarece um pouco as suas dúvidas e que, no decorrer também da minha intervenção, terei a oportunidade de dar mais alguns dados sobre este problema.

Presidente: Srs. Deputados, penso que terminou este período de prestação de esclarecimentos.

Vamos fazer uma interrupção de 20 minutos. Estaremos aqui quando forem 17, 50 horas.

Estão suspensos os trabalhos.

(Eram 17, 30 horas)

Presidente: Srs. Deputados, peço o favor de retomarem os seus lugares.

Estão reabertos os trabalhos.

(Eram 17, 50 horas)

Tem a palavra para uma intervenção o Sr. Deputado Martins de Freitas.

Deputado Martins de Freitas (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Com base no parecer apresentado pela Comissão Permanente para os Assuntos Económicos e Financeiros, estamos aqui para apreciar o Plano para 1983 que o Governo Regional, atempadamente nos termos do Estatuto, submete à aprovação desta Assembleia Regional.

Deputado eleito pela Ilha do Pico, embora o Estatuto reze que, uma vez eleitos passamos a ser Deputados da Região, não posso furtar-me à obrigação moral de dar a minha achega à apreciação do documento, sem esquecer o que ele representa ou representará para a solução dos muitos problemas que inquietam a população e os seus representantes políticos.

O Governo-Regional, cumprindo uma obrigação emanada do próprio Estatuto visitou oficialmente a Ilha do Pico no final do mês de Outubro. Andou pela ilha e apercebeu-se naturalmente dos problemas que importa ainda resolver, para que a população daquela ilha possa dispôr das infraestruturas que permitam o seu enquadramento no conjunto progressivo e equilibrado da própria Região.

Algumas coisas estão previstas no Plano, que certamente não foram intenções de ocasião mas que podem e vão ser concretizadas com dignidade para que a ilha possa sair do marasmo em que viveu e se possa oferecer aos picoenses que emigraram motivos aliciantes de regresso e garantias de investimento.

É que não basta referir-se que se investiu «per capita» na Ilha do Pico, a volumosa verba de 65 contos nos últimos seis anos. Se isso aconteceu é porque pouco ou quase nada havia sido feito anteriormente. O Pico foi sempre uma ilha negra e esquecida. Daí só ser reconhecido pela navegação que o toma por elemento meteorológico e nada mais . . . Não foi dinheiro mal gasto ou mal administrado como já se escreveu em certa Imprensa, mas foi, isso sim, mais do

que o Pico estava habituado a receber o que permitiu iniciar uma obra regional ou autárquica, nem importa a distinção, que se impõe seja continuada. Num relance pelo Plano, verificamos com agrado que a Ilha do Pico ocupa um espaço agradável com 20 salas de aula com um dispêndio previsto de 49 500 contos. Há, infelizmente, a ausência de dois edifícios, num total de 4 salas de aula, para os lugares de Terras e Foros, no Concelho das Lajes e que deveriam ser incluídas no Plano, para acabar com a triste situação em que vêm funcionando aquelas escolas sem um mínimo de conforto para as crianças que as frequentam.

O investimento para a construção de edifícios para o ensino preparatório na Ilha do Pico é de 50 000 contos. Cobrirá a conclusão do ginásio de São Roque e a segunda fase de ampliação da Escola Preparatória das Lajes do Pico e, ainda, a instalação do respectivo ginásio e, a propósito de ginásios, regista-se o desagrado, desagrado já manifestado nesta cidade, pelo projecto escolhido para tais edifícios, que não dão satisfação às necessidades locais.

Nos ginásios praticam-se a educação física e desportos. Além de acções educativas, deve ser espectáculo a ocupar os tempos livres das populações em meios rurais como aqueles são na sua essência. Mas essa essência não foi considerada. Terá de ater-se pelas portas ou cantos, sem um mínimo de conforto e, naturalmente com prejuízo para os praticantes. É tempo de remediar-se essa anomalia. E será mais económico fazê-lo se se aproveitar o decurso das obras respectivas. É acto de administração que será mais económico e melhor servirá o público utente e, constituirá enriquecimento da própria população no aspecto da cultura e do desporto.

Nesse sector, muito haveria a referir. Por exemplo a falta de um residência para os estudantes do Pico que têm de frequentar o décimo e o décimo primeiro ano na Escola Secundária da Horta, enquanto estes não forem criados e acertadamente instalados no Pico. Ausência de parques desportivos e gimnodesportivos, pois só são contempladas as cidades de Horta e Angra do Heroísmo.

Prevendo o Plano obras de restauro em diversos imóveis com interesse para a Região, deixaram de ser consideradas as obras de restauro do Convento de São Francisco ou «São Pedro de Alcântara» no Cais do Pico e o Castelo de Santa Catarina na Vila das Lajes, este a única fortaleza militar existente na Ilha do Pico e que está prestes a desaparecer se a tempo não lhe acudir. Louva-se o apoio que vem sendo dado — e o Plano tem intenção de ser continuado — às filarmónicas da Região (o Pico figura com 13) muito embora haja casos pontuais de discutível prioridade, mas para além desse auxílio de natureza cultural, impõe-se a defesa do património cultural da Região, pois cada ano que passa é um caminhar apressado para a total degradação de tantos elementos etnográficos e artísticos, que ainda restam por essas ilhas. Mas aqui importa salientar que não basta dar apoio aos ainda chamados «Museus Distritais». Os distritos desapareceram com a desejada autonomia para darem lugar ao conceito político de ilha. Impõe-se que cada uma possua o seu estabelecimento onde se arrecadem os arquivos oficiais, os objectos etnográficos, tudo aquilo que nos dá testemunho de um passado histórico de cinco séculos. E se foram criadas as casas etnográficas, a sua instalação vem sendo mo-

rosa, dando lugar a que os mais audaciosos se apressem a recolher fora da ilha aquilo que deve ficar no local de origem. E fazem-no com os dinheiros da própria Região o que não deixa de ser um contrasenso e até um erro em termos culturais.

No sector da saúde continua o Pico a aguardar. O programa da respectiva Secretaria Regional prevê «apetrechamento geral e obras nos centros de saúde e postos de saúde com 4 000 contos e mais 2 000 para manutenção de edifícios. Para o Hospital da ilha são previstos 8 000 contos e para terminais de saúde 2 000». Ao todo 16 000 contos. Muito? Pouco? Interessa que o programa prossiga com vontade e que deixe de assistir-se ao triste espectáculo, quase semanal, da evacuação de doentes, para outros hospitais, para tratamentos que, com o mínimo de estruturas poderiam ser feitos na ilha.

A habitação exige também atenção. Quase uma década após o sismo de 1973 que causou prejuízos em milhares de habitações picoenses — fez no dia 23 de Novembro 9 anos — ainda há casos que não foram resolvidos e que deveriam ter sido tratados com outro cuidado há muitos anos.

Fala-se no programa da Defesa dos Recursos Hídricos. Não nos consta que alguma acção do género tenha sido desenvolvida no Pico. Há lagoas, há fontes, há ribeiras. Todo um conjunto que poderia ser aproveitado, numa terra onde falta água para as mais elementares necessidades quotidianas e que por vezes, tem de ser suprida de maneira picaresca.

O problema de abastecimento de água domiciliária transcende a capacidade financeira das autarquias picoenses. O projecto estava a ser executado com o financiamento do Governo Central quando os serviços foram transferidos para a Região. E com a maior facilidade sem precalços burocráticos, registe-se, passou para a responsabilidade das Câmaras Municipais. Isto porque a Empresa a quem o Ministério havia adjudicado o empreendimento, abandonou por falência. . .

Centenas de milhares de contos são necessários para levar água pela primeira vez — não é uma remodelação de redes — às habitações dos picoenses. Terão as autarquias de recorrer aos empréstimos, pagar as amortizações e juros e cruzar os braços por largos anos, pois ficarão impedidas de mais fazer. Sobre este assunto aguardamos que a Comissão criada em Conselho do Governo quando da última visita à ilha, aponte alternativas razoáveis que, a nosso ver, terão de ter conta o não estrangulamento das receitas municipais.

O Pico foi uma ilha com muitas iniciativas. Dominou com os seus barcos e iates e, agora com as traineiras do atum, os mares dos Açores. Na ilha foi criado e construído um tipo de canoa baleeira sem paralelo no Mundo, a saber-se pelos estudos de técnicos estrangeiros que sobre o assunto da caça à baleia por meios artesanais se têm dedicado ultimamente.

Causa surpresa que não se preveja — a menos que isso se possa enquadrar no programa nº 28 — um apoio substancial aos estaleiros de Santo Amaro do Pico, famosos pelo número e arqueação ali construídas, e que, além de equipamentos modernos e eficientes, lutam com as dificuldades que o porto lhes dá quando têm de manusear as embarcações construídas ou reparadas. É secular a construção naval

na Ilha do Pico. Até para isto dispõe da esplêndida madeira de Cedro que agora é dali levada para outros estaleiros. . . É um grave delapidar da economia picoense que urge evitar.

Como nota de excepção, contempla a Ilha do Pico com um arrojado projecto de recuperação de incultos, melhoramento de pastagens, abertura de caminhos de penetração, e cortinas de abrigo no montante de 45 000 contos. Não podemos referir um investimento apenas em relação à população residente na Ilha do Pico, antes temos de considerá-lo como aproveitamento e reconversão de uma parcela da Região, com amplas perspectivas de futuro e que muito contribuirá para o enriquecimento da própria economia regional. Não se trata de infraestruturas à mercê do movimento de utentes, mas do aproveitamento de um manancial de riqueza que convenientemente explorada e aproveitada proporcionará bem-estar e progresso para os habitantes da ilha e para todos os açorianos em geral. O Pico já exportou vinhos, frutas, madeiras, e outros produtos tirados da terra. Temos esperanças de que voltará a fazê-lo em larga escala.

Muito mais haveria a considerar nestas palavras, acerca do Plano do Governo para 1983. Não pretendemos esgotar o assunto pelos nossos pares. Também não referimos com certeza todos os assuntos que interessam ao Pico. Focamos, numa apreciação rápida e curial, o que mais prendeu a nossa atenção ao apreciarmos o Plano.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

A hora é de sacrifícios. Todos temos a consciência disso. Mas esses sacrifícios não querem dizer somente compressão de despesas, mas sobretudo um aproveitamento harmónico, equitativo e justo dos réditos, com vista a uma total cobertura das muitas carências que por essas ilhas existem.

Pelo menos foi o que pretendi com esta despretensiosa intervenção, isto para tranquilidade dos que, residentes ou não no Pico, ainda possam ter dúvidas sobre os propósitos do Governo e bem assim do Partido que o apoia.

Disse.

Presidente: O Sr. Secretário Regional do Comércio e Indústria tem a palavra para a sua intervenção.

Secretário Regional do Comércio e Indústria (Natalino Viveiros): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Os indicadores da situação económica internacional mantêm-se num cenário pouco animador e indicam que o ano da recuperação não será ainda o de 1983.

O desemprego, que alastra na Europa e nos Estados Unidos, a contínua subida do dollar, a inflação que persiste, e a estagnação do investimento são, só por si, razões fortes de apreensão e, por isso mesmo, de ponderação rigorosa sobre o futuro.

A aparente estabilidade dos preços do petróleo não serve mais do que pausa necessária para o reajustamento de posições entre os países produtores, e já nos meios internacionais se prevê um agravamento do seu preço, a partir do segundo semestre de 1983, com todo o seu rosário de consequências.

O investimento continuará a crescer a um ritmo reduzido, senão nulo, com os efeitos negativos que provoca sobretudo em economias abertas e indefesas.

A situação internacional atinge já os nossos emigrantes

e influi sobremaneira na economia açoriana, que importa do exterior muito do que carece para satisfazer as necessidades básicas dos seus habitantes.

O cenário não é animador, e a par disto, individualmente ou em grupo, a responsabilidade a vários níveis é engeitada, deixando para alguns, poucos, a tarefa de conceber e executar.

A mobilização geral e empenhamento global para as tarefas do desenvolvimento, é um imperativo, e neste devem estar igualmente empenhados o sector privado e o sector empresarial do Estado.

A abertura verificada em 1974 e a massa monetária posta a circular em 1975 conduziu à concessão do crédito de forma indiscriminada, e hoje, a situação empresarial privada, embora não seja desesperante é todavia em muitos casos preocupante.

O crédito concedido foi, nalguns casos, indevidamente utilizado, investido em projectos inviáveis, usado em proveito próprio, originando agora situações, que, além de porem em causa os postos de trabalho, colocam em difícil situação sectores vitais da nossa economia.

Significa isto a necessidade de redobrar o esforço no trabalho, de grupo e individual, de forma a suprir e ultrapassar as nefastas consequências de uma situação como a que agora se constata. É que, quanto a mim, não colhe o argumento simplista de que o crédito está garantido, podendo por isso executar-se a dívida, ou exercer os direitos sobre as garantias, estas quantas vezes insuficientes para cobrirem o valor real dos encargos acumulados do capital e dos juros vencidos. Importa isto sim evitar estrangulamentos e paralizações do sector produtivo.

Se não houver um sector empresarial forte e são, não estão reunidas as condições necessárias ao desenvolvimento económico. Este não depende apenas dos factores externos, que o condicionam fortemente, sem dúvida, mas depende também dos factores internos.

Factores internos agravados pelos abusos cometidos por muitos pseudo-investidores, que agora pesam sobre aqueles que mantiveram e mantêm as suas actividades de forma segura e regular, porquanto obrigam o Governo a tomar medidas gravosas para debelar a situação.

Coloca-se a todos nós um desafio: — o de encontrar a solução rápida e adequada para este mal, pois entendo que paralizar estruturas que são importantes para a economia, seria um erro e um prejuízo.

Tarefa sem dúvida espinhosa, que requer empenho, criatividade, capacidade de decisão e porá à prova gestores e empresários, que se devem empenhar a fundo na busca de soluções, e dos trabalhadores também, para assumirem, neste contexto, o seu papel activo e cooperante.

Preocupa-nos o facto de os sectores produtivos vitais serem dominados por pessoas, que apenas ligam à Região as razões do lucro e quantas vezes do negócio momentâneo. Este é um perigo real a ultrapassar, para o qual necessário se torna que haja capacidade da iniciativa privada açoriana para se sobrepôr, e não deixar em mãos alheias o que a ela deve pertencer, obviamente sem excluir quantos do exterior se mantiveram, e aqui estão, investindo, e empenhados no progresso das empresas que gerem.

A par das deficiências de estrutura financeira, há ainda a ter em conta as que resultam de um inadequado ordenamento privado de sectores económicos, onde a sobredimensão do investimento põe em risco a sobrevivência da actividade.

A falta de ligação entre os canais da produção industrial e da comercialização são um obstáculo sério, que se impõe ultrapassar. Produzir não basta: — é preciso vender e saber-se, sobretudo, vender, com oportunidade e de modo a manter o mercado como cliente firme.

Vive-se um período difícil, causado pela operação de limpeza económica e financeira que se está operando. Passou o tempo do negócio fácil, procedendo-se agora a uma operação plástica do tecido económico da Região, com a dor que uma operação sempre comporta.

O sector empresarial do Estado tardou a adaptar-se à sua condição de empresa, que deve ser dinâmica e exemplar e olhada sem desconfiança. O rigor nas despesas, a eficiência na gestão e a produtividade correspondente à capacidade e função de cada um tem de ser uma constante.

A redução de custos, pelo aumento da produtividade tem de ser imperativo para o sector empresarial, tanto privado como do Estado.

O sector privado açoriano tem de se orientar para o mercado externo, abastecendo o mercado interno e evitando a invasão de produtos similares de outras origens, e que são localmente produzidos, bastando para o efeito uma concorrência agressiva.

É fundamental que as empresas se fortaleçam tecnológica e financeiramente, para fazerem face ao desafio do futuro.

Temos de fazer crescer o nosso produto interno bruto regional; temos de alimentar o investimento; há que sanear económica e financeiramente as empresas que podem vingar por via disso; há que substituir o vazio deixado por aquelas que desaparecem.

Tarefa que tem de ser colectiva, e nela tem de tomar parte o Governo, os empresários, os trabalhadores e as instituições financeiras.

Fortalecer a economia através da participação colectiva, é um grande objectivo, inserido nos princípios do Plano a Médio Prazo e sustentado pelas medidas de apoio-legislativo que durante este ano o Governo propôs a esta Assembleia que as tornou em lei.

O Governo lançou a semente do desenvolvimento através das infraestruturas que vai construindo, e que obedecem a um plano pensado e articulado, restando depois aos próprios cidadãos residentes demonstrarem quanto valem e do que são capazes, servindo-se com iniciativa dos instrumentos legais de apoio de que oficialmente desfrutam.

A responsabilidade a todos os níveis é condição para se avançar, ultrapassando as dificuldades enormes trazidas por aquilo que já se cita como a maior crise do século XX.

Mas, apesar deste panorama, que pretende ser realista, manda a verdade que se diga que também do outro lado, houve e há uma grande maioria empenhada firmemente em colaborar na transformação da sociedade, em boa hora iniciada pelo I e continuada pelo II Governos dos Açores emergidos da autonomia do 25 de Abril.

É uma certeza que acalenta a vontade firme de prosseguir.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

O esforço inicialmente posto pelo Governo na resolução de problemas como os do abastecimento, não foi só por si capaz de evitar as roturas, e manter um nível desejado de stocks, gradualmente, se foram resolvendo tais questões, mediante o lançamento das estruturas capazes e necessárias para o efeito.

No abastecimento de produtos de primeira necessidade, esquematizou-se o apoio financeiro aos stocks mínimos, e incrementou-se a actividade dos serviços prestados pelos postos de intervenção, que embora não atingindo o serviço ideal, prestam o que é possível, e têm valido de estímulo por um lado, e por outro satisfazem minimamente as necessidades de zonas carecidas, pese embora os encargos próprios de um serviço desta natureza, que, por ser público, enferma da inexistência de uma dinâmica empresarial própria, apesar de não ter perdido a força e ânimo de prosseguir na tarefa de lhe emprestar tal dinâmica.

A cooperação havida entre as empresas distribuidoras de combustíveis e os Serviços oficiais permitiu ultrapassar a maioria das carências, do sector, encontrando-se projectados novos investimentos, já solicitados pelas próprias entidades interessadas.

Fica em aberto o abastecimento do gaz a ilhas como Santa Maria, Graciosa e Flores, que, devido à sua dimensão, se evidenciam sem rentabilidade, implicando uma intervenção do Governo como contempla este Plano, através da instalação de parques de enchimento nessas ilhas.

Os preços têm crescido nos Açores mais por factores exógenos do que por factores endógenos. As importações dos Açores são feitas em dollars, e o crescente aumento desta moeda implica o aumento constante dos bens consumidos na Região e que são importados, directa ou indirectamente.

Os objectivos fixados este ano pelo Governo para as importações foram atingidos, verificando-se que o crescimento de 12%, que foi atribuído em valor para as importações de 1982, resulta num decréscimo das importações, se considerarmos a revalorização do dollar e a desvalorização do escudo em relação a outras moedas com as quais também transaccionamos.

As nossas exportações mantêm-se no ritmo do ano anterior, com uma cobertura que não ultrapassará os 30% das importações.

Está praticamente concluído o diagnóstico do nosso mercado externo, detectadas as razões de não expansão e apontadas medidas de incentivos à exportação.

Já no ano de 1983, as importações a autorizar terão em conta a contribuição que cada importador der para a exportação ou a sua disponibilidade de participar com parte nos lucros provenientes da importação, em investimentos reprodutivos e, nalguns casos, em investimentos que possam trazer divisas para a Região.

Foi neste sentido que lancei, por escrito e dirigido individualmente, um apelo aos importadores e exportadores para que 1983 seja o ano em que a nossa divisa seja «Exportar mais . . . para produzir mais».

Os canais de exportação são deficientes: A programação da exportação é feita em função dos pedidos, o que por vezes implica a sua não satisfação por falta do transporte momentâneo. A agressividade neste sector é insignificante.

Vistos os nossos mercados principais, é objectivo, que conto implementar, a criação de uma trading de comércio externo, apoiada pelo Governo com objectivos definidos em termos de vendas e com pontos de apoio nos mercados onde os nossos produtos apresentam maior capacidade de penetração. Tal unidade nunca será estatal, pois é necessário dar-lhe a dinâmica própria da iniciativa privada, sem esquecer os interesses reais da Região.

Estão, a exportação e importação, intimamente ligadas à produção industrial e neste sector existe um conjunto de legislação aprovada recentemente por esta Assembleia e que, em meu entender, será motivo de apoio e dinamização ao investimento privado.

Por só em Agosto/Setembro haver sido publicado oficialmente tal legislação, implicou que a sua implementação, este ano, seja feita tardiamente, sem que se consiga os efeitos inicialmente programados.

Prepara-se agora toda a documentação que será entregue a quem quiser utilizar os apoios financeiros, de modo a obter-se uma uniformização de todos os processos e até de servir de guia a quantos possam estar indecisos. Complementam-se tais apoios com o lançamento de parques industriais, estando a decorrer a fase final do estudo da localização do da Ilha Terceira, e, adquiridos que estão os terrenos do de São Miguel, espera-se no início de 1983 arrancar com as obras do respectivo lav-out.

Existindo estes meios, apontados os sectores prioritários do investimento industrial, subsistia, porém, uma lacuna que não poderia ser preenchida no Plano apresentado a esta Assembleia.

Era a de fazer conciliar os apoios oficiais com as necessidades de desenvolvimento, face à nossa realidade industrial em 1983 e aquilo que se pretende seja em 1990.

Foi assim, que em Setembro passado, por despacho conjunto do Secretário Regional do Comércio e Indústria e do Subsecretário Regional do Planeamento se criou um grupo de trabalho, com uma comissão executiva, mandatada para preparar o plano industrial da Região, onde concretamente, e face ao diagnóstico industrial, se aponte para o crescimento desejável em 1990 e as medidas concretas que devem ser tomadas por sectores, no campo da modernização, diversificação e reestruturação.

Modernização, diversificação e reestruturação necessárias para desenvolver a economia, manter e aumentar os postos de trabalho, e nos prepararmos para entrar fortalecidos no seio das regiões e dos países economicamente mais progressivos.

É necessário que os empresários reinvestam nas suas próprias empresas uma parte dos seus excedentes, embora para isso careçam, de estímulo, que a actual lei fiscal não prevê, tornando-se por isso imperioso que o Governo Central cuide deste sector para evitar a descapitalização e o convite ao endividamento excessivo das empresas com o caminho fácil para a degradação. O Governo atempadamente e oportunamente fará sentir esta necessidade e exporá os

seus pontos de vista, apresentando propostas concretas.

O plano industrial vai apontar para a necessidade de reestruturar profundamente alguns sectores como condição de sobrevivência, aumentar a capacidade de outros, como um meio de ocorrer às necessidades do auto-abastecimento, evitar o recurso à importação de produtos que, pelo seu volume, necessitam de utilizar uma grande capacidade de transporte, sem a devida contrapartida no retorno, e já sem contar com os problemas de estrangulamento, que desnecessariamente se criam nos portos, e por outro lado corresponder ao grande objectivo de aumentar as exportações.

Aproveitar, dentro do possível, de forma integral os recursos próprios é outro objectivo, e passos importantes neste sector já foram dados e outros estão em vias de materialização, designadamente no sector das carnes e no aproveitamento dos respectivos subprodutos.

A experiência levada a cabo no Ilha do Pico, com o apoio do Governo, e não obstante as dificuldades de funcionamento normais de uma fase de arranque, abriu sem dúvida, perspectivas novas neste sector, marcou, direi mesmo uma nova etapa.

Com a rede regional de abate que esta Assembleia recentemente aprovou ficaram criadas as condições para um melhor e dinâmico aproveitamento dos matadouros industriais, cujos resultados espero se sintam em breve com proveito para quantos os utilizam.

A necessidade de fazer um diagnóstico sério e tanto quanto possível pormenorizado dos principais sectores industriais da Região implicou um atraso nas datas inicialmente previstas para a discussão e análise do PIR mas apenas se ganhou com este atraso, porque o documento que sairá para discussão, será mais maduro e melhor elaborado.

Conseguiu-se fazer participar na discussão de um trabalho desta natureza elementos de formação diversa, o que, em meu entender e, à partida, lhe dará certa garantia de aceitação, no que respeita às recomendações que fizer.

As condições em que actualmente se processa o investimento e a gestão das empresas exige preparação para tais tarefas, preparação que passa pelos quadros dirigentes de modo a motivá-los para a necessidade de aperfeiçoar os métodos e os conhecimentos dos seus trabalhadores, tornando-os não em meras máquinas, mas num ser pensante, dignificado e conhecedor do trabalho que desenvolve. Esta é uma condição para, de forma cooperante, aumentar o rendimento empresarial, melhorar a qualidade dos produtos e gerir convenientemente os recursos da empresa.

Sem empresários e trabalhadores evoluídos, cultos e sabedores da sua profissão, não há um desenvolvimento saudável.

Foi por isso que, conforme objectiva o PMP, se realizaram com o patrocínio da SRCI e colaboração da Universidade dos Açores, do Centro de Formação Profissional, do Laboratório Nacional de Tecnologia e Investigação, da Câmara do Comércio dos Açores e de empresários individuais diversos cursos de formação profissional que foram desde a gestão de stocks passando pelo manuseamento e desmanche de carnes, até à elaboração do orçamento empresarial e seu manuseamento. Os resultados já são palpáveis e todos são unânimes em reconhecer a utilidade da formação que vem sen-

do feita.

Por isso, é um objectivo a continuar no ano de 1983, estando já em programação os cursos a desenvolver.

O apoio técnico à elaboração de projectos começa a ser uma realidade, e sectores há que, só com tal apoio, serão capazes de se mobilizarem para a reestruturação que se impõem fazer.

Entre outros, destaca-se o diagnóstico que se vai fazer à indústria dos lacticínios de São Jorge, determinando-se de forma global quais as medidas necessárias a tomar em termos de estruturas e equipamento, quantificando-se o investimento e apontando-se os apoios financeiros que um projecto desta natureza possa merecer por parte das entidades oficiais.

Conta-se que este projecto esteja já concluído em Maio e pronto a arrancar no período baixo da produção, isto para quantos quiserem e desejarem cooperar, co-responsabilizando-se, por um projecto desta natureza.

Preparar profissionalmente dirigentes, responsáveis médios e trabalhadores em geral, é uma tarefa de presente para vencer no futuro, é também um investimento e de alto valor.

É dentro destas linhas que se irá trabalhar em 1983.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Embora já longa esta minha exposição, não posso de forma alguma concluir sem me referir a um sector que, embora não parecendo, é vital para gerar todo o aparelho económico. Refiro-me concretamente à energia.

Energia que, na Região encontra uma forte componente na electricidade, não esquecendo o papel que ela desempenha nos transportes e na actividade secundária.

Porém, nestes dois sub-sectores, geralmente a sua importância dilui-se, sobressaindo o realce do sector principal, o transporte ou a indústria mas, na electricidade, a energia é o elemento básico, e por isso mesmo, emparceira com os investimentos, interligam-se um com o outro pois não funcionam isoladamente.

Estando a Região com cerca de 96,6% de população servida de rede eléctrica, as carências do sector são inúmeras quer no sistema electro-produtor, quer na remodelação das redes, algumas das quais contam com cerca de 50 anos.

Quer isto dizer, que o esforço de investimento neste sector é grande e o trabalho que há a realizar não o desmerece.

Arrancou o primeiro grupo de 1 mw na Ilha do Pico e prosseguem as obras de electrificação a um ritmo que se pode considerar satisfatório e que não comporta qualquer esforço adicional.

Está concluída a nova central térmica da Horta e prepara-se a construção da de São Jorge, e decorrem em bom ritmo os trabalhos da construção da nova central térmica da Ilha Terceira.

Prepara-se o projecto para a nova central térmica de São Miguel e, a par disto, remodelam-se redes que estavam obsoletas e procede-se à manutenção de todo o seu equipamento.

Os trabalhos que estão em curso são absolutamente necessários e condicionam o crescimento da Região.

Mas, ao caminhar-se na ampliação do sistema térmico

clássico, há quem se interrogue se esta é a aposta do Governo, ou então quais são os verdadeiros objectivos do plano energético regional.

Este aponta como principal fonte energética alternativa, a geotermia que se pretende seja responsável, no ano de 1990, por cerca de 50% do consumo da Região.

Legítimo é perguntar, como aliás já sobejas vezes tem sido feito e ao que temos dado resposta, embora seja uso ler as perguntas e esquecer ou passar ao de leve pelas respostas, mas dizia eu, legítimo é perguntar qual é a verdadeira situação do projecto geotérmico.

O que até agora se fez terá sido um falhanço? Ou até outras perguntas podem colocar-se, como sejam se a verba dispendida até agora com o projecto geotérmico não foi excessiva?

Ora vejamos:

Como é do domínio público o projecto geotérmico iniciou-se em 1975 visando apenas o estudo das possibilidades geotérmicas na Ilha de São Miguel, tendo o trabalho sido adjudicado a uma empresa americana, depois de ter realizado as primeiras tarefas em 1977, mais propriamente em Novembro. Essa empresa faliu.

O organismo oficial, que então nominalmente existia, porque não possuía orgânica aprovada viu-se confrontado com um problema que urgia resolver e ao mesmo tempo evitar que, por falta de controle da parte oficial, como acontecia com o contrato anterior, se pudesse criar uma situação idêntica no futuro, com os riscos daí advenientes.

Optou-se então, de acordo com o parecer técnico dado por uma comissão constituída para o efeito, por manter os trabalhos de perfuração entregues à empresa subempreiteira da firma americana, e contratar os trabalhos de apoio científico a uma empresa internacional, ficando o IGA, na altura, com a orientação e direcção do projecto.

Os elementos de trabalho disponíveis que existiam, eram os da Geonomics e, na prática, houve alturas em que os factos não corroboraram as teorias, razões portanto para proceder-se a vários estudos complementares, e a aleatoriedade da ciência do subsolo sempre aconselhou à prudência no tratamento deste projecto.

O projecto geotérmico de São Miguel foi uma verdadeira cobaia, necessária e até indispensável para o futuro do projecto no seu conjunto.

Neste campo como noutros, os cientistas não são unânimes, mas as decisões tomadas pelo Governo sempre se basearam nos elementos técnicos disponíveis e depois de debate entre a gente ligada ao sector geotérmico.

Em 1979 entendi que o projecto geotérmico não se deveria quedar por São Miguel, e propuz ao Governo a sua extensão às ilhas que se apresentavam com características propícias à existência de fluídos geotérmicos e a sua dimensão e consumo compensassem economicamente o investimento a fazer.

Foi assim que, em 1980, se iniciaram os trabalhos nas ilhas da Terceira e Faial/Pico e cujos relatórios estão concluídos e a ser analisados pelos técnicos responsáveis.

O projecto geotérmico é um projecto viável apresentando riscos, como em qualquer outra parte, o que leva a determinados insucessos pois há sempre uma probabilidade de

riscos à volta dos 25%.

É um projecto necessário, é um recurso que contamos para o desenvolvimento económico.

Os trabalhos que se têm desenvolvido em São Miguel têm sido necessários, e são, sem dúvida, devidos às flutuações que se verificaram ao longo do tempo entre o que a prática nos dava e o que a teoria apontava.

Os gastos até agora feitos correspondem aos índices publicados pelas Nações Unidas para projectos desta natureza e todo este dinheiro foi empregue na investigação e, portanto, bem empregue.

Neste momento e segundo a opinião generalizada dos técnicos que têm trabalhado directa e indirectamente no projecto geotérmico, este encontra-se agarrado e em condições de avançar em termos industriais.

Existem três propostas, que estão a ser analisadas e vão agora ser debatidas no âmbito duma comissão alargada e com pessoas ligadas às ciências da geotermia, de modo a habilitarem o Governo a optar por uma das vias que existem.

O investimento é pesado e, numa primeira fase ascende a cerca de 7 milhões de contos.

Pela complexidade do projecto e pelo valor do investimento, impõem-se interessar a empresa, que porventura seja escolhida, a participar no próprio investimento.

Tem este assunto sido objecto de aturados contactos e que fique claro que o primeiro interessado em que este projecto avance é o Governo desta Região.

Que não nos esqueçamos que a geotermia não é o meio de vender a electricidade a «pataco», e que é um projecto que envolve riscos.

Temos, portanto, como grande elemento na definição do plano energético regional, a geotermia, conjugada com a térmica clássica, sem esquecer o aproveitamento dos recursos hídricos que forem possíveis, e as novas energias, como o vento, cujo estudo decorre em Santa Maria, e a biomassa, através do aproveitamento dos resíduos existentes.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Falei, no início desta minha intervenção, do sector empresarial público, e mal ficaria se não referisse o esforço que durante o ano de 1982, e que se repercutirá em 1983, se fez para, e em consequência do que nesta Assembleia há um ano atrás afirmei, dinamizar as empresas públicas que dizem respeito à tutela da SRCI.

Lançou-se as bases da Empresa de Electricidade dos Açores, entidade que assume a responsabilidade de executar os programas de investimento no sector vital da electricidade; estabeleceu-se o contrato programa respectivo, dando os meios para que pudesse trabalhar.

Fixou-se o capital estatutário da Fábrica de Tabaco Micaelense, dotou-se a empresa com capital fresco para equilibrar a sua estrutura, que estava deficiente desde 1973, e resolveu-se a situação jurídica da empresa João Melo Abreu através da constituição de uma empresa de capitais mistos.

Dinamiza-se o sector público e espero que ele possa ser motivo de exemplo.

Apesar do que está feito e é muito, ainda há muito a fazer e os propósitos, que aqui deixo expressos, e que se enquadram nos objectivos do Plano e do programa do Governo, são para cumprir.

Persisto, no entanto, na aposta conjunta que é preciso fazer entre o Governo, dando este os meios de apoio possíveis, os empresários investindo mais e os trabalhadores moderando as suas reivindicações e aumentando o seu rendimento; através do aumento da qualidade do seu trabalho e da produtividade, de modo a prosseguirmos no conjunto do desenvolvimento, ultrapassando os efeitos visíveis da crise.

Se assim fizermos venceremos o futuro.

(Palmas)

Presidente: O Sr. Deputado Carlos Mendonça pede a palavra para solicitar esclarecimentos.

Tem a palavra para o efeito.

Deputado Carlos Mendonça (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu desejava colocar duas questões muito breves ao Sr. Secretário Regional do Comércio e Indústria, a primeira das quais é a seguinte:

— Que critérios concretos prevê o Governo Regional no que se prende com política de stocks mínimos, e muito especialmente em matéria de combustível na época de Inverno, no que se refere às ilhas de difícil abastecimento neste período de ano uma vez que, efectivamente, há uma determinada verba prevista no Plano?

A segunda e última questão está intimamente relacionada com o último ponto que o Sr. Secretário referiu no que se prende com a sua preocupação ao atendimento às empresas públicas regionais.

— Considerando os 536 000 contos, no programa 36, de «Apoio à EDA» como encara, neste momento, o Governo Regional a perspectiva de viabilidade económica da EDA-EP, no conceito que demonstra no Plano considerar a mesma um acontecimento da maior importância, se tivermos em linha de conta que, para o ano de 83, com encargos fiscais e para-fiscais a referida empresa pública prevê no seu orçamento de tesouraria um dispêndio na ordem dos 1 020 contos.

Presidente: O Sr. Secretário Regional do Comércio e Indústria pretende responder?

É que há mais Srs. Deputados que pretendem apresentar pedidos de esclarecimento. Prefere que todos o apresentem, não é verdade?

Então o Sr. Deputado Daniel de Sá tem a palavra para formular o seu pedido de esclarecimento.

Deputado Daniel de Sá (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo Regional:

Eu gostaria que o Sr. Secretário Regional do Comércio e Indústria nos esclarecesse qual foi o critério que, sendo uma das razões fundamentais por que a nova Central Eléctrica da Horta foi instalada bastante fora da zona habitacional, se montou ainda bastante recentemente, praticamente na zona habitacional da Ribeira Grande, uma central eléctrica, que foi até bastante contestada pela própria Câmara, onde existe uma maioria de 6 vereadores do PSD.

Presidente: Agora, também para um pedido de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Deputado Joaquim Ponte.

Deputado Joaquim Ponte (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Gostaria de fazer dois ou três pedidos simples de esclarecimento ao Sr. Secretário Regional do Comércio e Indústria.

Um deles prende-se com a regularização do abastecimento de cimento à Região e com a empresa que iria regularizar este abastecimento, no que diz respeito à Ilha Terceira, em que a dotação inicial prevista para o Plano deste ano era de 6 000 contos e que, de facto, até ao primeiro semestre deste ano, pelo menos, não há notícia de execução em relação a este projecto.

Gostaria de perguntar ao Sr. Secretário se, na realidade, se prevê que até ao fim do ano ainda alguma acção possa ser desenvolvida neste sentido e que possibilite até, em certa medida, o dispêndio da verba que está prevista para o próximo ano, que são 15 000 contos, para essa empresa na Ilha Terceira.

Ainda lhe perguntaria para quando se prevê o início da Empresa Regional de Parques Industriais, também no que diz respeito à Ilha Terceira, já que, para este ano e no Plano de 82, a dotação prevista era de 15 000 contos e até ao primeiro semestre deste ano a execução por enquanto é nula.

Gostaria de saber se dessa dotação se prevê que ainda alguma execução possa ser realizada até ao fim do ano e qual a previsão, portanto, para o próximo ano já que também se encontra dotada no Plano que estamos a apreciar.

Em relação ao projecto geotérmico, e no que diz respeito à Ilha Terceira, gostaria de perguntar ao Sr. Secretário Regional do Comércio e Indústria para quando se prevê a implementação efectiva deste projecto, dotado com 116 000 contos para 83 no Plano que estamos a apreciar, já que os trabalhos até agora realizados parecem não indicar que o objectivo pretendido venha a ser atingido a curto prazo.

Presidente: O Sr. Deputado José Manuel Bettencourt também pediu a palavra para solicitar esclarecimentos.

Tem a palavra para o efeito.

Deputado José Manuel Bettencourt (PS): É para um pedido de esclarecimento muito simples.

O Sr. Secretário Regional do Comércio e Indústria, no final da sua intervenção, fez referência a diversas empresas açorianas.

Gostaria de lhe perguntar qual a situação económico-financeira da «Carnaçor» e a previsão da perspectiva da sua viabilidade produtiva.

Presidente: O Sr. Deputado Martins Goulart também pretende apresentar alguns pedidos de esclarecimento.

Tem a palavra para o efeito.

Deputado Martins Goulart (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional do Comércio e Indústria:

Algumas perguntas tenho a fazer a V. Exa.

A primeira refere-se ao programa geotérmico para 1983.

No programa respectivo estão atribuídos 50 000 contos ao projecto geotérmico de São Miguel e 116 000 para a Ilha Terceira.

Nada se encontra atribuído para a parte respeitante ao Pico/Faial.

A pergunta incide exactamente sobre isto. Porquê?

Por que nada para a zona Pico/Faial?

Ainda quanto ao projecto geotérmico V. Exa. referiu-se

a um investimento necessário de 7 milhões de contos para implementar o projecto que resulta dos estudos já realizados e da experiência já colhida através das acções desenvolvidas até este momento, especialmente na Ilha de São Miguel, e pelos relatórios já concluídos referentes à prospecção realizada, quer na Terceira, quer na zona Pico/Faial.

Gostaria de saber como pensa o Governo distribuir temporalmente os gastos públicos referidos, que são da ordem dos 7 milhões de contos.

Será, digamos, ao ritmo de um milhão de contos por ano, será de 500 000 contos por ano e em que medida é que incidirá sobre o Orçamento Regional nos próximos anos a distribuição desta verba?

Também gostaria de saber, das experiências já realizadas, quer no campo do aproveitamento da energia eólica, quer da energia biomassa e também da energia solar, se for caso disso, quais são as experiências positivas ou negativas — se também for essa a situação — quais são as conclusões que o Governo retira em termos de estratégia de definição de política energética baseadas, ou baseada na experiência já feita, ou ainda que necessidades sente o Governo de promover mais pesquisas neste sector e que perspectivas apresenta qualquer solução já viabilizante de aproveitamento industrial possível, quer relativamente à energia eólica, quer relativamente aos outros tipos de energia referidos.

Ainda gostaria de perguntar, quanto à maior empresa pública açoriana que é a EDA, se não erro — que de facto é um gigante regional e que nós Deputados ficámos realmente surpreendidos com a documentação que nos foi remetida recentemente, quase equivalente a um programa de Governo, e que, efectivamente, contém imensos dados que ainda não conseguimos e não tivemos tempo de digerir e de analisar completamente — qual o tipo de acompanhamento que o Governo exerce ou faz sobre essa empresa de forma a impedir que se possam cometer abusos de ordem financeira.

Conhece-se, pelo menos perto de nós, que há uma grande facilidade em cometer-se algum abuso de utilização de viaturas e em que os funcionários parecem estar a nadar bastante em dinheiro numa altura de austeridade — para também não se cometer o erro que se comete no sector empresarial do Estado, a nível nacional, e que muitas vezes é invocado nesta e noutras salas, em que representantes da população reclamam justamente contra o esbanjar de dinheiros públicos.

Não haverá de facto na EDA um certo luxo a mais?

Ainda ontem foi aqui referido pelo Deputado Carlos Mendonça que na Graciosa não havia dificuldade alguma em instalar a EDA mas para a SATA já havia problemas e também é uma empresa pública regional.

Muitas vezes a sensibilidade dos cidadãos fica ferida quando se vêem cidadãos, fora de tempo de serviço, utilizarem viaturas e quando se fazem contas aos ordenados e se vê que há pessoas a ganhar muito dinheiro numa empresa pública quando noutras empresas públicas e noutros serviços públicos o regime de austeridade é mais eficaz.

Presidente: Não há mais pedidos de esclarecimento.

O Sr. Secretário Regional do Comércio e Indústria tem a palavra para responder a esta série de questões que lhe foram apresentadas.

Secretário Regional do Comércio e Indústria (Natalino Viveiros): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

O Sr. Deputado Carlos Mendonça pergunta que critérios existem para minimizar as roturas do abastecimento de combustíveis líquidos sobretudo nesta altura.

Nós temos vindo a estabelecer um contacto estreito com as empresas distribuidoras no sentido de debelar a rotura que ainda se verifica nalgumas alturas do ano.

Temos, neste momento, o compromisso das empresas que fazem o abastecimento a estas ilhas de efectuarem um reforço de combustível, que julgo que estará já a caminho senão muito perto de embarcar, de modo a permitir que na altura mais difícil de abastecimento não haja essas roturas.

Esperemos que, com a entrada em funcionamento das estruturas portuárias, isto desapareça mas, até lá, há um esforço complementar.

Temos, portanto, esse compromisso das empresas que actuam exactamente nestas ilhas.

Quanto ao abastecimento do gaz é evidente que temos um projecto entre mãos para o realizar e espero implementá-lo com toda a urgência que o assunto requer.

Com respeito à viabilidade económica da EDA, é evidente que a EDA tem um plano apresentado ao Governo e que foi até distribuído pelos Srs. Deputados, também faz parte dum anexo para informação que aqui foi deixado, ela tem as suas receitas próprias através daquilo que vende, tem as suas despesas e tem sobretudo também as compensações que lhe são atribuídas, quer para investimentos, quer para a compensação à produção e que é proveniente do Orçamento da Região.

Por isso, a sua situação encontra-se equilibrada, e bem o demonstra o orçamento que está distribuído, contando, como é óbvio, com as receitas do Orçamento da Região.

O Sr. Deputado Daniel de Sá faz uma pergunta em relação ao critério que presidiu à instalação da Central Térmica da Ribeira Grande e comparando-a com a Central Térmica da Horta.

As distâncias que foram calculadas para a instalação da Central Térmica da Ribeira Grande foram, na altura, feitas pela empresa responsável pela EIE, estavam dentro dos limites que a lei exigia e o que esperamos é que, com o reforço electro-produtor de São Miguel, aquela central, como é uma central de ponta, possa funcionar apenas como ponta.

Além disso, estamos a desenvolver todos os esforços no sentido de minimizar os efeitos através da insonorização da própria Central que existe. A mesma coisa acontece até com a Central Térmica de Ponta Delgada que, como sabe, há um problema de poluição sonora e temos também procurado, por todos os meios, minimizar esses efeitos.

O Sr. Deputado Joaquim Ponte pergunta o que se passa com a regularização do abastecimento à Região, no que se refere ao cimento, e se, porventura, aquilo que está consagrado no Plano é para cumprir.

Esta questão do cimento foi objecto de uma deliberação do Governo no sentido de interessar as entidades privadas e de apenas 10% do Governo, no sentido de se constituir uma empresa mista para o abastecimento e até produção do cimento à Região.

Foram pedidas várias propostas, que estão ainda a ser

estudadas, porque o investimento que foi proposto era incomportável para o preço do cimento que chega neste momento à Região. Isso significa que o seu custo era muitíssimo maior, o que não justificava de forma alguma o investimento inicialmente previsto.

Por isso mesmo tem-se procurado, agora, com os elementos disponíveis, uma hipótese viável para, por um lado manter um preço acessível e que não se torne mais oneroso para os consumidores do que aquele que resulta do cimento que vem do Continente e também de modo a viabilizar uma unidade que existe, e até outra que se possa instalar em género de terminal ou apenas de misturador.

É por isso que essas acções estão a prosseguir e aquilo que está consagrado no Plano de 1982 não será gasto, e vamos ver o que será em 1983, mas ele só será também se à conclusão a que chegarmos for dado o «agrément» da parte da iniciativa privada, uma vez que o investimento é um investimento muito grande e tem que contar com a cooperação dos interessados privados nesta matéria.

Quanto à implementação dos trabalhos da Empresa de Parques Industriais e a execução orçamental em 1982, no que também respeita ao Parque Industrial da Ilha Terceira, devo dizer que já se iniciaram, aliás, estão já na fase de conclusão, os estudos de localização desse parque.

Isso significa que há já uma execução, embora relativamente baixa, da verba que está aí atribuída e esperamos que, no próximo ano, com a definição da sua localização e o início dos trabalhos, esta verba que está prevista para 1983 seja evidentemente absorvida pelo aumento do capital da própria Empresa Regional de Parques Industriais, entidade que se vai encarregar da execução do Parque Industrial na Ilha Terceira.

Para quando se prevê a implementação dos trabalhos geotérmicos na Ilha Terceira é a pergunta que também faz o Sr. Deputado Joaquim Ponte.

Disse na minha intervenção que os estudos sobre a executabilidade ou não da existente de fluídos na Ilha Terceira está concluída e, neste momento, estamos a apreciar todos os trabalhos que existem sobre a Terceira, sobre o Pico/Faial, cujo relatório foi entregue esta semana, e sobre o projecto geotérmico de São Miguel, para o transformar num projecto conjunto e global. É exactamente este que está a ser, neste momento, objecto de análise e de proposta por parte das entidades interessadas na prossecução dos trabalhos da fase industrial da geotermia.

Aproveito aqui a oportunidade para também dar resposta ao Sr. Deputado Martins Goulart nesta matéria, pois, de facto, embora não esteja aqui prevista qualquer verba para o projecto Faial/Pico a verdade é que ele vai ser também objecto de análise, uma vez que penso, como afirmei na minha intervenção, de que não é possível, de modo algum, fazer face com os recursos próprios da Região ao investimento que se apresenta. Tem de ser feito recurso ao investimento externo e, neste caso, as propostas que foram apresentadas pelas empresas que querem desenvolver os trabalhos industriais da geotermia, elas próprias trazem consigo as propostas de financiamento.

Espero, portanto, que o Governo esteja em condições de, ainda este ano, debruçar-se sobre a via que deve ser dada

ao projecto geotérmico dos Açores, escolhendo uma das alternativas que se põem, e depois trabalhá-las de modo a que se lancem exactamente os trabalhos da fase industrial.

O Sr. Deputado José Manuel Bettencourt pergunta-me qual é a situação financeira da «Carnaçor» e a sua viabilidade.

A «Carnaçor» é uma empresa privada que está neste momento numa situação financeira difícil e cujo resultado depende sobretudo daquilo que os seus credores acordarem.

O Governo é um credor com uma pequena parte de 4 000 contos, que lhe foram cedidos em 1977 para fazer face a uma situação de rotura de tesouraria para pagar aos trabalhadores nessa altura, e mais cerca de 2 000 contos de carne que a empresa, quando esteve a trabalhar, ficou a dever ao Governo.

Por isso mesmo, decorrem neste momento diligências, às quais o Governo tem estado presente com um representante seu como credor que é, para se encontrar uma solução. Caso contrário há uma resolução do Governo no sentido de pedir a declaração de falência da empresa de modo a dar-lhe o destino mais conveniente e pô-la como uma actividade operante.

O Sr. Deputado Martins Goulart faz várias perguntas relacionadas com a geotermia, uma das quais penso ter já dado resposta — que é à que se relaciona com o projecto geotérmico Faial/Pico.

O Sr. Deputado pergunta também como distribui os gastos da verba de 7 milhões de contos que se prevê com o projecto geotérmico no seu conjunto se, parcelarmente, ao longo dos anos, de qual das formas o Governo entende fazer essa distribuição.

Evidentemente que isso é um projecto que, se for iniciado em 1983, apontamos para que a primeira fase industrial esteja concluída em 85. É ao longo deste tempo que esses 7 milhões de contos se vão distribuir e, portanto, será com uma parte proveniente do Orçamento da Região e a outra parte proveniente do financiamento externo que o próprio projecto traz como proposta das entidades que se propõem executá-lo.

Quais as experiências positivas das novas energias?

Quanto ao vento, o estudo para a instalação de uma central piloto eólica em Santa Maria ainda decorrem.

Estão atrasados três meses em relação àquilo que inicialmente foi previsto na medida em que, um dos equipamentos que lá foi colocado, quando se foram recolher os elementos estava desmontado — desconhece-se se por avaria mas entende-se que sim — o que implicou ter que se instalar novo equipamento e aguardar os resultados.

Logo que obtemos as conclusões do estudo a própria entidade que está encarregada de fazer o estudo, proporá as acções que se hão-de seguir — designadamente esperamos que é a instalação de uma central experimental em Santa Maria para o aproveitamento do vento.

Quanto à energia solar, foram instalados vários painéis solares ao longo da Região e as conclusões a que chegaram são satisfatórias para grandes consumos, ou seja, para pequenos consumos ou agregados familiares com menos de 5 pessoas não se justifica de modo algum a instalação dos painéis solares.

Penso ainda que, de acordo com o cálculo feito, estes painéis solares, além da bonificação que auferem da Caixa Geral de Depósitos, terão que ter em linha de conta uma bonificação aos encargos financeiros ou até mesmo ao investimento.

Nesse sentido se prepara a legislação, que espero ainda saia até ao final deste ano, para as pessoas que quiserem utilizar esse tipo de energia.

Devo dizer que um dos grandes obstáculos que encontramos na sua implementação deveu-se fundamentalmente à inexistência na Região de quem pudesse manusear e vender até o equipamento. A falta de assistência para esse equipamento é um problema muito sério mas agora já apareceram entidades (pelo menos duas) interessadas nisso, têm desenvolvido acções nesse sentido e julgo que está colmatada essa brecha.

Quanto à biomassa, vamos instalar a primeira central, digamos, em moldes maiores, para o aproveitamento dos resíduos resultantes do gado. Há já uma central piloto na Ilha Terceira que tem estado a funcionar há muito tempo.

É um investimento que se apropria para pequenas unidades de exploração pecuária. Penso que, a partir daí, com a experiência que se faz e com os apoios que até lhe são dados a nível da comunidade para esse efeito — fundo perdido até 50%, creio eu, do próprio investimento — estou convencido que vamos também poder aproveitar algumas possibilidades sobre esta matéria.

A última pergunta que faz o Sr. Deputado é sobre a maior empresa dos Açores e a forma de controle.

É evidente que aquilo que o Sr. Deputado referiu é uma situação que nos preocupa e que tem sido objecto de tratamento com o Conselho de Gestão da empresa de molde a minimizar estes abusos.

Certo é também que, sendo uma empresa grande como é, é óbvio que implica uma responsabilidade local dos próprios delegados que estão nomeados para o efeito, no sentido de evitarem estes abusos.

Estou certo que cada vez mais se irá corrigindo isso e conto também com o apoio dos Srs. Deputados, e de todas as entidades que estão interessadas em evitar estes abusos, de modo a que possam esclarecer-nos e até informar-nos, se os mesmos se verificarem, de modo a podermos tomar as medidas na hora certa.

É evidente que o volume de investimentos que o sector eléctrico da Região requer são enormes e daí também a grandeza da própria empresa.

Vamos procurar fazer o melhor, controlar, e contamos para isso com o vosso apoio.

Muito obrigado.

Presidente: O Sr. Deputado Dionísio de Sousa tem a palavra para a sua intervenção.

Deputado Dionísio de Sousa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Quanto me tem sido dado observar em anos anteriores — e este Plano/83 voltou a confirmá-lo — raros serão aqueles que conseguem abordar os Planos do Governo Regional, sem se deixarem dominar por uma angustiante e desconfortável impressão de frustração. E este ano, mais uma vez, as Comissões Conjuntas tornaram claro que, quase só os auto-

res e responsáveis directos desses documentos não experimentam tal frustração. Ou pelo menos, a não manifestam. E digo *quase só*, para, escrupulosamente, não omitir as inevitáveis e consabidas excepções constituídas pelo cada vez mais reduzido grupo, dos indefectíveis «yes men», impressionáveis a qualquer dúvida ou hesitação perante a reconfortante e condicionante «voz do dono».

A este respeito, a linha de demarcação não passa entre a maioria e a oposição. Passa antes pela divisão entre os progenitores reais dos Planos — o Governo — e aqueles que publicamente e em sede própria, ou terão de assumir a paternidade legal e política desses «meninos da roda» indesejados e indesejáveis que são os Planos do Governo Regional, ou recusarão apadrinhá-los pensando que, como na vida, os custos e os riscos do baptismo devem ser suportados pela família.

É em nome de todos esses — mesmo daqueles que, publicamente, sempre me recusarão a qualidade de porta-voz — que me propuz fazer aqui este (quase) diálogo, (quase) psicanalítico sobre um (quase) Plano/83, para uma (quase) região.

Ao interrogar-me sobre a raiz última da frustração provocada pela análise dos planos regionais, e ao reflectir sobre algumas ideias avançadas do trabalho das Comissões Conjuntas, julgo encontrá-la — a essa raiz — na sobreposição e mistura de níveis diversos que se entrecruzam e entrecroçam, em contradição esterilizante e bloqueadora, nos planos do Governo Regional.

Poderão, assim, distinguir-se «grosso modo» os seguintes níveis:

Primeiro — o nível do diagnóstico global e sectorial.

Segundo — o nível ideológico-político das opções (grandes ou pequenas) e das medidas políticas ou técnicas programáticas ou de mera gestão corrente.

Terceiro — o nível estrutural que, de ano para ano, se pretende alterar e para o qual se afirma e reafirma constantemente a operacionalidade de um modelo que fundamenta e dirige as alterações.

Quarto — o nível conjuntural que, como ano após ano, se mantém teimosa e persistentemente inalterado. O que, por isso mesmo, leva a duvidar da viabilidade e eficácia do modelo, ou até da sua simples existência ou aplicação adequada.

Passarei de seguida, a considerar, em esboço breve e rápido, alguns aspectos de cada um desses níveis, no Plano/83.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Plano/83 pretendeu aligeirar o primeiro nível afirmando que o PMP 81/84, já caracterizara pormenorizada a Região (pag. 8). Mas fê-lo de forma infeliz. E introduziu um primeiro factor de frustração. Em primeiro lugar, porque implicitamente reconhece que, em 81 e 82, nada de substancial e notório se alterou no quadro sócio-económico da Região. E, em face disso, não se pode evitar a questão. Então, em 81 e 82, não andou o Governo Regional a modernizar e a desenvolver a estrutura produtiva da Região? Não andou a diversificar a economia e a reforçar a unidade da Região? Não andou a estabilizar a população açoriana e a aproveitar racionalmente os recursos naturais? Não andou a

respeitar o ambiente?

E não andou a fazer tudo isto, afanosa, dedicada e dispendiosamente? Pelo Plano/81 nisso mesmo dispendeu quase 4 000 000 contos. Pelo Plano/82, deve estar a consumir os últimos tostões de cerca de 5 500 mil contos.

E é agora, este mesmo Governo que nos vem dizer que dois anos depois é igual a dois anos antes na tragicómia económico-social da Região.

Aqui chegado, dir-me-ão: o Sr. Deputado está a confundir malévola e deliberadamente. O que se pretende dizer é que as estruturas não se alteraram. Nem é de admirar. Alterações estruturais demoram gerações. É claro que nós planeámos conseguir alterações estruturais até 1984. Mas isso é o grão de utopia, que um bom (quase) Plano a Médio Prazo também não dispensa.

É possível. . . É possível, direi eu. Mas note-se que um tal DREPA em Abril deste ano afirmava que se continuava a verificar na economia regional «uma progressiva concentração qualitativa da exportação». Que o investimento não crescera no sector privado, ao contrário do que acontecera no sector público; que as estatísticas disponíveis (e bem sabemos que este Governo sofre de «indisponibilidade estatística crónica») apontavam para um ligeiro declínio da produção agrícola, enquanto a produção pecuária continuava a aumentar, ainda que a um ritmo mais lento que um passado próximo. E que também o crescimento da produção industrial abrandara (notemos a precisão matizada de suavidade cavalheiresca desta informação estatística). E que houvera lugar «a uma muito pequena evolução do sector do turismo». Mas que — e não se esqueça este dado francamente animador — se registara um aumento significativo da circulação automóvel. É de facto, há que reconhecê-lo, o cúmulo da ironia. Nunca me atrevi a pensar antes de ler este documento que venho citando, que ironia e economia se casassem tão bem. Um tão magro e precário resultado para um tão tenaz, denodado e planeado esforço — o aumento da circulação automóvel!!!

E, já agora, acrescente-se que, quanto à produção agrícola e industrial, o relatório do respeitável e insuspeito Banco Comercial dos Açores para o mesmo período é menos comedido e afirma secamente que a situação agrícola e industrial da Região é muito simplesmente de estagnação.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Mantendo-me ainda neste nível de análise global do Plano/83, mais se agrava a frustração se compararmos a preocupação de descrever quase exaustivamente a situação económica internacional e nacional, com a ausência total de dados sobre a situação da Região. Fornecem-se generosa e perdulariamente indicadores estatísticos perfeitamente inúteis segundo a letra das grandes opções do Plano (qualquer que seja a situação económica internacional e nacional não se admitem quebras ou travagens no esforço de desenvolvimento regional) mas sonegam-se cuidadosamente as que poderiam ter real utilidade — as respeitantes à realidade regional. Porquê?

Para evitar que se possa dizer do Governo Regional aquilo que este, agora, vem dizer do Governo da AD? Que (Plano/83, pag. 7) «as metas que o Governo da República

pretendia atingir no que diz respeito aos indicadores macro-económicos nacionais não foram alcançados na sua generalidade»?

Mais se acentua a frustração ao verificar-se que «o modelo em que se fundamenta o desenvolvimento da Região» (pag. 8 do Plano/83) não só nenhuma relação tem com a conjuntura internacional, nem com a nacional, nem mesmo com a regional, mas até nem está dependente do volume das verbas a investir nos diferentes sectores. É um verdadeiro arquétipo platónico que nada tem a ver com os acontecimentos que ocorrem na «caverna».

É verdade que nessa análise global do Plano a que nos vimos referindo, se omite cautelosamente qualquer alusão à diminuição do investimento público previsto para os sectores produtivos, preferindo-se antes chamar a atenção para «os programas reforçados financeiramente» (pag. 8). O que é indício pelo menos de alguma má consciência que se pretende dissimular. Nem poderia ser de outro modo. A propagandada viragem para os sectores produtivos — a modernizar, a desenvolver e a diversificar — tinha a sua mais saliente expressão numa variação de 3,4 pontos percentuais positivos para os sectores produtivos (de 31% no PMP/77, para 33,4% no PMP/81) e surge agora no Plano/83 com uma quebra de 3,7 pontos percentuais negativos (de 33,4% no PMP/81 para 29,7% no Plano/83).

É claro que se mantém de pé a questão: porquê esta diferença? Que — dirá o Governo Regional — se resume a uns míseros 300 000 contos que são a tarifa única/83 deste Governo para iniciar o grande porto da Praia e o nunca menor aeroporto de Ponta Delgada. Muitas poderão ser as explicações a propor, tanto mais que o Plano/83 não adianta nenhuma. Permitam-me que avance com a minha própria: o Governo Regional concluiu que com um esforço financeiro nesses sectores corria-se apenas o risco de agravar uma situação já apontada pelas análises de conjuntura do DREPA: existência de duas economias paralelas nos Açores, sem mútua interpenetração ou osmose: a pública com investimentos crescentes e melhorias técnicas progressivas e a privada em estagnação continuada e apenas permeável a efeitos muito diferidos no tempo e de rumo incerto. Em face disso o Governo Regional sentindo-se impotente para atacar as causas estruturais dessa situação (por ele próprio aliás amplamente diagnosticadas, por exemplo no caso da agricultura: a errada estrutura fundiária, o atraso tecnológico, os viciados circuitos de comercialização, o empirismo no uso do solo, etc.), sentindo-se politicamente impotente para alterar essas causas estruturais, optou por assumir mais frontalmente a sua verdadeira vocação: a de construtor civil. Daí a sua grande aposta/83 — as infraestruturas de grande porte e as escolas. O fontismo é uma política de efeitos seguros. As construções ficam e vêem-se.

Mas porquê as escolas? Ingénua pergunta! Porque este Governo preza muito a sua cor social democrata. E que altura mais oportuna que a actual, para uma pincelada de social democracia na fachada do Plano?

E não nos admiraremos nada se no próximo ano a maior empresa de construção civil dos Açores, mais conhecida pelo nome de Governo Regional brindar os açorianos com mais alguns grandes empreendimentos incluindo, en-

tão, porventura algumas creches, hospitais ou polivalentes com o sempre convincente e decisivo argumento de que uma nova análise da situação revelou que se tratava de soluções urgentes que não podiam aguardar por novo Plano a Médio Prazo. . .

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Seria mais do que altura de passar à análise do segundo nível — o ideológico político das opções, medidas e linhas de orientação geral para cada sector. Mas como outros Deputados do PS o farão com algum pormenor, limito-me a abordar resumidamente dois ou três aspectos que me parecem mais relevantes. Na sequência, aliás, do que foi repetidamente apontado nas Comissões Conjuntas.

Primeiro — a catadupa de medidas de orientação geral, em jeito de catálogo de receitas de pronto a servir, nalguns casos até, tão ou mais desenvolvidas do que no próprio PMP é indefensável e injustificável e afecta a credibilidade do próprio Plano.

A não ser que o efeito pretendido seja precisamente, que a estrutura da floresta faça perder de vista as árvores que merecerão atenção especial naquele ano.

Segundo — As dissonâncias perceptíveis nas perspectivas de entidades diferentes sobre os mesmos problemas.

Assim:

a) a SREC passou da perspectiva de «alargar a rede de educação pré-escolar, intensificando as formas de apoio às iniciativas particulares e autárquicas e às famílias» do PMP para a de considerar no Plano/83 «que o ensino pré-primário e a fixação de quadros dependem de o poder local se empenhar fortemente na sua concretização». Enquanto isto, a Secretaria dos Assuntos Sociais pensa que «a construção de alojamentos» é um incentivo à fixação de pessoal, «pressuposto essencial para que a prestação dos cuidados de saúde seja extensível às áreas mais periféricas da Região» (anexo do Plano/83, pag. 72). E, pelo seu lado, a Secretaria Regional da Administração Pública pretende «a continuação das medidas tendentes à resolução do problema habitacional dos funcionários de que a Região mais carece» (Plano 83, pag. 63).

É oportuno perguntar porque é que se esta solução ou outras equivalentes não repugnam a SREC quando beneficiam os funcionários dos seus serviços em Angra, a rejeita liminarmente ao tratar-se de professores trabalhando mais longe da vista e do coração? E, em qualquer caso, aceitou-se sempre e aceita para os professores universitários.

b) Quanto me recorde, a impreparação cultural básica dos nossos agricultores é um dado que é referido em todos os Planos do Governo Regional na análise do sector agrícola. E volta a sé-lo de novo neste Plano/83, dizendo-se na página 107 do anexo que «do conjunto dos dirigentes das explorações agrícolas, só 61% em 1977, sabiam ler. Este facto associado ao envelhecimento daqueles mesmos dirigentes — cerca de 45% tinham 55 anos de idade e só 12% tinham 35 anos ou menos — constitui um grande obstáculo ao desenvolvimento da agricultura regional».

Seríamos à primeira vista, tentados a ver um eco destas palavras nas pomposas e retumbantes afirmações da página 12 do Plano/83, da responsabilidade da SREC: «as grandes

carências das sociedades em desenvolvimento são, antes de mais, de índole cultural». E acrescentando, depois de nos prevenir contra o perigo de nos deixarmos aliciar somente por rendimentos «per capita» elevados «que esses mesmos só se conseguirão se um sistema de educação estiver ao serviço de uma sociedade tecnologicamente preparada para vencer os desafios que a natureza e a sociedade constantemente lhes lança». Desenganemo-nos porém. É evidente que as preocupações da SRAgP se situam em problemáticas de uma sociedade pré-industrial e as da SREC tem como horizonte uma sociedade industrializada, ou quiçá até, na era pós-industrial.

Caso contrário, a educação permanente — a única capaz de resolver ou atenuar o problema posto pela SRAgP — mereceria algum lugar nas preocupações da SREC/83. Para este problema, a SREC parece confiar numa solução, mais demorada talvez, mas sem qualquer dúvida, mais radical — deixar que a morte, e não a educação permanente, liberte definitivamente da ignorância essa importante faixa etária da população açoriana.

Mas, para que a SRAgP, não se sinta tão isolada na sua preocupação, lembro que «nos aspectos demográficos — Açores/78, termina concluindo que São Miguel acusa uma taxa de analfabetismo no grupo etário dos 18 aos 59 anos que pode vir a prejudicar seriamente o seu desenvolvimento económico. O mesmo se diga, da Graciosa e de Santa Maria, malfadadas também, por esta, além de outras razões».

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

As últimas considerações desta intervenção serão para o nível que, no início, classifiquei de estrutural e que se concretiza no modelo de desenvolvimento que o Plano/83 na sua página 8 afirma ter sido explicitado no Plano a Médio Prazo.

Remetendo-nos a este último vamos encontrar efectivamente na página 19 um capítulo intitulado precisamente Metodologia e modelo de desenvolvimento, e na página 20 e 21 aquilo que se pode considerar o resumo do modelo. Cito: «A Região Autónoma dos Açores assenta o seu desenvolvimento numa economia de mercado, onde o sector privado goza de livre iniciativa nos limites da lei e é incentivado por estímulos governamentais aos investimentos considerados prioritários. Tal opção de base é complementada pelo controle dos sectores básicos da economia e pela intervenção do Estado em caso de reconhecida necessidade quando haja de assegurar o interesse público».

É evidente que este modelo se situa quase exclusivamente no nível político e institucional. E é simplesmente a versão quase literal do modelo constitucional da nossa economia com um sector estatizado mais ou menos e numa orientação da iniciativa privada pela via legislativa. Mas este modelo não dispensa, pelo contrário, antes pressupõe que a orientação ou direcção a imprimir à iniciativa privada se deve fazer com a utilização da variedade dos meios que a ciência económica põe pois ao dispôr de qualquer governo. E o primeiro deles é o conhecimento exacto da realidade económica e social sobre a qual se pretende actuar. Por isso mesmo não poderão compreender a displicência com que este Governo tem encarado até hoje no seu planeamento os indi-

cadores económicos. Pois, só eles podem permitir tomar com conhecimento de causa, decisões sobre onde agir? Com que modalidade o fazer, que obstáculos a remover, que efeitos a esperar. Sem isto permanecer-se-á sempre nas soluções casuísticas, pontuais, e, a maior parte das vezes de mera oportunidade política conjuntural, a que só por abuso de linguagem podemos chamar planeamento.

Precisamente porque os recursos são escassos. Precisamente porque as prioridades têm que ser estabelecidas com todo o rigor. Precisamente porque a nossa economia é totalmente dependente do exterior. Precisamente, por tudo isso, é que os indicadores económicos ao dispôr de quem assume a responsabilidade de orientar a economia têm de ser mais apurados, mais refinados, melhor aferidos. Exactamente para permitir utilizar com o máximo de eficácia, a reduzida e estreita margem de actuação possível. Caso contrário, estar-se-á sempre em risco de esbanjar recursos, errar prioridades e agravar dependências. E julgo que é motivo para nos preocuparmos e não para nos regozijarmos, como se faz no parecer da Comissão sobre o Plano, quando se pode apontar como progresso na quantificação a indicação dos kms de estradas previstas. E é até mesmo caso para nos perguntarmos se o Governo Regional nos pode garantir que não tem andado a caçar elefantes com físgas e a matar moscas com espingardas?

Disse.

Presidente: O Sr. Subsecretário do Planeamento pede a palavra para uma intervenção.

Subsecretário Regional do Planeamento (Nunes Liberato): E também para dois pedidos de esclarecimento.

Presidente: Tem a palavra para o efeito.

Subsecretário Regional do Planeamento (Nunes Liberato): Não vou evidentemente entrar no estilo que o Sr. Deputado nos tem habituado nestas discussões do Plano e não queria contribuir mais para as angústias do Sr. Deputado.

De qualquer forma gostaria de lhe pôr duas questões muito sucintas e muito rápidas.

Em primeiro lugar, o Sr. Deputado criticou o tipo de orientação seguida no âmbito deste Plano para 1983 no que diz respeito às medidas de política.

Fiquei a depreender que o Sr. Deputado propunha que este capítulo relativo às medidas políticas não devia figurar no Plano.

Gostaria de saber se é essa efectivamente a opinião do Sr. Deputado.

Em segundo lugar, o Sr. Deputado fez uma crítica bastante profunda à questão da parte do diagnóstico que o Governo Regional faz aos problemas económico-sociais da Região.

Eu gostaria de perguntar a este propósito duas questões:

1. — Se leu o documento sobre a situação económico-social da Região que o Governo distribuiu no âmbito deste Plano?

2. — Quais são os indicadores de que o Sr. Deputado sente necessidade para fazer os seus juízos?

Muito obrigado.

Presidente: O Sr. Deputado Dionísio de Sousa tem a palavra para responder.

Deputado Dionísio de Sousa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em relação às duas questões postas posso dizer-lhe muito rapidamente que, em relação às medidas de política, é evidente que o que eu critiquei — suponho eu — foi a catadupa, foi a abundância, a super-abundância de medidas de política e não que elas fossem totalmente suprimidas.

O que se acha razoável é que se possa, dessas medidas de política, deduzir com facilidade quais são as prioridades estabelecidas e não o empastelamento das medidas sucessivas, sem se saber se são acções que se iniciam, se são acções que estão a meio, se são acções que se vão terminar.

Portanto, é a essa indecisão, derivada da super-abundância, que eu me referi.

Quanto ao documento sobre a situação sócio-económica da Região eu tinha que escolher entre fazer uma leitura do Plano, entre poder participar na vida activa da Assembleia, ou sentar-me descansadamente a ler nos dias de Plenário algo sobre a evolução recente da situação económica e social da Região.

Portanto, não o fiz. Fiz a leitura — pôde deduzir — do que suponho ser o penúltimo documento sobre essa situação.

Os indicadores de política económica que eu sinto necessidade para fazer uma análise são, posso dizer-lhe resumidamente, todos aqueles que no Plano/83 se utilizam abundantemente para a análise da situação internacional e nacional.

Não sou mais exigente em matéria de indicadores nem tenho nenhuma nova formula mágica que me tenha permitido descobrir novos indicadores. Mas esses, se existissem, deviam vir integrados no Plano.

Aliás, parece que a dificuldade não é tanto de possuí-los, porque eles acabam por aparecer em documentos separados e desintegrados do Plano, é mais de conseguir integrá-los no Plano e é sobretudo de inverter uma perspectiva, que julgo eu ser errada, de, pelo facto de o Plano se concretizar predominantemente em acções pormenorizadas e longamente descritas, ser esta perspectiva incompatível com a dos indicadores económicos.

É evidente que a situação económica regional não poderia ser apenas aferida por níveis globais.

Ao nível da Região teria que ter em conta as necessidades de cada um desses segmentos da Região.

Acho que, ao contrário do que no PMP se dizia, parece-me, sempre me pareceram e continuam a parecer-me perfeitamente compatíveis. Trata-se apenas de afinar mais ou menos, um determinado instrumento de análise.

Presidente: O Sr. Subsecretário pretende? . . .

Subsecretário Regional do Planeamento (Nunes Liberato): Era só para dar um esclarecimento muito curto na sequência dos comentários feitos pelo Sr. Deputado Dionísio de Sousa.

Presidente: Tem a palavra para o efeito.

Subsecretário Regional do Planeamento (Nunes Liberato): É apenas para referir que todos os elementos estatísticos disponíveis e com interesse para a situação económico-social da Região estão contidos nesse documento. Agradeça que o Sr. Deputado procedesse à sua leitura e depois tro-

cássemos impressões sobre a questão.

Presidente: O Sr. Deputado Pacheco de Almeida também tinha pedido a palavra para, presumo, um pedido de esclarecimento.

Deputado Pacheco de Almeida (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É para uma pergunta, para um muito curto protesto e para uma precisão.

A pergunta é a seguinte:

— Eu gostaria de entender, se isso é possível de ter como resposta, como desenvolveria o Sr. Deputado esta Região, se tivesse as responsabilidades do Governo, dispensando investimentos em infraestruturas, concretamente se tivesse herdado esta Região tal como ela há 6 anos existia, como desenvolveria os seus projectos de uma economia bastante mais avançada do que a que se pressupõe existir entre nós sem o recurso indispensável ao lançamento das infraestruturas que nós entendemos devem ser construídas?

O nosso protesto é simples e vem para uma afirmação aqui muitas vezes trazida, e já gratuitamente, quando diz que esta bancada é um conjunto de «yes men» e neste caso dos progenitores do Plano.

Eu queria confirmar aquilo que disse de maneira diferente.

Nós, bancada do PSD, é claro que apoiamos os Planos do Governo para o desenvolvimento desta Região. Fazê-mo-lo de forma crítica, mas não espera certamente o Sr. Deputado que, nesta Câmara, nós estejamos em oposição ao governo.

A crítica que temos de fazer tem um longo caminho para percorrer antes de aqui chegar e é ao longo desse caminho que vamos aqui introduzindo a nossa crítica.

Antes de avançar qualquer intervenção que este assunto mais mereça, aqui lhe deixo um esclarecimento que talvez lhe sirva para intervenções futuras: esta bancada suporta efectivamente os Planos que o Governo aqui traz, depois de criticamente os ter apreciado.

Presidente: O Sr. Deputado Dionísio de Sousa tem a palavra para responder aos esclarecimentos solicitados.

Deputado Dionísio de Sousa (PS): Quanto à primeira questão posta sobre «como desenvolver a Região sem desenvolver as infraestruturas», não foi isso que eu afirmei, nem é isso que se pode deduzir das minhas afirmações.

A minha afirmação foi essa e eu volto a repeti-la é que, em determinado momento, o Governo Regional começou a sentir dificuldades de avançar e que os incentivos que utiliza na economia pública são num modelo económico que me parece incompleto, por razões constitucionais umas, por razões de instrumentos deficientes outras, por incompleta aplicação do próprio modelo — não nos esqueçamos que o PMP previa e prevê, como base do próprio modelo que propõe para o desenvolvimento da Região, a perspectiva de

ha que, neste momento, não está concretizada — portanto, a influência negativa daqueles elementos que se pretendiam evitar, fiando-se apenas nos tais indicadores macro-económicos, continua. Era baseada precisamente na necessidade de desenvolver ao nível local, ao nível de pequenas comunidades e podemos verificar que, até este momento, esse pressuposto inicial do próprio PMP não está

concretizado. Aí estará também uma das razões para as falhas apontadas.

Mas — isso na sequência do que ia dizer e não me queria alongar muito — a afirmação que eu fiz foi que o Governo Regional em 81 e 82 em análise a esta, é aliás o que está naquilo que eu li, começou a sentir dificuldade em fazer inverter determinadas tendências que queria na economia privada, para a modernizar, a desenvolver, a diversificar e, em face dessas dificuldades, não podendo, não querendo, não tendo capacidade para alterar as causas estruturais, verificou que essas injeções meramente financeiras não davam resultado e resolveu optar por uma política em que os resultados são efectivamente evidentes — a tal política do reforço de construção de infraestruturas.

Aí não há que contar com resistências do tecido social.

Quanto à afirmação sobre bancada de «yes men» posso contestar que tenha feito essa afirmação. Não o fiz. Aliás, disse repetidas vezes que trazia aqui preocupações que foram manifestadas nas Comissões Conjuntas — que eu saiba, do PS, nas Comissões Conjuntas, tiveram três pessoas, do PSD estavam números, enfim, bastante mais elevados — e essas preocupações foram expressas por essas pessoas no seu conjunto.

Por isso, eu disse que, com estas palavras, me fazia porta-voz dessas preocupações, mesmo daqueles que nunca me reconheceriam essa qualidade.

Isso pretendia dizer que eu traduzia também preocupações manifestas por elementos do PSD e isso invalida imediatamente a afirmação de que se trataria de uma bancada de «yes men».

Presidente: Temos três reacções — não é figura regimental mas, enfim, esclarecimentos ou contraprotestos — a esta resposta do Sr. Deputado Dionísio de Sousa.

Vamos começar, portanto, pelo Sr. Deputado Pacheco de Almeida.

Tem a palavra para o efeito.

Deputado Pacheco de Almeida (PSD): O Sr. Deputado Dionísio de Sousa não respondeu a algumas coisas, concretamente à pergunta que eu lhe havia feito, quanto a como desenvolver a Região sem as infraestruturas, mas eu já esperava também não ter resposta e isso não me surpreende.

Eu gostaria era de fazer mais uma pergunta ao Sr. Deputado. É a seguinte:

— Considera que o analfabetismo que subsiste na Região, o envelhecimento progressivo da população que temos (da que ainda temos) e a situação demográfica presentes têm causas estruturais recentes ou que podemos fazer recuar no tempo?

— Entende que era possível, no curto espaço de tempo que temos de autonomia e de responsabilidades do Governo, ter resolvido essas questões?

Presidente: O Sr. Deputado Dionísio de Sousa quer responder ou prefere que todos os outros Srs. Deputados formulem as suas questões?

Quer que todos formulem as suas questões.

Então o Sr. Deputado Castanheira Cruz tem a palavra.

Deputado Castanheira Cruz (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Queria fazer dois pedidos de esclarecimento ao Sr. De-

putado Dionísio de Sousa do Partido Socialista.

O primeiro pedido de esclarecimento vai ser feito, em primeiro lugar, com uma afirmativa em relação à sua intervenção. É o seguinte:

Eu acho que não há nada no Plano para 83 que leve o Sr. Deputado a dizer que a opção do reforço do sector produtivo viesse subalternizar o reforço dos sectores sociais.

A pergunta em relação a isso é a seguinte:

— Pensa ou não o Sr. Deputado que os efeitos decorrentes das medidas encetadas no quadro económico são mais alongadas no tempo do que outras, nomeadamente no campo das infraestruturas?

Uma segunda pergunta, também precedida de uma afirmativa — e que eu aí estou de acordo com o Sr. Deputado — é que entre planear e não planear não há meio termo.

A pergunta é a seguinte:

— Em que se baseia o Sr. Deputado para afirmar que a validade dum plano depende das mágicas grandezas macro-económicas sempre reclamadas nesta Câmara?

Presidente: O Sr. Deputado Melo Alves tem a palavra para formular também os seus pedidos de esclarecimento.

Deputado Melo Alves (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Sr. Deputado Dionísio de Sousa critica o Governo por fazer muitas obras, dizendo «é um construtor civil!».

(Risos)

Mas, mais à frente, o Sr. Deputado Dionísio de Sousa critica o Governo pela superabundância de medidas de política nos mais variados sectores.

Sr. Deputado, afinal em que é que ficamos:

— O Governo é criticável por fazer muitas obras públicas ou o Governo é criticável por ter muitas e muitas medidas de política nos mais variados sectores da vida social, económica e cultural desta Região?

Srs. Deputados, desejava outro esclarecimento. É o seguinte:

— Poder-se-á considerar de «construtor civil» um Governo que, paralelamente a um Plano dotado de 7 220 000 contos, emprega em despesas correntes da Secretaria Regional da Educação e Cultura, em despesas correntes da Secretaria Regional dos Assuntos Sociais 4 322 000 contos?!

Em que é gasto este dinheiro?

Este dinheiro é gasto em desenvolvimento educacional, económico, valorização dos recursos humanos e em desenvolvimento social.

Todos estes propiciam, por sua vez, também, um desenvolvimento económico para a Região.

Este Governo não se limita a um «fontismo». Não se limita a obras de fachada.

Ele vai mais longe. Tem uma política social bem definida e uma política que atinge todos os sectores da vida comunitária.

Queria apenas, quanto a isto, lembrar que nós pusemos aos Membros do Governo, que foram às reuniões da Comissão Conjunta, os problemas que nos preocupavam e que não tínhamos chegado a esclarecer a nós próprios.

(Vozes e aplausos do PSD: Muito bem! Muito bem!)

Presidente: O Sr. Deputado Dionísio de Sousa tem a palavra para responder às questões que acabam de lhe ser

postas.

Deputado Dionísio de Sousa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Em relação à pergunta sobre o analfabetismo devo dizer que falei no problema do analfabetismo como habitualmente se fala: em relação a pessoas com idades de facha etária dos 18 aos 59 anos.

O problema de saber se esse analfabetismo tem raízes ou não antes dos 6 anos de autonomia é evidente que essas raízes, pela própria idade das pessoas, não poderiam ser outras. O que eu acentuei foi a divergência de preocupação ao nível do Plano e a diferente análise que se parece fazer dos reflexos desse analfabetismo.

A SRAP parece muito preocupada com o problema mas não o pode resolver.

O mesmo não acontece com SREC que alguma coisa poderia fazer para o resolver, mas que é omissa, a esse respeito, no Plano.

Quanto às duas questões postas pelo Sr. Deputado Castanheira Cruz, a primeira delas eu não a abordei sequer. Era, portanto, o problema de afirmar ou não que os sectores sociais eram subalternizados no Plano. Eu não fiz essa afirmação.

Esse problema de inflexão de orientação no Plano é um problema para mim, meramente académico. Não tem qualquer interesse, uma vez que os indicadores utilizados para avaliar se há inflexão ou não são indicadores meramente financeiros e resultam apenas de uma análise financeira das verbas a investir.

Ora, quando é que começa a viragem? Aos 3, aos 4, aos 5 ou aos 10%?

Portanto, o problema nem se situa aí — situa-se a outro nível.

Há uma segunda questão que eu não consegui perceber e, por isso, passo para a terceira questão, que é o facto de eu afirmar que a validade dum Plano depende exclusivamente das grandezas macro-económicas.

Não é isso que eu faço. Digo sim que, sem a utilização desses indicadores, continuaremos apenas, embora sob o nome de Plano, a ter uma política ditada essencialmente por soluções casuísticas, soluções pontuais e não com soluções integradas.

Quanto às questões postas pelo Sr. Deputado Melo Alves — fica portanto em aberto uma segunda questão do Sr. Deputado Castanheira que, se a repetir, eu posso tentar lhe responder — sobre «o construtor civil com superabundância de medidas de política», devo dizer-lhe que as duas fachadas são possíveis e que não há contradição entre nenhuma delas.

É possível ser isso mesmo — construtor civil que efectivamente constrói mas que, em relação ao resto, escreve abundantes medidas de política.

Deputado Melo Alves (PSD): Não só escreve . . . a contradição é pouco.

O Orador: Quanto às despesas correntes, efectivamente eu não falei de despesas correntes, falei sim, de despesas do Plano.

Considero que o que eu disse em relação ao Plano não infirma nem contrafirma nada que se situe a outro nível —

ao nível das despesas correntes.

Presidente: O Sr. Secretário Regional do Trabalho tem a palavra para a sua intervenção.

Secretário Regional do Trabalho (Álvaro Dâmaso): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Vivemos hoje uma época de charneira. O Universo que nos rodeia evolui com uma rapidez sem precedentes.

Encontramo-nos de facto, como afirma o Papa João Paulo II na sua Encíclica «O Trabalho Humano» inteiramente dedicada à promoção da dignidade do trabalho e dos trabalhadores, em vésperas de novos progressos, nas condições tecnológicas, económicas, políticas, o que irá influir no mundo do trabalho e da produção em não menor escala do que fez a «revolução industrial» no século passado.

Os factores que determinam a mudança, já previsível, são vários e constituem forças irresistíveis:

- Progresso tecnológico acelerado;
 - Expansão demográfica;
 - Aumento do custo de energia e das matérias primas;
 - Aperfeiçoamento célere dos meios de comunicação
- o qual favorece a rápida circulação e informação de ideias e dos homens;

– O aparecimento no cenário político de povos que, depois de vários anos de submissão, reclamam o legítimo lugar no concerto das nações e nas decisões internacionais.

Analisam-se já os efeitos de tais mudanças sobre o trabalho, e peritos há que ensaiam novos conceitos de emprego derivados da esperada reordenação e reajustamento da estrutura hodierna.

Importa, contudo, neste contexto de mudança, garantir o primado do homem sobre a matéria, a dignidade e a solidariedade do trabalho, a realização da justiça social, para que se tenha a paz e o progresso. E isto é o nosso empenhamento.

Mas, enquanto se assiste a uma rápida evolução estrutural, o desemprego cresce de forma preocupante para todos, a desejada retoma da actividade económica processa-se com excessiva lentidão, prevendo-se que, nos países menos desenvolvidos, se prolongue ainda por vários anos.

Ascendem já a 28 milhões o número de desempregados no conjunto dos países que integram a OCDE, ou seja, mais de 8% da população activa.

Na Comunidade Económica Europeia o desemprego ronda os 11 milhões – cerca de 10% da população activa.

No países denominados do «Terceiro Mundo» o número de homens e mulheres desempregados, ou inequivocamente colocados em situações de sub-emprego, atingem os 500 milhões.

Atente-se que há 9 anos, antes do despoletar da crise petrolífera e na área da OCDE os desempregados eram de 8 milhões.

De então para cá não têm parado de crescer – 14 milhões em 1976, mais de 25 milhões no final do ano transacto.

Sendo Portugal um país de economia aberta, com dois terços do seu comércio concentrado na Europa, a recessão económica europeia trouxe obviamente consequências negativas que, aliada a factores de origem interna, respondem por uma taxa de desemprego superior a 8%.

Em 1981 o número de beneficiários do subsídio de desemprego era de 70 mil e enquanto o número de pedidos de emprego aumenta o número de ofertas diminui.

Na Região Autónoma dos Açores, onde também se reflectem os efeitos da crise verificada a nível nacional e internacional, a selectividade inerente ao processo emigratório, que felizmente começa a regredir, afectou quantitativa e qualitativamente a população residente e activa.

No entanto, ao decréscimo verificado no número de activos do sexo masculino corresponde uma variação percentual positiva, de valor quase equivalente, de activos do sexo feminino.

Com referência a elementos do corrente ano, verifica-se que 66% dos desempregados existentes na Região são mulheres.

O número dos jovens desempregados é apreciável, pois que representa cerca de 30% do total dos desempregados.

Consequentemente, se quisermos caracterizar o mercado de emprego na Região, atento ao condicionalismo resultante do facto de não ser obrigatória a comunicação aos serviços oficiais nem das ofertas nem dos pedidos de emprego, teremos de dizer que a taxa de desemprego existente tem-se mantido ao nível dos 2 ou 3% da população activa.

Temos de dizer ainda que o desemprego conhecido é de natureza essencialmente friccional e sazonal.

O nível de desemprego é baixo e, por certo, é o resultado do esforço de investimento realizado no sector público nos últimos anos.

No que respeita à procura, esta caracteriza-se por ser essencialmente urbana, com um considerável número de jovens à procura do primeiro emprego e um crescente afluxo ao mercado de elementos do sexo feminino, que se apresenta na sua maioria esmagadora como profissionais indiferenciados.

Apesar de tudo, neste domínio, são possíveis ainda várias soluções.

O desemprego constitui, hoje, uma preocupação dominante em quase todo o Mundo.

O combate contra este, contrariamente ao que acontecia no passado, não pode consistir apenas na luta contra a miséria mas, sim, na contribuição para o crescimento da produção, na garantia para todos do rendimento suficiente e na possibilidade da integração social do homem – tal é o conceito humanista de emprego que defendemos.

A nível geral, preconizam-se várias soluções globais capazes de contribuir para uma melhoria da situação a curto e a médio prazo.

Desde logo, os discursos paralelos no sentido do desenvolvimento e do desenvolvimento sócio-económico têm de se cruzar e compatibilizar.

Mas, a realidade, de momento, ainda é outra. Os recursos financeiros e outros, consagrados aos armamentos, nunca foram tão elevados por todo o mundo, como depois de se ter começado a falar e a definir nas organizações internacionais em estratégia de desenvolvimento, convidando a comunidade internacional a incrementar o seu esforço para estabelecer condições de cooperação adequadas aos problemas do nosso tempo.

Para além disso, o diálogo entre países mais desenvolvi-

dos e os menos desenvolvidos, entre o Norte e o Sul, tem de ser reforçado e acompanhado por medidas concretas e eficazes de auxílio e cooperação alargada.

Torna-se ainda imperioso que a reflexão sobre a crise económica dos nossos dias não tenha só em conta os dados de ordem económica, mas também factores sociais, psicológicos e humanos.

Estamos determinados a lutar para que na nossa Região Autónoma, o emprego possa significar, concretamente, um salário, uma ocupação a tempo inteiro, uma relação estável entre empregadores e empregados e uma fonte principal de rendimento do agregado familiar.

Acreditamos que a estratégia de desenvolvimento, a nível mundial, irá encontrar o caminho certo, que é o substituir a presente estrutura caracterizada pela coexistência pouco clara e rigorosa, plena de multi-certeza — dum centro os países industrializados e de uma periferia os países em desenvolvimento — para um sistema onde se possam estabelecer relações de maior equilíbrio entre as nações com proveito para uns e outros.

Não se trata de substituir a economia do mercado, de corrigir o comportamento de rigor e austeridade praticado com os mais desfavorecidos.

A prosperidade dos países industrializados em capitais e tecnologia é indispensável ao desenvolvimento das regiões e dos países mais pobres.

Se me detive nessa análise, situada num quadro mais amplo do que a Região Autónoma, é porque aqui, também, não se vive isoladamente, desenraizados do resto do mundo.

Para conhecermos e resolvermos problemas sociais e económicos que hoje surgem é necessário que se reflecta sobre a situação e tendências da própria comunidade internacional, com quem nos relacionamos e de quem recebemos várias influências.

Face às dificuldades existentes, e que objectivamente são gerais, não podemos cruzar os braços.

É possível definir e pôr em prática um conjunto de medidas, a curto e médio prazo, capaz de conduzir a uma melhoria sensível da situação no domínio do emprego.

Em primeiro lugar propõe-se incrementar o diálogo entre as entidades empregadoras, os sindicatos e os poderes públicos.

Convém com efeito, e neste sentido estamos determinados, estabelecer um sólido consenso entre as referidas entidades, relativamente à moderação dos preços e dos rendimentos, tendo em vista o relançamento da economia e o aumento do emprego.

O objecto desse algo terá de se situar na forma de reduzir os riscos da inflação, de fazer aumentar a produtividade dos projectos de investimento e de conter o crescimento das despesas públicas.

Em segundo lugar, preconiza-se desenvolver programas de formação profissional qualificados. É uma questão essencial e, no caso da nossa Região, de particular acuidade.

À adaptação do mercado do trabalho, pelo lado da oferta, à evolução das necessidades do aparelho produtivo, a formação profissional, quer nas próprias empresas, quer de acordo com programas públicos, aumenta a capacidade de emprego dos trabalhadores, melhora as relações laborais,

potencia a produtividade e permite responder à evolução da tecnologia.

Por outro lado, o mercado de emprego precisa de estar apto a dar a resposta adequada à retoma da actividade económica.

Em terceiro lugar, defendemos o desenvolvimento de um programa de emprego, sem agravamento da inflação, destinado a fazer crescer as possibilidades de trabalho de extractos populacionais particulares, designadamente o caso dos jovens à procura do primeiro emprego.

O problema do primeiro emprego apresenta-se, antes de mais, como estando intimamente ligado à preparação profissional dos jovens para o trabalho.

Para além de um esquema, que no domínio da formação facilita a transição da escola para a vida activa, tornam-se ainda necessárias acções directas de promoção dum emprego.

Assim, o Governo Regional ultima no presente momento, legislação neste domínio que visa alcançar dois objectivos essenciais:

— Aumentar as possibilidades de emprego para os jovens e melhorar as condições de acesso ao emprego.

Por um lado, prepara-se já um estatuto jurídico da aprendizagem e executa-se um projecto de formação de professores e conselheiros de orientação profissional, a quem incumbirá a realização de um programa de ensino especial, destinado a preparar o jovem estudante para a vida activa, no caso de não prosseguir os seus estudos.

Por outro lado, estudam-se medidas financeiras e fiscais destinadas a promover o emprego de jovens.

Paralelamente, foram já lançadas algumas iniciativas destinadas a melhorar a articulação entre a educação, a formação e o emprego.

No entanto, os esforços do Governo, desenvolvidos neste domínio, têm em linha de conta vários ensinamentos recolhidos da experiência de outros países e locais.

O combate ao desemprego dos jovens não pode estar dissociado da luta contra o desemprego em geral. Este combate exige o relançamento da economia dos investimentos, indispensável à criação de empregos para todos.

O desemprego dos jovens não pode ser encarado na perspectiva da sua resolução total como um problema de solução imediata mas, sim, como um fenómeno de médio ou longo prazo.

É essencial prosseguir a análise dos programas de ensino e, sobretudo, da formação profissional, de modo a adaptá-los às realidades actuais do mundo do trabalho.

Convém actuar sobre a natureza e características dos empregos para lhe melhorar a qualidade e de acordo com os interesses dos jovens trabalhadores.

Por último, mas não menos importante ensinamento, é mister rever instrumentos de análise, em especial o conceito de emprego, bem como as políticas tradicionais de emprego e formação profissional, com a finalidade de as adaptar aos novos sectores de colocação e às novas actividades.

Outras medidas serão ainda concretizadas ao combate de desemprego como: a utilização de maneira mais construtiva dos fundos destinados ao subsídio de desemprego.

Os subsídios destinados a manter um certo rendimento

ao agregado familiar do desempregado, durante um período relativamente curto, pode ter um papel económico positivo, na medida em que lhe permite procurar um novo emprego e mais adequado.

Entretanto no presente quadro, em que a retoma da actividade económica se processa vagarosamente e o desemprego se fixa em níveis consideráveis, entende-se conveniente e oportuno levar a cabo programas de formação dirigidos aos desempregados, no sentido de que estes possam ter acesso aos novos empregos criados.

A criação de empregos públicos temporários, uma forte componente de formação profissional, medida esta que se traduz numa diminuição de custos para o Orçamento Regional e ainda o estabelecimento de subvenções para a criação de empregos suplementares, calculadas sobre a base do custo médio, representado pela perda de receitas fiscais e da indemnização dos desempregados com direito a esta.

Tais medidas e acções encontram o seu suporte jurídico em diplomas recentemente aprovados por esta Assembleia sob a política de emprego e de formação.

Fundamentei e desenvolvi o conjunto de medidas que no sector do emprego vêm referidas no documento «Plano para 83» que esta Assembleia hoje analisa e discute.

Sobre esta matéria direi ainda algumas palavras mais.

Encontra-se já em fase bastante adiantada a elaboração de um programa global de formação profissional que congregará e coordenará todos os investimentos e acções desenvolvidas pelo sector público de «per si», ou no quadro de esquemas de colaboração com o sector cooperativo e privado.

Esse programa definido, e a ser executado com a participação de todos os departamentos do Governo interessados e com os parceiros sociais, relaciona os meios financeiros, técnicos e humanos com os objectivos a atingir, numa perspectiva de preparar profissionais para a criação de postos de trabalho, resultantes da modernização e evolução da economia, face aos novos avanços da técnica.

Da realização desse programa resultarão benefícios sensíveis, que referenciamos entre outros:

- Economia e aproveitamento integral dos meios técnicos e humanos existentes;
- Coordenação de esforços e melhor inscrição dos objectivos do Plano Regional das acções de formação;
- A preparação de uma resposta coerente e concertada às necessidades da economia, em termos de se criar equilíbrios qualitativos entre a procura e a oferta de emprego;
- Finalmente, a possibilidade de quantificação dos objectivos visados.

Para o próximo ano, e no âmbito da formação profissional, encontra-se prevista a dotação global de 77 000 contos, a serem distribuídos por vários sectores da actividade económica, o que consideramos suficiente para o ano neste domínio.

Outro campo sobre que importa tecer algumas considerações que explicitem o pensamento e a acção do Governo, referido ao próximo ano, diz respeito à política laboral.

Em meu entender, continuamos ainda na área do emprego, pois que, no campo das relações laborais, duas realidades estão permanentemente presentes: — a estabilidade

e a promoção dum emprego.

Defendo igualmente a opinião de que a estabilidade dum emprego há-de ser aferida através de maiores ou menores restrições, que as leis do trabalho e as convenções colectivas fixam, relativamente à cessação do contrato de trabalho.

A necessária estabilidade do trabalho não pode nem deve ser identificada com o conceito de propriedade do lugar.

A defesa de um ponto de vista contrário conduzir-nos-ia a uma tal rigidez do mercado cujos prejuízos em termos globais superariam de longe os aparentes benefícios individuais e anulariam o dinamismo salutar do mercado de emprego.

Como se sabe, a estabilidade do emprego depende fundamentalmente de um regime jurídico dos despedimentos.

A rigidez da lei dos despedimentos é várias vezes e nalguns sectores referida como responsável pelo estrangulamento do investimento e consequentemente impeditiva da criação de postos de trabalho.

Tal regime, no entender dos defensores desta tese, teria como consequência o agravamento da situação dos trabalhadores, porquanto influirá negativamente no nível de emprego e contribuirá fortemente para o recurso generalizado e sistemático a formas precárias de prestação de trabalho, cujo exemplo mais evidente é o da proliferação de contratos de trabalho a prazo.

Sem pretender-se estar aqui a introduzir uma questão académica a respeito de um problema tão importante e grave quanto actual, sem desejar trazer à coacção os argumentos da conhecida escola de Chicago nem daqueles que se lhe opõem, a verdade é que o desemprego cresce e diminui nos períodos de oscilação ascendente e descendente da economia, quase independentemente para não dizermos de forma indiferente, dum regime jurídico dos despedimentos.

É ainda verdade que as consequências psicológicas, sociais e económicas do desemprego, especialmente o de longa duração, são importantes porque favorecem a inactividade e a marginalidade do despedido e, por vezes, a degradação do ambiente familiar.

A consideração destes problemas constitui uma obrigação de todos, independentemente da posição que ocupam no processo produtivo.

Entre os males económicos já apontados, decorrentes de um rígido regime de despedimentos, e os prejuízos sociais resultantes de uma excessiva liberalização daquele regime há que encontrar a medida justa que evite os primeiros e reduza os segundos.

Não se pode premiar ou proteger a incompetência, o desleixo, a falta de dedicação ao trabalho, a manifesta inaptidão para a realização de uma tarefa de responsabilidade. Igualmente não seria razoável nem justo deixar a rotura do contrato de trabalho ao livre arbítrio do empregador, que procura a apropriação individual dos lucros e a divisão dos prejuízos.

A sociedade não deve suportar quem, podendo, não queira trabalhar, mas deve preocupar-se com aqueles que são involuntária e injustamente despedidos.

Também não será curial manter no mercado, à custa do sacrifício de quem trabalha e produz, organizações empresaria-

riais mal dimensionadas, sem viabilidade económica assegurada, sem interesse social relevante.

Não posso deixar de citar aqui dois autores de mérito reconhecido quando afirmam que «não há que distinguir o domínio sério ou económico do domínio generoso ou social».

Ambos são sérios e ambos devem ser generosos. O social não pode pedir ao económico o que este não tem para dar. O económico porque não pode exigir do social aquilo de que este não deve abdicar.

A lei dos despedimentos deve ser revista, mas sempre no sentido de promover o emprego e não de o reduzir. Deve ser revista para garantir a estabilidade do emprego. Deve ser corrigida certa rigidez de que enferma e que conduz à deterioração das relações entre empregados e empregadores, bem como ao recurso de formas precárias de contratação individual que perturba o mercado e afecta a necessária estabilidade das relações laborais.

É neste quadro justo e realista que a revisão da lei dos contratos de trabalho a prazo, bem como o estatuto jurídico da suspensão do contrato de trabalho, se irá fazer.

É ainda na área compreendida pela temática laboral que julgo ter de fazer algumas considerações mais sobre a contratação colectiva e a política salarial.

No que toca à contratação colectiva entendo que o Governo deve assumir completamente a responsabilidade que lhe cabe no relacionamento tripartido pelos parceiros sociais, mas numa perspectiva marcadamente informativa, consensual e dissuasora, dignificando e libertando as entidades empregadoras e os sindicatos, sem paternalismos, ingerências ou interferências tutelares e dispondo-se a contribuir, com os meios técnicos ao seu alcance, para a definição e concretização das soluções socialmente justas, prosseguir a política de concertação através do diálogo com os parceiros sociais com a finalidade de prevenir e contribuir para a resolução dos conflitos, aperfeiçoar os mecanismos e aplicação das leis do trabalho, reestruturar e dinamizar os serviços de inspecção da Região, recentemente regionalizados, dotando-os dos meios técnicos e humanos necessários, promover a aplicação de legislação laboral vigente a todas as entidades empregadoras na Região, independentemente da natureza do seu estatuto ou nacionalidade, sempre que estiverem em causa o exercício de profissões de natureza predominantemente civil.

Relativamente à política salarial, e para além do que disse já no início desta minha intervenção sobre rendimento e preços, entende-se dever criar as condições necessárias para poder ser levada à prática uma política salarial socialmente justa e responsável, isto é, que seja encarada numa perspectiva integrada, que não comprometa irremediavelmente os objectivos do pleno emprego e da elevação do nível de vida dos mais desfavorecidos.

Importa também começar a introduzir nas negociações colectivas, para além das categorias tradicionais, critérios de qualidade de trabalho prestado e de produtividade.

Empenhar-nos-emos com determinação e objectividade, na obtenção de um consenso entre o Governo e as associações de classe sobre as grandes regras que devem informar as negociações colectivas sem que tal signifique o esta-

belecimento do tecto ou tectos salariais, mecanismos de que somos apologistas, contrariamente ao que alguns menos avisados sobre o que sucede na Região e em busca de efeitos não confessados junto das classes trabalhadoras propalam com solenidade e sem qualquer espécie de pudor.

Não menos importante são ainda as preocupações do Governo em matéria de higiene e segurança.

No documento que esta Câmara aprecia hoje encontram-se relacionados, para o próximo ano, um conjunto de medidas e acções, no sentido de uma verdadeira humanização do trabalho, da diminuição de factores que aumentem a perigosidade do exercício das profissões, da dotação dos postos de trabalho de adequadas condições físicas e ambientais.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Para finalizar, referirei ainda a vontade e o empenho do Governo no apoio e no fomento, que não no controle ou ingerência, do sector cooperativo — sector que prezamos como capaz de dar um contributo a todos os títulos notável para a resolução dos problemas de desenvolvimento e bem estar social.

Ao Governo compete um papel de que se não exime, no sentido de criar as condições indispensáveis para que o cooperativismo se possa desenvolver autonomamente e em benefício dos cooperadores e das populações. E tem-no feito.

Do Plano apresentado a esta Assembleia consta, a respeito de cada um dos sectores, os apoios e respectiva natureza, dirigidos ao sector cooperativo qualquer que seja o ramo.

Ainda neste domínio tem sido prática do Governo, através do Instituto Regional de Apoio ao Sector Cooperativo, apoiar e colaborar com as cooperativas, no sentido de modernizar a sua gestão, graças ao lançamento de programas de formação apropriados aos seus quadros.

Trouxe a esta Câmara várias preocupações de âmbito geral e particular; um conjunto coerente de medidas nas áreas do trabalho e emprego, definidas de forma integrada, respeitadora das nossas características e dos anseios das nossas populações.

Questão será agora que compreendamos os sinais dos dias que correm e saibamos desenvolver um diálogo e cooperação alargados, em que a contribuição de cada um não seja só a sua presença mas a formulação de propostas sérias que nos permitam encarar o futuro com confiança e optimismo, que nos ajudem a legar aos nossos filhos aquilo que não tivemos.

Muito obrigado.

(palmas)

Presidente: O Sr. Deputado Martins Goulart pede a palavra para solicitar esclarecimentos.

Tem a palavra para o efeito.

Deputado Martins Goulart (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo e Sr. Secretário Regional do Trabalho:

Acabou V. Exa. de fazer uma longa intervenção, que qualificaria de «estadista», na medida em que percorreu tão vastos e largos objectivos e horizontes que mais se assemelharia a uma intervenção de encerramento por parte de um

Presidente do Governo Regional.

Eu espero que V. Exa., na qualidade de porta-voz do Governo, esteja, de facto, a concorrer activamente para o cargo que merece se, porventura, dentro de pouco tempo, houver a necessidade de preencher um vazio que muita gente diz estar num horizonte próximo para acontecer, não desmerecendo em nada o valor e a capacidade política de Sua Exa. o Presidente do Governo Regional que sempre nos brinda com a sua inteligência nestas ocasiões.

Sr. Secretário Regional, gostaria de lhe perguntar, para além da extensão e da profundidade da análise política, económica e social que fez da sociedade açoriana, da sociedade nacional, da sociedade mundial e quase cósmica, gostaria, portanto, de lhe perguntar como é que correlaciona os projectos que se resumem num quadro que nem sequer preenche uma única página do anexo ao Plano do Governo — são seis os projectos que se referem exclusivamente à formação profissional e a algumas obras de ampliação no Centro de Formação Profissional dos Açores e também relativamente ao sector das pescas, do turismo, da saúde, dos bombeiros, do sector da comunicação social, e são esses os projectos — com as largas medidas de política que são explanadas (páginas 24, 25, 26, 27, 28 e 29 do Plano) onde, cheio de boas intenções, e delas não duvido, pretende alcançar objectivos que, suponho, estarão muito longe de serem viabilizados com as escassas medidas concretas que propõe na parte quantificada das iniciativas do Governo.

Isto não quer dizer que eu não aceite que por medidas de política não se planeie nem se planifique a acção governativa.

Todavia, das aspirações constantes e dos objectivos claramente identificados no Plano e que são todas as boas intenções que se podem ter ao enumerar no campo do emprego, da formação profissional e do trabalho, eu pergunto como é que se realizará, no ano de 1983, uma parte substancial de todos esses objectivos se o sector do trabalho conta com tão escassa verba e tão poucos projectos para realizar as metas grandiosas que se propõe, teoricamente, realizar.

Presidente: Há mais dois Srs. Deputados do Partido Socialista que pretendem pedir esclarecimentos.

Prefere que sejam apresentados todos os pedidos de esclarecimento, não é verdade?

Portanto, vamos seguir a ordem. Em primeiro lugar o Sr. Deputado Daniel de Sá. Tem a palavra para formular os seus pedidos de esclarecimento.

Deputado Daniel de Sá (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo Regional:

Não há dúvida que o Sr. Secretário Regional do Trabalho falou bem . . . mas disse pouco.

Espero agora que os redactores dos diários das Sessões consigam pôr entre aspas as minhas citações e percebam o que é realmente citação, onde começa cada uma e acaba cada qual.

Disse por exemplo que «facilite» «legisla» «melhora as condições de emprego» «estuda-se» «o relançamento da economia» «é essencial prosseguir» «adaptar às realidades actuais do mundo do trabalho» «a utilização mais construtiva dos fundos destinados ao Fundo de Desemprego» «a possibilidade de clarificação» «sem pretender introduzir aqui

uma questão académica» «a vontade e o empenho do Governo» «darei algumas palavras mais» e «disse», o que confirma realmente a resposta do Dionísio de Sousa ao Sr. Deputado Melo Alves.

Ponho, em face disso, e para mostrar que realmente fez mais poesia do que realidade, uma questão muito concreta.

O Sr. Secretário mostrou-se satisfeito pela baixa da emigração e mostrou-se descontente porque há desemprego. Como concilia esse descontentamento pelo desemprego com o contentamento por ter diminuído a emigração?

Presidente: O Sr. Deputado Carlos Mendonça tem também a palavra para formular pedidos de esclarecimento.

Deputado Carlos Mendonça (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu colocaria uma questão muito pontual ao Sr. Secretário Regional do Trabalho, no que se prende com o que vem previsto na página 30 do Plano no âmbito da higiene e segurança no trabalho.

Diz-se que, de entre as medidas que prevê, cria as experiências de ensino de prevenção nas Escolas Preparatórias da Horta, Lagoa e Ponta Delgada.

Eu perguntaria ao Sr. Secretário Regional se, neste momento, a Secretaria já tem definidos os programas para estas experiências; em segundo lugar com que corpo docente em relação a tais programas conta e em terceiro lugar qual o motivo pelo qual somente existe no programa uma referência à Horta e duas a Ponta Delgada e nenhuma com referência às Escolas Secundárias — já que estamos a falar das consideradas cidades grandes dos Açores — de Angra do Heroísmo.

Presidente: O Sr. Deputado José Manuel Bettencourt tem também a palavra para formular pedidos de esclarecimento.

Deputado José Manuel Bettencourt (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Ouvi com cuidada atenção a exposição do Sr. Secretário Regional do Trabalho.

Escutei atentamente o diagnóstico exaustivo e profundo que fez da situação internacional e nacional no âmbito do binome emprego/desemprego e das complexidades do mercado de trabalho. Li e ouvi o ano passado os prognósticos e as intenções prescritas na Proposta do Plano de 82 e, desta feita, do Plano 83.

Perguntava ao Sr. Secretário Regional, não me concentrando propriamente no Plano 82 e nas declarações continuadas de boas intenções que, quero crer, para o Plano 83, perguntava-lhe de uma forma muito pragmática quais os efeitos práticos da legislação que o Sr. Secretário propôs e que este Parlamento aprovou no campo laboral.

Presidente: O Sr. Secretário Regional do Trabalho tem a palavra para responder a estes pedidos de esclarecimento.

Secretário Regional do Trabalho (Álvaro Dâmaso): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

As perguntas foram curtas, as considerações iniciais foram longas e comecei a operá-las relativamente àquelas que fez o Sr. Deputado Martins Goulart.

Em primeiro lugar, a qualificação que me atribui, recusa a Sr. Deputado. A qualificação é sua, não corresponde a qualquer facto, não corresponde a qualquer acção e não

corresponde a qualquer intenção. Só se foi, Sr. Deputado, por eu ter citado no início da minha intervenção o Papa João Paulo II. Se foi por isso, Sr. Deputado, eu aceito-a, mas só por isso.

Quanto à consideração que o Sr. Deputado fez ainda, relativamente à minha análise nacional e regional, ela está lá feita e com números. Fiz também a análise internacional, mas a cósmica é sua, Sr. Deputado. O Sr. Deputado é que talvez terá entrado no cosmos, mas eu não. Eu continuo assente com os pés na terra.

Quanto aos intuitos que o Sr. Deputado me atribuiu, eventualmente como resultado de certas leituras que terá feito, tenho de lhe dizer e tenho de dizer a esta Assembleia que aqui não me movem outros interesses que não sejam os de servir a Região. E foram sempre esses os meus interesses.

Não concorro, Sr. Deputado, a nenhum lugar que não seja o da defesa dos interesses das nossas populações e, sobretudo, dos nossos trabalhadores, que é este o encargo que me foi cometido.

Relativamente à compatibilização, sobre a qual o Sr. Deputado me questiona, entre a explanação que eu fiz, as medidas que aqui estão contidas neste documento e ainda os seis projectos de emprego, talvez lhe diga que os seis projectos são suficientemente amplos para abarcar esse desenvolvimento.

E mais lhe digo, Sr. Deputado, não é pelo número, pequeno ou grande, que nós aferimos as pequenas ou grandes obras.

Essas seis medidas que aí estão, dirigidas à Formação Profissional, têm razão de existir.

É com muito gosto, Sr. Deputado, que o convido a visitar o nosso Centro de Formação Profissional para se aperceber concretamente, talvez ainda para conhecer essa Região e o que nela se faz a respeito dos trabalhadores e da formação profissional, bem como do empenho, do investimento e do esforço que o Governo faz nesse sentido.

O convite fica feito ao Sr. Deputado e evitará essas afirmações que eu considero gratuitas, infundadas e de ânimo leve.

Relativamente à minha satisfação pelo facto de ter regressado à emigração e à minha preocupação, digo-lhe que, e é um facto, que o desemprego se tem mantido nesta Região ao longo dos últimos anos e que as nossas dificuldades são e existem no campo da qualificação dos profissionais.

O desemprego tem-se mantido. E se a emigração regressou e o emprego se manteve, é sinal, Sr. Deputado, para estar contente com as duas coisas.

Descontente estou sim com o nível de desemprego que grassa nos outros locais e pelo facto de podermos ser influenciados negativamente devido a essa agricultura de recessão. Esta é que é a minha preocupação.

O Sr. Deputado Carlos Mendonça ainda me fez uma outra pergunta. Pergunta-me por que é que, das experiências de higiene e segurança que levamos a cabo nas escolas, por que é que são só estas escolas.

Em primeiro lugar devo dizer-lhe que foi porque foram essas escolas aquelas que primeiro as pediram. E satisfizemo-las de acordo com os nossos meios técnicos e humanos, e de forma imediata. Uma dessas acções já está a decorrer aqui na Horta, satisfazendo, assim, o pedido formulado por

essa escola. Esta é a razão. Não podemos, neste momento, abarcar todas as escolas da Região. Vamos atingir os centros urbanos e industriais onde nos parece ser mais profícua e ainda mais eficaz essa acção.

Esta é a resposta.

Finalmente refiro-me à pergunta feita pelo Sr. Deputado José Manuel Bettencourt, relativamente aos efeitos práticos resultantes das medidas que esta Assembleia aprovou há alguns meses mas que recentemente foram publicadas.

Já há, Sr. Deputado, efeitos práticos relativamente a elas.

Já houve, efectivamente, auxílios financeiros à manutenção de postos de trabalho, quer ao sector privado, quer ainda ao sector público, no campo do apoio a projectos locais de emprego. Basta, Sr. Deputado, que leia o Jornal Oficial e ficará perfeitamente ciente dessas acções.

Muito obrigado.

Presidente: O Sr. Deputado Martins Goulart pretende ainda uma precisão complementar.

Tem a palavra para o efeito.

Deputado Martins Goulart (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu gostaria de esclarecer o Sr. Secretário Regional que não me moveram quaisquer intenções de criar uma instabilidade governativa . . .

(Risos)

. . . ao fazer um simples raciocínio humorístico, ou político, ou parlamentar sobre uma análise possível que, supunha eu, vinha só elogiar o trabalho extensivo e profundo que acabou de apresentar.

Digo-lhe que não foi por ter referido qualquer frase, mas foi pelo estilo, pelo conteúdo da intervenção (não pelo começo, nem pelo meio, nem pelo fim) que, também, talvez com alguma boa disposição, a classifiquei de tão vasta e profunda que poderia ter efeitos cósmicos. Mas se isso o ofende, ou incomoda o Sr. Secretário Regional, eu retiro todo o reparo que fiz e preciso novamente a questão para que ela possa ser apreciada com mais seriedade.

De forma alguma quis menosprezar ou aligeirar o valor das palavras proferidas. E porque estou preocupado com o que me parece ser uma discrepância entre um elenco tão pormenorizado de intenções, de objectivos e de medidas de política, é que fiz as perguntas a que o Sr. Secretário Regional respondeu genericamente, dizendo que, sim senhor, os projectos que estão também elencados no anexo ao Plano serão mais do que suficientes, serão tão eficazes que terão um efeito profundo para serem prosseguidas e atingidas as medidas de política preconizadas no documento do Plano.

Para lhe ser muito franco julgo que isso será muito difícil, não só porque o Sr. Secretário Regional preconiza que, por exemplo, e passo a citar, «haja emprego para todas as pessoas que, estando disponíveis, o procurem», e continuo a citar «para que haja emprego tão produtivo quanto possível», e continuo a citar, «para que haja liberdade de escolha de profissão e de acesso às qualificações profissionais sem qualquer discriminação baseada no sexo, raça, religião ou origem social», etc., etc., etc..

No fundo, todas as intenções políticas que animam a boa vontade governativa do Sr. Secretário nunca poderão ficar sequer de perto, ou aproximadas, pelas medidas quanti-

ficadas no Plano ou pelas medidas legislativas que proporá eventualmente durante o próximo ano a esta Assembleia quando, enfim, preconiza algumas medidas concretas de formação profissional, uma delas genérica, uma medida de ampliação da acção do Centro de Formação Profissional dos Açores e várias sectoriais como enumerei há momentos.

Eu simplesmente repito o que disse há pouco, para retirar do contexto aparentemente humorístico e para situar claramente um interesse sério em procurar uma resposta, porque suponho não haver uma escola de pescas na Região, suponho que não há ainda uma escola de turismo na Região, suponho que vai ser difícil fazer uma formação profissional no sector da saúde, fora das escolas de enfermagem, fora das escolas médicas, a não ser a nível operário ou auxiliar, e porque conheço, não deste ano nem do ano passado mas, enfim apercebi-me da evolução estrutural e orgânica, e conheci o existente, há dois anos, Centro de Formação Profissional do Governo Regional nas Capelas.

Penso que não terei uma imagem muito distante daquilo que ele será neste momento.

Aceito de qualquer forma o convite do Sr. Secretário Regional. Infelizmente, este ano, já esgotei a minha visita oficial como Deputado à Ilha de São Miguel mas, durante o próximo ano, se estiver em funções, terei imenso prazer em ser elucidado, em tomar conhecimento duma evolução que espero que seja positiva, de uma evolução que possa de facto, nesse Centro, garantir a formação profissional em todos os sectores que estão resumidos na página 89 do anexo ao Plano, para que a classe trabalhadora nos Açores, para que a juventude, especialmente dos Açores, tenha um futuro promissor e para que saíamos da crise também no sector do trabalho.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional do Trabalho.

Secretário Regional do Trabalho (Álvaro Dâmaso): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

É apenas para um esclarecimento muito curto.

Acho muito bem, primeiro Sr. Deputado, que tenha retirado a sua intervenção. Não porque me tivesse ofendido porque não me ofendeu, mas porque era uma resposta que eu tinha que dar e porque as observações a mereciam.

Por outro lado, quero-lhe apenas dizer que há uma diferença substancial entre o Centro de Formação Profissional que conheceu há dois anos e aquele que neste momento existe, em termos de capacidade de resposta à formação profissional.

Quero-lhe dizer ainda, Sr. Deputado — e isso demonstra perfeitamente que o Sr. Deputado não conhece o Centro — que neste momento está a funcionar no Centro uma escola turística.

Muito obrigado.

Presidente: Srs. Deputados, vamos encerrar por hoje os nossos trabalhos.

Estaremos aqui amanhã às 10 horas com a mesma Ordem do Dia, que me julgo dispensado de repetir.

Estão encerrados os trabalhos. Muito boa noite.

(Eram 20, 45 horas)

(Deputados que entraram durante a Sessão: PSD — José Maria Cabral, Vasco Garcia; PS — Avelino Rodrigues, José Manuel Bettencourt, Roberto Amaral, Daniel de Sá).

(Deputados que faltaram à Sessão: PSD — José Rodrigues de Melo, Emanuel Silva, Renato Moura, Borges de Carvalho, José Silva, Duarte Mendes; PS — Fraga Pimentel, João Lima).

A REDACTORA de 2. classe: *Idília Maria da Costa Macedo Cardoso.*